



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SIDNEY TANAKA DE SOUZA MATOS

**PLATAFORMA POLÍTICA NEOLIBERAL E DISCURSO
PRESIDENCIAL – 1995-1999**

Londrina
2008

SIDNEY TANAKA DE SOUZA MATOS

**PLATAFORMA POLÍTICA NEOLIBERAL E DISCURSO
PRESIDENCIAL – 1995-1999**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dra. Ana Cleide C. Cesário

Londrina
2008

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M433p Matos, Sidney Tanaka de Souza.

Plataforma política neoliberal e discurso presidencial – 1995-1999 /
Sidney Tanaka de Souza Matos. – Londrina, 2008.
171f.

Orientador: Ana Cleide Chiarotti Cesário.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2008.

Bibliografia: f. 118-126.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- – Discursos – Teses. 2. Ideologia – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. 4. Poder (Ciências sociais) – Teses. 5. Brasil – Política e governo – Teses. I. Cesário, Ana Cleide Chiarotti. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 32(81)

SIDNEY TANAKA DE SOUZA MATOS

**PLATAFORMA POLÍTICA NEOLIBERAL E DISCURSO
PRESIDENCIAL – 1995-1999**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cleide C. Cesário (Orientadora)
UEL

Prof.Dr. Eliel Ribeiro Machado
UEL

Profa. Dra. Maria Helena Augusto Oliva
USP

Londrina, 19 de março de 2008.

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Ana Cleide C. Cesário, pelos conhecimentos transmitidos, pela paciência e pelo entusiasmo contagiante, sem os quais não teria conseguido terminar este trabalho.

Aos colegas do projeto integrado de pesquisa “Trabalhadores e Neoliberalismo”, em especial ao seu coordenador, professor Armando Boito Jr.

Aos colegas do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), especialmente ao professor Eliel Ribeiro Machado.

À professora Alba Maria Perfeito pela participação no Exame de Qualificação e pelo interesse e importantes contribuições que antes e depois dele possibilitaram a base segura para o entendimento e a aplicação da filosofia da linguagem de Bakhtin.

A minha família e amigos, que com seu incentivo contribuíram decisivamente para a conclusão deste trabalho.

A todos, enfim, que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho

Muito Obrigado !!!

“O sistema foi montado para beneficiar só as grandes empresas e uma camada de especuladores. É uma máquina infernal de sugar dinheiro da maioria para dar aos prestamistas do Estado, cuja ação predatória se reflete na dívida pública, na dívida externa”

Fernando Henrique Cardoso sobre a alta das taxas de juros, 1978.

MATOS, Sidney Tanaka de. **Discurso presidencial e ideologia neoliberal – 1995-1999**. 2008. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Partindo das concepções de Poulantzas acerca da organização do Estado capitalista e incorporando as contribuições da filosofia da linguagem de Bakhtin para o entendimento da ação discursiva do sujeito político na esfera da cena política, o presente trabalho pretende demonstrar as formas através das quais Fernando Henrique Cardoso, ao naturalizar a ideologia neoliberal, resignificou os seus conteúdos no tocante à ordem política, à ordem econômica e à justiça social, constituindo-se sujeito político produtor de um discurso singular sobre o neoliberalismo, legitimando a ação do Estado, como estrutura de domínio de classe.

Palavras-chave: Ideologia. Neoliberalismo. Brasil - Política e governo.

MATOS, Sidney Tanaka de. **Presidential speech and neoliberal ideology – 1995-1999**. 2008. 15f. Dissertation (Masters Degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

Starting from conceptions of Poulantzas about the organization of the capitalist state and incorporating the contributions of Bakhtin's philosophy of language to the understanding discursive action of the political actor in the sphere of political scene, this paper aims to demonstrate the ways in which Fernando Henrique Cardoso, naturalized to the neoliberal ideology, remeaning their contents regarding the political, economic order and social justice, becoming political producer of a original speech about neoliberalism, legitimizing the action of the state, as structure of class domain.

Keywords: Ideology. Power (Social sciences). Brasil - Politics and government.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países Industrializados – Crescimento Econômico Anual.....	28
Tabela 2 – Países Industrializados – Inflação Anual.....	29
Tabela 3 – Dívida Externa e Reservas Internacionais 1990-1998 (em US\$ milhões)	39
Tabela 4 – Produção Industrial Brasileira 1994-1998 (em %).....	39
Tabela 5 – Índice do Nível de Emprego Formal – Brasil – 1994-1998. Dezembro/1994.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A GUIA DE JUSTIFICATIVA: DISCURSO E ATIVIDADE E ATIVIDADE POLÍTICA	11
O Desenho da Pesquisa	14
1 ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER.	19
1.1 A CENA POLÍTICA	20
2 NEOLIBERALISMO, PLANO REAL E GOVERNO FHC	26
2.1 UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO	26
2.2 O PANORAMA BRASILEIRO.....	34
2.3 O PLANO REAL.....	37
3 IDEOLOGIA, LINGUAGEM E POLÍTICA	41
4 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ORDEM POLÍTICA	50
4.1 AS MODERNAS CONCEPÇÕES LIBERAIS DE DEMOCRACIA	51
4.2 O SENTIDO DA DEMOCRACIA NO DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	54
4.3 O ESTADO NO DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	57
4.4 ESTADO E MODERNIZAÇÃO	65
4.5 PERSONALISMO	67
5 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ORDEM ECONÔMICA	71
5.1 “GLOBALIZAÇÃO”	72
5.2 REFORMAS.....	78
6 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À JUSTIÇA SOCIAL	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	96

ANEXOS	102
ANEXO 1 – Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional - Brasília, 1 de janeiro de 1995 (Fonte: https://200.181.15.9/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM)	103
ANEXO 2 – Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29 de dezembro de 1995.(Fonte: http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1995&banner=bannersarqfolha)	113
ANEXO 3 – Pronunciamento em Rede Nacional de Rádio e Televisão abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária – 19 de março de 1996 (Fonte: http://www1.uol.com.br/cgibin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1996&banner=bannersarqfolha)	116
ANEXO 4 – Pronunciamento do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e Televisão sobre o Programa de estabilidade fiscal – 28 de outubro de 1998 . (Fonte: http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1998&banner=bannersarqfolha)	120
ANEXO 5 – Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos – CEB 500 - CNI – Brasília/DF – 16 de dezembro de 1998 (Fonte: http://www.ifhc.org.br/Upload/conteudo/98_2_68.pdf).....	123
ANEXO 6 – Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999 (Fonte: http://www.ifhc.org.br/Upload/conteudo/99_1_01.pdf).....	132
ANEXO 7 – Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na reunião com ministros da área econômica, por ocasião da comemoração do 5º Aniversário do Real – Palácio do Planalto, 01 de julho de 1999. (Fonte: http://www.ifhc.org.br/Upload/conteudo/99_2_01.pdf).....	139
ANEXO 8 – Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003, 23 de junho de 1999 (Fonte: http://www1.uol.com.br/cgibin/bibliot/arquivo.cgi?htm=fsp1999&banner=bannersarqfolha)	148

INTRODUÇÃO

A GUIA DE JUSTIFICATIVA: DISCURSO E ATIVIDADE POLÍTICA

A atividade retórica tem estado, ao longo da história, ligada à atividade política tendo ainda hoje um papel central na construção da hegemonia ideológica, particularmente, na esfera da cena política¹. Nas modernas formações sociais capitalistas ocidentais, onde os meios de comunicação de massa têm assumido um papel cada vez mais importante no cálculo político-eleitoral, com a utilização intensiva de técnicas de marketing político², o papel da comunicação é ainda mais importante, constituindo-se em importante fator de manutenção da legitimidade³ dos Governos frente à sociedade e, portanto, de manutenção das condições de reprodução das relações de produção desta formação.

Neste contexto, tendo em vista o sistema presidencialista vigente no Brasil, que atribui ao presidente da República o simbolismo da figura que encarna o poder de Estado⁴; e tendo em vista que seu discurso político é resultado de toda a história da formação

¹ Marx entende a cena política como sendo espaço de luta entre partidos e organizações políticas, onde no Estado capitalista, se dá a luta pelas posições dentro do sistema representativo. É, portanto, o espaço da luta político-partidária que, nas formações sociais capitalistas ocidentais, que canalizam a disputa política para este sistema representativo como única forma legítima de luta política, é identificado mais comumente como o espaço por excelência da realização do “jogo democrático”.

² O marketing político constitui-se de um conjunto de técnicas que, seguindo os preceitos básicos desenvolvidos pelo marketing utilizado no mercado capitalista de bens, levou a grandes modificações na forma de condução das campanhas políticas, com o surgimento de profissionais altamente especializados. Estes profissionais analisam o “mercado” eleitoral, buscando captar suas “necessidades” e tendências de comportamento através de pesquisas de opinião pública que levam em conta o histórico de comportamento eleitoral de cada área geográfica, associando-o às características socio-econômico-culturais da população para definir as motivações do voto de cada grupo socio-geográfico e, com isto, construir um perfil a ser adotado pelo candidato que vai, no tempo e no espaço, portar-se de acordo com as tendências deste “mercado” eleitoral. (GRANDI, MARINS, FALCÃO (orgs.), 1992). Assim, a importância dos meios de comunicação de massa aliada ao marketing político é decorrência das transformações sofridas pelo conceito de democracia burguesa, principalmente no século XX, que se reflete em especial na obra de Schumpeter, como será visto mais adiante.

³ Quando se fala em legitimidade, automaticamente vem à mente a concepção desenvolvida por Max Weber, em sua obra “Economia e sociedade”, na qual ele discute a noção de legitimidade associada à noção de dominação (probabilidade de encontrar obediência para uma ordem específica dentro de um determinado grupo de pessoas) (WEBER, 1994, p.139-141). Porém a concepção de legitimidade adotada aqui deriva de Poulantzas, que aborda a questão da legitimidade pela ótica da hegemonia ideológica. Diz Poulantzas que cada tipo de Estado tem um modo particular de consentimento por parte da unidade da formação social, baseada no predomínio da ideologia dominante; isto, porém, não significa que haja consenso em torno dessa legitimidade, pois como será visto adiante, a ideologia é dividida em vários conjuntos ideológicos provenientes dos vários modos de vida que compõem uma formação social concreta e que há, portanto, uma coexistência de estruturas e legitimidades provenientes desses vários modos de vida, que se combinam de forma complexa e contraditória (POULANTZAS, 1972, p.284-289).

⁴ Não se deve confundir os conceitos de Governo e Estado, porém, como explica Miliband (MILIBAND, R., 1972), o Estado aparece aos homens como uma entidade nebulosa e, é ao governo que os homens prestam

social em que vive, sendo perpassado pelo projeto político e pelas contradições internas do bloco no poder⁵, é possível afirmar que o estudo dos enunciados⁶ utilizados no seu relacionamento com as variadas classes e frações de classe que compõem a sociedade brasileira na esfera dos marcos institucionais do regime representativo de governo torna-se um elemento revelador de seu projeto político e das formas assumidas pela ideologia dominante para legitimar a implantação desse projeto político e pela luta de classes no Brasil, proporcionando um importante instrumento de análise desse momento político.

Deve-se lembrar, porém, que se o discurso, por um lado, é formulado com o objetivo de atuar na construção de uma imagem favorável do enunciador e de seu projeto político, pode, por outro, ser interpretado pelo interlocutor de diferentes maneiras, pois, como observa Bakhtin (cf. PAULILLO, 1994), a linguagem é essencialmente dialógica, ou seja, o interlocutor não é somente um alvo passivo do processo de comunicação, mas sim reinterpreta de maneira ativa a mensagem do enunciador, que implica numa apreciação e, portanto, numa interpretação que, por vezes, pode ter resultados negativos (como foi o caso do bastante divulgado episódio em que Fernando Henrique Cardoso utilizou a infeliz expressão “vagabundos” para se referir a aposentados).

Isto não inviabiliza, contudo, a sua utilização como instrumento de estudo da política, visto que reflete as idéias do bloco no poder e suas estratégias de comunicação e legitimação perante a sociedade, servindo, portanto, como um elemento que possibilita a apreensão e o entendimento de seu projeto político. Além disso, como ressalta Osakabe (1999, p.67), para a emissão do discurso é necessário que o enunciador leve em conta um determinado número de significações consideradas aceitas e assimiladas pelo ouvinte, pois o seu desconhecimento por parte do enunciador pode levar à rejeição do discurso, ou seja, na constituição do discurso são considerados elementos que garantam um certo grau de aceitação por parte do interlocutor.

efetivamente obediência, pois é o governo que pode falar e agir em nome do Estado. Assim, uma desobediência ao governo é uma desobediência ao Estado. Neste sentido, então, é que se pode falar em uma identificação entre a figura do Presidente da República e o poder de Estado.

⁵ Deve-se lembrar que o conceito de bloco no poder em Poulantzas refere-se a uma unidade contraditória complexa de classes e frações de classes dominantes no nível político; ou seja, apesar de manterem interesses específicos e por vezes até mesmo contraditórios, estas classes e frações de classe unem-se no nível político para a preservação do seu interesse geral comum.

⁶ Para Bakhtin (cf. BRAIT, MELO 2005, p.67), todas as esferas da atividade humana estão diretamente relacionadas com a utilização da língua, que se dá sob a forma de enunciados – um todo significativo que compreende uma parte percebida ou realizada em palavras e outra parte presumida, compreendida por três fatores: (a) o horizonte espacial comum dos interlocutores, (b) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores, e (c) sua avaliação comum dessa situação; enfatizando, assim, por um lado, a concepção de linguagem como construção histórico-social e, por outro, sua originalidade, fundada na sua

Não se deve desconsiderar também a importância da posição de enunciador do discurso, pois este é a entidade dominante da atividade discursiva, na medida em que é ele quem manipula as coordenadas do discurso, ainda segundo o autor⁷. E, diretamente relacionado a isto, deve-se também levar em consideração a posição simbólica do enunciador ora analisado – representante do poder de Estado – que, associada à construção de uma imagem de intelectual competente, sofisticado e cosmopolita confere a Fernando Henrique Cardoso um elevado grau de legitimidade, como portador de um conhecimento específico, um especialista que pode explicar com propriedade superior ao cidadão comum os acontecimentos políticos.

Quanto à questão da autoria efetiva do discurso presidencial, deve-se também deixar claro que não se considera que Fernando Henrique Cardoso tenha redigido pessoalmente todas as falas, pronunciamentos, etc. de que se tornou enunciador; porém, não se pode desconsiderar seu papel de autor. Ao enunciá-los, Fernando Henrique incorpora o papel de autor, que dá uma dimensão corpórea e enuncia a mensagem do Presidente, construindo sentidos determinados por diversos fatores sócio-históricos, tais como a história desta formação social (a história e o desenvolvimento dos discursos anteriores), o desenvolvimento da luta de classes na formação social, os resultados esperados do enunciado, a história pessoal do enunciador/autor, o interlocutor e suas representações, etc.

O desenho da pesquisa

Tendo em vista a dificuldade em se delimitar o caráter especificamente político do discurso, enquanto produto determinado social e historicamente e perpassado pela ideologia, que envolve toda a vida social e se reflete em todo comportamento humano, estabeleceu-se aqui como campo de interesse desta pesquisa as falas proferidas pelo então Presidente da República quando exercia o papel de representante de governo - e, portanto, representante do poder de Estado do bloco no poder – em interação com as mais variadas classes e frações de classe de uma maneira geral com objetivos fundamentalmente de persuasão. Assim, excluem-se aqui seus discursos em seminários, cursos, cerimônias de

propriedade dialógica, que faz com que, em cada situação particular, com cada interlocutor particular a enunciação se dê de forma dinâmica e interativa.

recebimento de títulos acadêmicos e toda a sua produção acadêmica anterior, mesmo tendo a clareza de que estas falas e sua repercussão têm influência no que será considerado aqui como objeto da pesquisa.

A escolha do período 1995-1999 deveu-se ao objetivo de concentrar a análise no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, período em que foi demonstrada de forma bastante clara a conduta política que caracterizou esse Governo e quando as idéias neoliberais tiveram ampla aceitação tanto nos meios acadêmicos quanto na sociedade, de forma geral. Com isto, busca-se compreender as estratégias de legitimação que acompanham o processo de implementação da plataforma política neoliberal na esfera da cena política durante o primeiro mandato, bem como as mudanças de ritmo e postura política do Governo Fernando Henrique Cardoso durante a crise cambial de 1998.

Na escolha do corpus a ser analisado levou-se em conta todo o período analisado, tendo sido selecionadas falas proferidas em três fases distintas de seu governo:

- 1) A fase inicial de seu primeiro mandato, correspondente aos anos 1995 e 1996, quando o governo Fernando Henrique Cardoso e seu projeto político gozavam de grande popularidade e generalizado apoio, tanto na população em geral, como em grande parte dos representantes do capital e da academia. Pode-se dizer que esta fase foi caracterizada pela manutenção de uma política cambial de Real sobrevalorizado, que dava ênfase ao ingresso de grandes volumes de capital externo (em grande parte especulativo) sem muita preocupação com a manutenção de equilíbrio na balança comercial, baseando os fundamentos da “estabilidade macro-econômica” na manutenção de um fluxo constante de entrada desses capitais internacionais. Paralelamente, a política cambial do dólar baixo, que proporcionava o barateamento dos produtos importados, por um lado, e a extensiva utilização da “âncora verde”, que barateava os alimentos, proporcionava alta popularidade ao Plano Real e seus executores, na medida em que davam a sensação de aumento do poder aquisitivo às camadas de menor rendimento;
- 2) A segunda fase corresponde ao ano de 1998, mais exatamente a partir de meados de 1998, momento da crise cambial russa. A escolha da crise cambial russa como ponto de referência para a determinação desta segunda fase se deve ao fato de que, apesar de o Brasil ter enfrentado graves crises cambiais anteriores (como a crise mexicana, em

⁷ Esta dominação na estrutura do discurso não coincide necessariamente com uma dominação efetiva social ou

1995 e a crise asiática, pouco antes da crise russa), foi a partir desta que se pode notar um ponto de inflexão na condução da política econômica brasileira, quando, atingido duramente por esta crise cambial, o governo Fernando Henrique Cardoso se vê forçado a romper com a política do Real sobrevalorizado e, frente à ameaça da fuga maciça de capitais especulativos e diminuição dos fluxos desses capitais, toma medidas que mudam a correlação de forças dentro do bloco no poder em favor de grupos exportadores (BOITO JR, 2006) como forma de manter a política econômica favorável ao grande capital financeiro;

- 3) Finalmente, a terceira fase, composta pelas falas proferidas no ano de 1999, primeiro ano de seu segundo mandato, quando, apesar da relativa estabilização da crise cambial e após o acordo do Brasil com o FMI, persiste a insegurança e as políticas do governo (em especial a política econômica), passam a ser alvo de crescentes críticas, não contando mais com o amplo apoio de que gozavam na primeira fase.

Os textos que compõem o corpus selecionado foram obtidos através da internet, nos *sites* da Presidência da República e da Radiobrás, ainda durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, e nos arquivos do Jornal Folha de S.Paulo, do Instituto Fernando Henrique Cardoso. Foram selecionados apenas textos na íntegra, com a intenção de evitar interferências na interpretação decorrentes de uma seleção prévia de trechos que, por si só, já se constituiriam na interpretação de um terceiro.

Optou-se pela seleção de vários tipos de discursos (discursos de posse, discursos em solenidades oficiais e em entidades de classe, pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão), destinados a diferentes interlocutores, para delinear, por um lado, uma linha geral e permanente que atravessa seu discurso no tempo e no espaço, independentemente das diversas conjunturas políticas e econômicas atravessadas durante o período analisado e independentemente do seu interlocutor; e, por outro, as variações e reinterpretções a que estes enunciados estão sujeitos para, no tempo e nos espaços, tentar manter a legitimidade do projeto político do bloco no poder num ambiente caracterizado pelos interesses contraditórios e pela permanente tensão da luta ideológica em torno da interpretação ser atribuída aos signos lingüísticos⁸.

Considerando que a periodização e intervalos temporais adotados nesta pesquisa tenham sido baseados na evolução das conjunturas econômicas atravessadas pelo

psicológica.

⁸ Segundo Bakhtin (1986), os índices de valores, e, portanto, o significado atribuído a um signo lingüístico varia de acordo com a posição de classe; o que leva à uma luta permanente pela hegemonia ideológica.

Brasil, a seleção dos discursos analisados observou também como critério básico o momento de sua enunciação em relação à conjuntura econômica e seu interlocutor:

1. Discurso de Posse do Primeiro Mandato (1 de janeiro de 1995): apesar de dirigir-se textualmente às autoridades presentes no Congresso Nacional, Fernando Henrique Cardoso, mesmo que de forma não explícita, dirige-se ao conjunto da população brasileira. Este pronunciamento é uma grande carta de intenções e a afirmação de seu projeto político não só para os presentes no Congresso Nacional, mas para o conjunto do país;
2. Pronunciamento em Rede Nacional de Televisão com balanço do primeiro ano de Governo (29 de dezembro de 1995): É um discurso voltado diretamente para o conjunto da sociedade brasileira, no qual Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu primeiro ano de Governo, apresentando suas conquistas e as perspectivas para o futuro, ainda num ambiente de grande otimismo, baseado no sucesso do Plano Real, apesar da Crise do México;
3. Pronunciamento abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária (19 de março de 1996): um discurso diretamente voltado para o conjunto da sociedade brasileira, em meio aos efeitos da Crise do México. Fernando Henrique Cardoso defende a implantação do polêmico PROER e as reformas como necessárias à superação da crise, embora ainda sob um ambiente bastante otimista;
4. Pronunciamento sobre o Programa de estabilidade fiscal (28 de outubro de 1998): A seleção deste pronunciamento foi em razão de que, através dele, no auge da Crise Russa, Fernando Henrique Cardoso expõe à sociedade brasileira as medidas econômicas a serem adotadas diante da mais grave crise econômica enfrentada durante seus dois mandatos, crise esta que, como vimos, determina a alteração dos rumos da política econômica praticada até então e, conseqüentemente, o equilíbrio de forças do bloco no poder;
5. Discurso proferido na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos – CEB 500 (16 de dezembro de 1998): Outro discurso enunciado no auge da Crise Russa, com o diferencial de que agora é direcionado especificamente para uma das frações do bloco no poder: representantes do grande capital industrial. Com isto, pode-se fazer a comparação entre o conteúdo ideológico e as formas de enunciação utilizadas para a comunicação com a população em geral e com frações do bloco no poder;

6. Pronunciamento de posse do 2º mandato (1º de janeiro de 1999): dirigido mais uma vez (mesmo que indiretamente) ao conjunto da população brasileira. Trata-se de um grande balanço do primeiro mandato e a reafirmação de seu projeto político após as turbulências da Crise Russa e do acordo com o FMI;
7. Discurso proferido na reunião de comemoração do 5º Aniversário do Real (01 de julho de 1999): Selecionado por marcar uma importante data no calendário de Fernando Henrique Cardoso, visto que ele baseou sua legitimidade durante todo seu primeiro mandato no sucesso do Plano Real. É interessante também por ser dirigido diretamente à alta burocracia de seu Governo, aos formuladores mais diretos da política econômica e, portanto, ao núcleo dos representantes mais diretamente ligados à implementação do projeto político do bloco no poder. Além disso, sua análise torna possível também, à semelhança do discurso 5, analisar as formas e o conteúdo ideológico presentes na sua enunciação em comparação com aqueles destinados a frações do bloco no poder e à população em geral;
8. Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proferido durante a apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003, 23 de junho de 1999: Outro discurso dirigido diretamente à alta burocracia de seu Governo. É interessante por apresentar a perspectiva do Governo para um plano de desenvolvimento econômico para os próximos quatro anos, no período imediatamente após a crise cambial russa. Além disso, à semelhança do discurso anterior, tornará possível comparar as formas e o conteúdo ideológico das enunciações destinadas a frações do bloco no poder e à população em geral.

Antes, porém, da efetiva abordagem do discurso político em si, faz-se necessária uma retrospectiva histórica e teórica buscando esclarecer conceitos e delimitar o campo teórico da pesquisa. Assim, o capítulo I aborda os conceitos de Estado capitalista, seu papel na reprodução das relações de produção e suas especificidades; o capítulo II traça um breve panorama histórico da construção da hegemonia neoliberal; e o capítulo III aborda os conceitos de ideologia e linguagem, bem como suas inter-relações na esfera da cena política.

A ideologia contida no discurso político do Governo Fernando Henrique Cardoso será analisada a partir de três níveis, que possibilitarão uma análise abrangente os enunciados de legitimação da implantação do projeto neoliberal de sociedade durante o período 1995-1999, bem como as contradições a que esteve sujeito. Os níveis selecionados

para análise dizem respeito à relação do discurso político do Governo Fernando Henrique Cardoso com o regime político, com o modelo econômico, e com a questão da justiça social.

Levando em conta a premissa bakhtiniana de que todo e qualquer relacionamento em qualquer esfera da atividade humana se dá através da utilização da língua, com a presença de enunciados relativamente estáveis – os gêneros lingüísticos – buscar-se-á, então, apreender a linha de continuidade temática que permeia o discurso de Fernando Henrique Cardoso durante todo seu mandato, sem desprezar as alterações na estrutura do discurso decorrentes das várias conjunturas atravessadas e do interlocutor do discurso. Para isto, a análise se concentrará na busca de:

1. Regularidades temáticas do discurso: considera-se aqui como regularidades temáticas a recorrência de temas no *corpus* analisado; nem sempre utilizados necessariamente com o mesmo significado, visto que o seu significado pode se alterar de acordo com as mudanças nas condições de produção do discurso (conjuntura econômica, interlocutor, conjuntura política, etc.).
2. Regularidades argumentativas do discurso: considera-se como regularidades argumentativas os recursos argumentativos utilizados por Fernando Henrique Cardoso visando à persuasão do seu interlocutor, tais como a utilização do “discurso de outrem” (como do “empresário”, do “povo”, dos “trabalhadores”) para legitimar, refutar ou concordar com seus argumentos; e o silenciamento de determinados temas (como por exemplo, o neoliberalismo, a política econômica de juros altos, a fragilidade cambial brasileira, etc.).

Em outras palavras, partindo-se da hipótese de que é possível estabelecer uma estrutura temática comum que atravessa os discursos de Fernando Henrique Cardoso durante todo seu mandato, não importando a conjuntura político-econômica ou o interlocutor deste, embora haja, evidentemente, certas variações que não chegam a descaracterizar esta estrutura temática, pretende-se aqui investigar formas através das quais Fernando Henrique Cardoso, enquanto representante político de classe, tenta legitimar ideologicamente o projeto do bloco no poder que representa.

1. ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER

Como constatava Marx (1974b, p.135), no desenrolar do processo histórico é possível observar a existência, em todas as formações sociais onde existiu a posse privada dos meios de produção, de frações da sociedade com interesses contraditórios que estabeleciam entre si - independentemente de sua vontade - relações de produção.

Nas formações sociais pré-capitalistas a existência de ordens e testamentos decorria do fato de que o trabalhador direto não havia ainda sido expropriado da posse dos meios de produção e, por isso, a relação de propriedade tinha que se manifestar como uma relação de domínio direto. Já nas formações sociais capitalistas, onde a separação na relação de propriedade coincide com a separação do trabalhador direto da posse dos meios de produção, as relações de domínio capitalistas podem operar no nível econômico, pois a expropriação do trabalhador direto da posse dos meios de produção e a conseqüente transformação de sua força de trabalho em mercadoria possibilitou, juntamente com seu status de indivíduo portador de igualdade legal, a possibilidade de domínio de classe através da coerção econômica.

A coerção econômica opera, como explica Saes (1994, p.25-26), sob a forma de uma troca de equivalentes que aparece para os agentes na esfera da circulação como um simples ato de acordo entre duas vontades livres – a do vendedor e a do comprador da força de trabalho – que se encontram no mercado e livremente barganham o valor da força de trabalho⁹.

Para a reprodução das relações de produção capitalistas é necessária a constante renovação desta ilusão de troca de equivalentes. A renovação constante, segundo Saes, é determinada pela esfera do direito, que individualiza os agentes da produção ao convertê-los em sujeitos individuais aos quais se atribuem direitos e uma vontade subjetiva.

Além disso, ainda de acordo com Saes, o Estado age no sentido de impedir a tendência à ação coletiva dos produtores diretos, negando a organização de interesses coletivos na esfera da produção e organizando um coletivo oposto à classe social; um coletivo que unifica todos os agentes da produção habitantes de um espaço geográfico delimitado - o Povo-Nação.

⁹ Porém, este ato aparentemente voluntário de duas vontades livres é, na verdade, uma troca desigual, na medida em que no processo de compra e venda de força de trabalho o salário pago não equivale ao valor efetivamente produzido.

Porém, quando se fala de formação social capitalista deve-se também ter sempre em mente que as diversas estruturas de uma formação social estão caracterizadas por um desenvolvimento desigual, resultado de temporalidades distintas; o que significa que a emergência de uma formação capitalista não resulta na extinção imediata de todas as estruturas que caracterizavam uma formação pré-capitalista. Há a persistência de estruturas pré-capitalistas e capitalistas com diferentes graus de desenvolvimento histórico que se relacionam de forma contraditória.

O que determina o modo de produção de uma formação social é, assim, a articulação específica que assumem essas diversas estruturas em seus níveis, formando uma totalidade complexa; totalidade esta que reflete em seu interior a determinação em última instância do econômico. E, frente às lutas entre as classes antagônicas e ao desenvolvimento desigual das diversas estruturas de uma formação social, o Estado surge como uma organização especializada na moderação da luta entre as classes e como elemento de coesão das diversas estruturas em uma unidade complexa, sendo o fator de equilíbrio global do sistema. O Estado é, assim, enquanto estrutura que tem por função a manutenção da unidade de uma formação social, e, portanto, das condições de reprodução da mesma; instrumento de dominação de classe, na medida em que limita as lutas que se desenvolvem em seu interior nas fronteiras do modo de produção e pela reprodução dessas relações sociais.

1.1.A CENA POLÍTICA

Poulantzas (1972, p.319) observa a existência de uma divisão específica no nível político (chamada por Marx de cena política), constituída pela organização da representação das classes por partidos políticos, que reflete as suas contradições internas na luta política. Esta organização corresponde à forma de regime político, situada, por sua vez, dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente ao bloco no poder.

Como observa Boito Jr, a cena política é uma realidade superficial e enganosa, que dissimula a realidade profunda dos interesses e conflitos de classe que, no Estado capitalista, reveste-se numa aparência universalista, fundada na igualdade jurídica e na burocracia profissional abertamente recrutada (BOITO JR, 2002a). Dessa forma, como explica o autor, a base da ideologia da sociedade civil nasce do próprio aparelho repressivo do Estado.

Além disso, os partidos burgueses, em sua luta na esfera da cena política, não declaram abertamente os interesses que representam e ao mesmo tempo organizam, dissimulando o interesse de classe e organizando a classe ou fração de classe que representam ao mesmo tempo em que desorganizam as classes trabalhadoras, iludindo-as com seus programas universalistas (BOITO JR. 2002a, p.129). Isto não significa, porém, que os partidos, ou mesmo seus representados tenham consciência do papel que desempenham na cena política, pois:

“os indivíduos estão determinados por sua situação de classe e de fração. Fazem escolhas, mas essas escolhas também refletem interesses e condições que, no mais das vezes, eles próprios ignoram. (...). O partido representa interesses que estão fora dele, fora da cena política, enraizados na produção social. Mas, de um lado, os membros desse partido, que são os representantes, e, de outro lado, os indivíduos que integram as classes sociais, que são representados, todos podem ignorar as razões profundas dessa relação de representação” (BOITO JR. 2002a, p.138).

O governo Fernando Henrique Cardoso, representou a face mais evidente do período em que se consolida uma união e um grau de consenso inéditos entre as várias frações da burguesia em torno da implantação da plataforma política neoliberal no Brasil, em contraste com as divisões do bloco no poder nos anos 80, quando a luta política acerca do projeto político a ser implantado no país ainda girava em torno do debate entre o neo desenvolvimentismo e o neoliberalismo

Este consenso foi forjado, por um lado, pelas pressões do grande capital financeiro internacional e suas ramificações na burguesia interna e, por outro, pela ofensiva político-ideológica que conseguiu disseminar-se, mesmo que de forma difusa, até mesmo entre as classes trabalhadoras¹⁰, modificando a correlação de forças e a composição do bloco no poder.

O Governo Fernando Henrique Cardoso foi eleito por um longo arco de alianças das mais variadas frações da burguesia (embora não todas), desde o grande capital financeiro internacional, até o capital agrário do interior do Brasil, bem como de classes aliadas, como a pequena burguesia¹¹, além de um contingente importante das classes

¹⁰ Boito Jr observa nas classes trabalhadoras de baixa renda uma “revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania *restrita e hierarquizada* e contra o Estado clientelista, e que essa revolta converteu-se, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal” (BOITO JR., 2002b, p.30).

¹¹ A aliança não ocorre somente entre as frações de classe que compõem o bloco no poder, mas pode ocorrer entre uma fração ou frações do bloco no poder e uma outra classe que dele não participe e que tenha uma identificação de interesses em um determinado campo da luta de classes, como é o caso da freqüente aliança

trabalhadoras (SAES, 2001b, p.84-85), enquanto classe-apoio¹²; porém representou a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional, através de sua política econômica e social¹³.

Apesar de representar os interesses da burguesia como um todo, e do capital financeiro em particular, deve-se lembrar que o Estado não é um simples representante dos interesses burgueses. De fato, o Estado capitalista, enquanto estrutura perpassada por uma extensa gama de interesses contraditórios das frações de classe que compõem o bloco no poder, sob hegemonia de uma fração dominante, possui um certo nível de autonomia em relação às determinações de classe, como forma de garantir o cumprimento de suas atribuições enquanto elemento de coesão política das diversas frações. Ou seja, para atender ao interesse geral do bloco no poder como um todo, organizando seu equilíbrio instável, o Estado pode inclusive contemplar interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder, e até mesmo certos interesses das classes trabalhadoras, em detrimento de outros interesses secundários da fração hegemônica.

Isto não significa, porém, que uma fração hegemônica hipoteticamente atingida em seus interesses imediatos se submeta passivamente à ação estatal, ou que tenha a compreensão de que este ataque a seus interesses econômicos imediatos garanta a preservação dos interesses de médio e longo prazo, levando ao aparecimento de conflitos entre a fração hegemônica do bloco no poder e a ação da burocracia estatal, como explica Saes (2001).

Nota-se, assim, que o bloco no poder não é monolítico. Para manter sua coesão a fração de classe hegemônica tem de abrir mão de alguns de seus interesses econômicos imediatos para defender os interesses gerais dessas frações que compõem o bloco

entre a burguesia e a pequena burguesia. A aliança, no entanto, funciona somente em um determinado nível do campo da luta de classe, podendo, portanto, combinar-se uma aliança no nível político com uma intensa luta em outros níveis, como por exemplo, no nível econômico.

¹² No caso das Classes-Apoio, o apoio ao domínio de uma determinada fração de classe não é determinado por nenhum sacrifício político ou econômico real dos interesses do bloco no poder ou das classes aliadas, fundando-se basicamente em um processo de ilusões ideológicas. Esta fundamentação do apoio em bases puramente ideológicas (até mesmo pela incapacidade de organização política autônoma das classes-apoio) afeta a natureza de sua unidade com o bloco no poder e as classes aliadas. Como não há uma comunalidade de interesses entre elas, esta unidade não se manifesta nas relações imediatas de classe, mas passa necessariamente pela mediação do Estado: *“La relación de las clases-apoyos con el bloque en el poder y con las clases aliadas se manifiesta menos como relación de unidad política de clase que como apoyo a una forma determinada de Estado. La ilusión ideológica, capital en el caso de las clases-apoyos, reviste la forma política particular del fetichismo del poder de que hablaba Lenin: creencia en un Estado encima de la lucha de clases y que podría servir a sus intereses contra los del bloque en el poder y de las clases aliadas en el primer caso, creencia en un Estado-guardián del status quo, obstáculo para la conquista del poder por la clase obrera en el segundo caso”*(POULANTZAS, 1972, p.317).

¹³ Certamente as demais frações de classe do bloco no poder e as classes aliadas também têm ganho com a implementação das políticas neoliberais no Brasil, porém, esses ganhos são desiguais. Vide mais à frente a exposição sobre os Três Círculos Concêntricos que organizam a implantação das políticas neoliberais e a política de alianças do bloco no poder.

no poder e, assim, manter sua plataforma de interesses de longo alcance. Marx (1974a) põe à luz os conflitos no interior do bloco no poder em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, ao mostrar os conflitos entre os orleanistas e legitimistas e mais ainda, mostra como a burguesia abre mão do controle direto do Estado francês na tentativa de manutenção de seus interesses frente ao constante clima revolucionário da França do século XIX.

É possível notar a autonomia relativa do Estado, tratada acima, por exemplo, no brutal aumento da carga tributária ocorrido nos anos Fernando Henrique Cardoso, que, mesmo visando garantir as condições para manutenção da remuneração do capital financeiro através da extração de recursos da esfera produtiva e dos rendimentos do trabalho, provocou diversas críticas ao Governo procedentes de várias frações da burguesia, afinal, o aumento da tributação afeta a burguesia como um todo, embora em graus diferenciados¹⁴.

Também é possível observar que Fernando Henrique Cardoso e a grande maioria da alta burocracia de seu governo, embora provenientes das camadas médias, mais notadamente do setor acadêmico e da administração pública e, pelo menos por sua origem social, propensos a serem representantes dos interesses da assim chamada “Nova Pequena Burguesia” e de setores médios do capital¹⁵, implementam uma política que atende preferencialmente aos interesses do grande capital financeiro, muitas vezes tomando medidas que afetam os próprios interesses das frações de classe que seriam imediatamente representadas por eles (como, por exemplo, a precarização das condições de trabalho do serviço público, especialmente do ensino superior público).

Esta situação ilustra claramente a relação de representação entre a classe e seus representantes políticos. Em sua posição individual e formação, estes representantes podem estar tão longe da classe representada “como o céu da terra” (MARX, 1974a, p.356). De fato, foi possível assistir durante todo o mandato de Fernando Henrique Cardoso uma forte

¹⁴ Enquanto houve, por exemplo, o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física, pela falta de correção da tabela de tributação, afetando principalmente os setores assalariados, o grande capital financeiro internacional foi brindado com a isenção do IR como forma de “atrair capitais” para o país. Além disso, como informa Filgueiras, do total de arrecadação de impostos no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, 27% vieram de salários, 49% do consumo, 16% de rendimentos do capital e apenas 3% de impostos sobre propriedade e herança (FILGUEIRAS, 2006, p.188), mostrando claramente uma estrutura tributária que beneficia o grande capital e atinge duramente as classes trabalhadoras e as camadas denominadas por Poulantzas “Nova Pequena Burguesia” (grande maioria dos assalariados), não só pela taxaço dos salários, mas também pela taxaço do consumo, que atinge mais duramente as camadas de menor rendimento.

¹⁵ Como explica Poulantzas, a Classe reinante (cujos partidos políticos ocupam os lugares dominantes da cena política), nem sempre é a fração hegemônica; tampouco se pode confundir a fração hegemônica com a fração mantenedora do aparato do Estado (fração no interior da qual se recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc., que ocupa as altas esferas da burocracia do Estado): “*la clase o fracción hegemônica puede ser igualmente reinante y mantenedora del Estado; pero la clase o fracción reinante puede ser mantenedora sin ser por eso hegemônica*” (POULANTZAS, 1972, p.324). Poulantzas aponta, por sinal, que dependendo da conjuntura, pode haver inclusive uma descentralização total destas três posições, sendo cada uma ocupada por uma fração distinta.

disputa política entre os defensores de uma política mais diretamente favorável ao grande capital financeiro (estabelecidos no Ministério da Fazenda e no Banco Central – Pedro Malan, Armínio Fraga, Gustavo Franco, etc.) e os “desenvolvimentistas” (José Serra, Sérgio Motta, etc., que defendiam políticas que atendiam aos interesses de frações subalternas do bloco no poder, como setores do capital industrial), embora todos eles tivessem origem social, predominantemente, na “Nova Pequena Burguesia”.

Deve-se observar, porém, que apesar dessas disputas, prevalecia ainda a coesão do bloco no poder e a hegemonia do capital financeiro, pois como explica Poulantzas, enquanto fator de coesão de uma formação social e, portanto, possibilitador de suas condições de reprodução, o Estado, por si mesmo, determina a hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre outra – ou seja, a classe hegemônica no aparelho de Estado é efeito, não causa. Assim, a participação direta ou indireta da classe ou fração hegemônica no governo não é determinante:

“Na verdade, no caso do Estado capitalista, pode-se ir mais longe e dizer que o Estado capitalista serve melhor ao interesse da classe capitalista quando os membros desta classe não participam diretamente do aparelho do Estado, isto é, quando a classe dominante não é a classe governante política” (POULANTZAS, 1982, p.226) ¹⁶.

Não se deve pensar, no entanto, que somente o grande capital financeiro internacional e as frações nacionais associadas ganham com a implantação da plataforma política neoliberal no Brasil. Como observa Boito Jr (1999), utilizando-se da metáfora dos três círculos concêntricos, todas as frações da burguesia brasileira têm ganho com a implementação dessas políticas, embora seus ganhos sejam desiguais.

Segundo essa metáfora, os pilares da política neoliberal organizam-se em três círculos concêntricos: o primeiro, o círculo externo, representa a política de desregulamentação do mercado e da supressão dos direitos sociais, abarcando os interesses gerais da burguesia no Brasil; o segundo, intermediário, representa a política de privatização;

¹⁶ Poulantzas observa ainda que Marx, Engels e Lênin caracterizam a burocracia como uma categoria social específica, não uma classe. Assim, a burocracia de Estado, mesmo tendo origens de classe diferentes, atua de acordo com a unidade interna específica do Aparelho de Estado: “Isto, por sua vez, significa que a burocracia, como uma categoria social específica relativamente ‘unida’, é ‘servidora’ da classe dominante, não devido às suas origens de classe, que são divergentes, ou devido às suas relações pessoais com a classe dominante, e sim pelo fato da sua unidade interna derivar da sua realização do papel objetivo do Estado. A totalidade desse papel coincide com os interesses da classe dominante” (POULANTZAS, 1982, p.227).

e o círculo central representa os interesses específicos do grande capital internacionalizado, contemplando a abertura comercial e a desregulamentação financeira.

A desregulamentação do mercado e seus efeitos em relação à precarização das condições do trabalho beneficiam toda a classe burguesa, servindo como ponto de sustentação da aliança política entre as frações do bloco no poder.

A política de privatização favorece o grande capital internacional e a fração do capital monopolista da burguesia brasileira. Como salienta Boito Jr.:

“a política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grupos arremataram, a preço vil, e pago em grande parte com as chamadas ‘moedas podres’ e empréstimos favorecidos pelo BNDES (...)” (BOITO JR, 1999).

Já o terceiro círculo, beneficia interesses específicos do grupo hegemônico do bloco no poder, o grande capital monopolista financeiro e o grande capital internacional, que têm seus interesses específicos ligados à liberalização dos fluxos de capital e à política de estabilização financeira calcada nas altas taxas de juros.

É claro que os interesses de certas frações do bloco no poder são atingidos pela política financeira do governo FHC, como por exemplo, na abertura de mercado, que prejudica a burguesia industrial nacional, com a invasão do mercado pelos produtos importados, porém, esses setores são compensados pelas políticas de desregulamentação do mercado, que se apresentam como interesse geral de toda a classe burguesa.

Nota-se, assim, uma aliança, que embora tenha interesses contraditórios em seu seio, apresenta também uma comunalidade de interesses que a determina, sem que por isso deixe de existir uma luta política intra-aliança para fazer prevalecer seus interesses imediatos.

Finalmente, como observa Boito Jr (2002b, p.30), ainda é possível identificar em certos setores de trabalhadores de baixa renda uma classe-apoio à implantação da plataforma política neoliberal, como forma de rejeição a um tipo de cidadania restrita e hierarquizada que se desenvolve no Brasil ao longo de toda a história republicana.

Assim, um governo que, na cena política aparece como “classe média” e com apoio de amplas camadas populares é, na verdade, representante dos interesses do grande capital financeiro nacional e internacional, demonstrando que os partidos políticos não revelam os interesses mais profundos que realmente representam, dissimulando-os sob um discurso ideológico que, ao mesmo tempo em que organiza seus representados, ilude e desorganiza as classes trabalhadoras.

2.NEOLIBERALISMO, PLANO REAL E GOVERNO FHC

2.1.UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

O projeto de implantação de uma plataforma política neoliberal¹⁷ no país não surge, parafraseando Marx, “como um raio caído de um céu azul” (MARX, 1974, p.331), mas é resultado das profundas transformações no modo de produção capitalista que ocorrem nas últimas décadas do século XX, com a crise do modelo de acumulação fordista, que orientou o desenvolvimento das economias capitalistas centrais no pós II Guerra Mundial, afetando não só estas economias capitalistas centrais, mas também toda a periferia do modo de produção.

O modelo fordista constitui-se fundamentalmente, por um lado, numa forma de organização do processo de trabalho baseada no aprofundamento dos princípios tayloristas¹⁸ pela utilização intensiva de máquinas que garantiriam a unidade do processo de trabalho parcelizado e o maior controle dos tempos e movimentos, graças à sua capacidade de determinar o ritmo de trabalho do operário; e por outro, num regime de acumulação intensiva que só se torna viável com a distribuição dos ganhos de produtividade de uma forma mais equitativa entre salários e lucros, de forma a proporcionar o crescimento dos salários e a expansão do mercado de consumo devido às altas taxas de ganho de produtividade, que lançavam quantidades maciças de produtos no mercado.

O brutal aumento da produtividade do trabalho decorrente dessas características determina um regime de acumulação essencialmente intensivo, ao contrário do regime taylorista, de caráter predominantemente extensivo. Como observa Bihl (1998, p.41), este regime de acumulação intensiva de capital, baseado na obtenção de ganhos progressivos de produtividade tende a elevar a demanda por meios de produção como forma de aumentar a

¹⁷ A ideologia neoliberal surge na Europa Ocidental e América do Norte no pós-II Guerra Mundial; desenvolvendo-se desde o início do século XX a partir da “Escola Austríaca”, baseando-se na revalorização do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX.

É importante observar a estreita relação entre o momento histórico em que esta ideologia começa a ganhar corpo e a luta política e ideológica que se acirra no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, com a divisão do mundo entre os blocos capitalista e socialista e o desenvolvimento da realidade política bipolar da Guerra Fria. Sintomaticamente, o que pode ser considerado o grande marco do surgimento do pensamento neoliberal – a publicação do livro “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Auguste Hayek, discípulo de Von Mises – se dá em 1944, na Grã-Bretanha, tendo como alvo o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945.

¹⁸ desvinculação entre a concepção e a execução das tarefas, parcelização das tarefas e sua redução a movimentos simples e mecânicos (TAYLOR, 1978).

produtividade do trabalho, por um lado; e, por outro, à redução da demanda por meios de consumo (proporcionalmente aos sucessivos ganhos de produtividade e o conseqüente aumento da capacidade produtiva), carregando em seu bojo o risco permanente das crises de superprodução, como ficou claro na crise dos anos 30, demonstrando a necessidade de divisão dos ganhos de produtividade entre salários e lucro como forma de garantir a expansão do modelo de acumulação, fundamentalmente após a II Guerra Mundial¹⁹.

Certamente esta divisão dos ganhos de produtividade não foi resultado de uma súbita tomada de consciência ou da sensibilidade social dos capitalistas, mas sim da necessidade de manutenção das condições de reprodução das relações de produção numa conjuntura instável caracterizada, como aponta Bihl por fatores tais como: a experiência relativamente recente da “grande depressão”, as lutas do proletariado por reformas salariais, a conclusão de acordos coletivos, a introdução das primeiras formas de salário indireto, a vitória de forças políticas sustentadas pelo proletariado, o aprofundamento da democracia política resultado da vitória sobre o nazismo, as necessidades ditadas pela reconstrução das economias capitalistas no período pós-guerra e uma nova onda de lutas operárias (BIHR, A., 1998, p.42). Assim, a estrutura do Estado vale-se uma vez mais de sua autonomia relativa para cumprir sua função de proporcionar as condições políticas da manutenção da hegemonia do bloco no poder.

Paralelamente, um novo posicionamento do movimento operário frente à participação eleitoral vai configurar a estrutura dos governos social-democratas da Europa Ocidental, como observa Przeworski:

“(...) incapazes, como governos de minoria, de empreender o programa socialista, em meados da década de 1930 os social-democratas encontraram uma política econômica distinta que justificava seu papel governamental, especificava diversas reformas intermediárias que poderiam ser realizadas com êxito dentro dos limites do capitalismo e permitia, em vários países, o estabelecimento de uma plataforma eleitoral bem-sucedida. Enredados, nos anos vinte, em uma posição de tudo-ou-nada, os social-democratas descobriram um novo caminho para a reforma, abandonando o projeto de nacionalização em favor do de bem-estar geral. O novo projeto, na verdade, implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas” (PRZEWORSKI, 1995, p.55).

¹⁹ Deve-se notar também a acelerada extensão do regime de trabalho fordizado para além das fronteiras do operariado tradicional, que atinge os “white collars” e grande parte dos trabalhadores do setor comercial através

A ascensão dos partidos social-democratas na Europa Ocidental, vai então marcar a progressiva passagem do Estado mínimo liberal para um Estado intervencionista, que garante a reprodução e a estabilidade das relações de produção capitalistas, intervindo na luta de classes através da intervenção direta na intermediação das relações entre capital e trabalho, na intervenção direta na economia através de elevados investimentos em infraestrutura, e através da política monetária e orçamentária, no fornecimento de equipamentos e serviços coletivos, bem como na gestão da seguridade social, comprovando novamente que a participação direta de uma determinada classe ou fração de classe na estrutura do Estado não determina, por si, sua hegemonia e a consecução de seus interesses.

Porém, o equilíbrio deste modelo de acumulação entra em crise entre fins dos anos 60, quando o capital aumenta sua ofensiva buscando recuperar os espaços cedidos na luta distributiva. Segundo Villareal (1984), pela primeira vez no século XX, as economias capitalistas avançadas – em especial dos Estados Unidos e da Europa Ocidental – enfrentam simultaneamente graves desequilíbrios externos e internos - aceleração das taxas de inflação, redução das taxas de crescimento econômico e produtividade, elevação dos déficits públicos e aumento do desemprego²⁰ - que até então eram características dos países da periferia do capitalismo.

Tabela 1– Países Industrializados – Crescimento Econômico Anual.

País	1967-1973	1973-1978
Inglaterra (PIB)	3,4	1,1
Estados Unidos (PNB)	3,5	2,4
Japão (PNB)	10,2	3,7
França (PIB)	5,6	2,9
Alemanha Oc. (PNB)	5,3	2,0
OCDE ²¹	4,8	2,5

Fonte: VILLARREAL, R. **A contra-revolução monetarista – Teoria, política e ideologia do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

da introdução de métodos de trabalho mecanizados e parcelizados (BIHR, 1998, p.52. Ver também BRAVERMAN, 1981).

²⁰ Os índices de desemprego cresceram de 3,5% no período 1962-72 para 5,7% no período 1973-79. (vide VILLARREAL, 1984, p. 36-38).

²¹ Composição atual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suíça, Suécia e Turquia

Tabela 2 – Países Industrializados – Inflação Anual

ANO	Inglaterra	EUA	Japão	Alemanha Oc.	França	Canadá	Itália
1967	2,5	2,8	4,0	1,4	2,7	3,6	3,7
1968	4,7	4,2	5,3	2,9	4,5	4,0	1,4
1969	5,4	5,4	5,2	1,9	6,4	4,6	2,6
1970	6,4	5,9	7,7	3,4	4,8	3,3	5,0
1971	9,4	4,3	6,1	5,3	5,5	2,9	4,8
1972	7,1	3,3	4,5	5,5	6,2	4,8	5,7
1973	9,2	6,2	11,7	6,9	7,3	7,6	10,8
1974	16,0	11,0	24,5	7,0	13,7	10,8	19,1
1975	24,2	9,1	11,8	6,0	11,8	10,8	17,0
1976	16,5	5,8	9,3	4,5	9,6	7,5	16,8
1977	15,9	6,5	8,1	3,9	9,4	8,0	17,0
1978	8,3	7,7	3,8	2,6	9,1	9,0	12,1
1979	13,4	11,3	3,6	4,1	10,7	9,2	14,7
1980	18,0	13,5	8,0	5,5	13,3	10,1	21,2
1981	10,9	10,7	5,1	6,0	13,8	13,0	19,3

Fonte: VILLARREAL, R. **A contra-revolução monetarista – Teoria, política e ideologia do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Porém, somente a partir de 1973, com o agravamento da crise nos países de capitalismo avançado²² é que o pensamento neoliberal começa a se difundir com maior força. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno, com suas críticas ao poder dos sindicatos e do movimento operário em geral, que teriam corroído as bases de acumulação

²²Ocorrem em 1973 e em 1979, as crises do petróleo, caracterizadas pela drástica elevação do preço do produto que era a matriz energética dos países capitalistas centrais; e, ainda em 1979, a elevação das taxas de juros americanas, que desencadeariam a crise da dívida externa nos países da periferia capitalista.

capitalista pelas suas pressões reivindicativas sobre os salários, por um lado e pela sua pressão para que o Estado aumentasse os gastos sociais, por outro.

A proposta neoliberal para combater a crise era simples: a manutenção de um Estado forte o suficiente para romper o poder dos sindicatos e manter o controle monetário²³, mas diminuto nos gastos sociais e nas intervenções na economia. Além disso, propunham o abandono da meta do pleno emprego, para a criação de um exército de reserva de trabalhadores e reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (ou seja, reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas) (ANDERSON,1998, p.10-11).

Anderson observa, porém, que a hegemonia neoliberal levou ainda quase uma década para se confirmar, pois nos anos 70, a maioria dos governos da OCDE ainda enfrentava a crise a partir da ótica keynesiana. Somente em 1979, com a eleição de Thatcher, na Inglaterra, é que assume um Governo de um país capitalista avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Logo depois assumem Reagan, nos Estados Unidos (1980), Kohl na Alemanha Ocidental (1982), Schluter, na Dinamarca (1983), e, em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria elegem governos neoliberais.

O Governo Thatcher, segundo Anderson, foi caracterizado pela contração monetária, elevação das taxas de juros, diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos, abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, aumentos dos níveis de desemprego, repressão a greves (em especial o movimento mineiro), imposição de uma nova legislação anti-sindical, corte dos gastos sociais e um amplo programa de privatização.

Já Reagan, devido à própria inexistência de um Estado de bem-estar do tipo europeu nos Estados Unidos, concentrou sua política na competição militar com a União Soviética, como forma de “quebrar” sua economia. Internamente, Reagan também reduziu impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e reprimiu a única greve significativa do

²³ Apesar de o maior impacto das idéias de Milton Friedman ter se dado na década de 70, já na década de 50 é possível verificar a consolidação de seu pensamento, com o lançamento de sua versão modificada da teoria quantitativa da moeda em Chicago - em oposição a Keynes - criticando o “populismo” do governo em condições de liberdade de emissão de moeda e apregoando o controle monetário.

Acreditando que a inflação é um fenômeno essencialmente monetário, Friedman defende que todo aumento de oferta monetária tem como resultado o aumento da taxa de inflação. Políticas monetárias expansionistas com a intenção de crescimento econômico e criação de empregos seriam, portanto, ineficazes e teriam como resultado somente o aumento da taxa de inflação. Isto se deve à crença na Teoria das Expectativas Racionais, que supõem que os agentes econômicos têm pleno conhecimento do impacto das políticas econômicas do Estado, formando as mesmas expectativas, baseadas em um pensamento racional e maximizador de lucros; que levaria a um ajuste automático dos preços até o novo ponto de equilíbrio, tornando sem efeito a longo prazo as políticas monetárias governamentais.

período - da aviação civil. A corrida armamentista criou, por outro lado, um déficit público sem precedentes.

Outros países europeus, ainda segundo Anderson, praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Já no sul da Europa (França, Grécia, Espanha, Portugal e Itália) observou-se a ascensão de governos de esquerda, que adotaram políticas neoliberais, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono das políticas de pleno emprego.

Na Austrália e na Nova Zelândia, as reformas neoliberais alcançaram proporções dramáticas. Anderson aponta para a Nova Zelândia como o exemplo mais extremo de destruição do Estado de bem-estar de todo o mundo capitalista avançado. Sobre o caso neozelandês, é interessante observar a descrição de John Gray, economista da London School of Economics e apoiador de primeira ordem da política econômica de Thatcher e, portanto, acima de qualquer suspeita de “esquerdismo”:

“Imediatamente, ou pouco depois que o governo trabalhista assumiu o governo em julho de 1984, foram abolidos os controles de câmbio e a moeda passou a flutuar; controles sobre preços, salários, taxas de juros, aluguéis e créditos foram eliminados”. Os subsídios à exportação foram retirados, as licenças de importação suprimidas e todas as tarifas maciçamente reduzidas. A maioria das empresas estatais e seus ativos foi privatizada. Numa decisiva ruptura com a herança keynesiana há muito existente na Nova Zelândia, o pleno emprego foi abandonado como objetivo de política pública, em favor da meta monetarista de estabilidade de preços. (...). Singularmente na Nova Zelândia, foi abolido o financiamento da agricultura, e quase toda a assistência e proteção estatal foi retirada no período de 1984 a 1987. Não menos excepcional foi a desregulamentação do mercado de trabalho, levada bem além da limitação do poder dos sindicatos introduzida na Inglaterra de Thatcher. Em 1991, o sistema de negociação coletiva nacional foi substituído por contratos individuais de trabalho, tanto no setor público quanto no privado. (...). Foi criado um banco central independente, cujo único objetivo era a estabilidade de preços.(...) Igualmente, a imposição de um modelo neoliberal nos serviços públicos foi mais abrangente do que em qualquer outro país (salvo, talvez, o Chile). Os hospitais públicos foram convertidos em empresas comerciais e estimulados a competir com os fornecedores privados de assistência médica. A educação foi reestruturada, com a responsabilidade pelo fornecimento de serviços educacionais devolvida às diretorias das escolas locais. As escolas cobravam remuneração por seus serviços e precisavam complementar o orçamento com atividades comerciais. As habilitações para os benefícios previdenciários de toda espécie foram rigorosamente cortadas, e a população foi estratificada em categorias econômicas que determinavam níveis de subsídio para os serviços estatais. Todo serviço estatal foi mercantilizado e todas as funções previdenciárias do Estado foram reduzidas” (GRAY, 1999, p.57-58).

No plano da organização do processo produtivo as repostas neoliberais à crise concentraram-se nos processos de reestruturação produtiva – iniciado nos anos 70 e que tem como característica essencial a “flexibilização” do processo de trabalho ou, se preferir, aumento da exploração do Trabalho – e de “globalização”²⁴, mais evidente a partir dos anos 80. Nascidos sob a inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, a generalização desses processos não surge por acaso, ou como prova de sua pretensa superioridade científica ou, como diria Williamson (1992, p.48), “sabedoria convencional”. Resultam, como aponta Chesnais (1997, p.22), tanto das operações do capital concentrado quanto das relações de dominação e de dependência políticas entre os Estados capitalistas mais poderosos e os mais periféricos:

“O triunfo atual do ‘mercado’ não teria sido possível sem as intervenções políticas repetidas de instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos. Por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas” (CHESNAIS., 1997, p.23-24).

Assim, o FMI assumiu o papel de defesa explícita dos interesses do capital financeiro internacional impondo rígidos acordos político-econômicos que possibilitassem o pagamento dos empréstimos já realizados como condição para acesso a novos recursos, resultando num processo de brutal subordinação econômica e política dos países endividados.

Para o FMI – que fazia eco às concepções dominantes nos países capitalistas centrais (de cunho neoliberal) - a crise nos países periféricos existia porque eles consumiam além de suas capacidades produtivas, obrigando-os a importar a diferença entre consumo e produção. Isto implicava, por sua vez, em déficits na conta de transações correntes e, no endividamento externo para equilibrar o balanço de pagamentos.

²⁴ O processo de “Globalização” pode ser entendido, ainda segundo Filgueiras, como um aprofundamento da internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição, impulsionada pelo processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 70 nos países centrais e tendo como seu principal aspecto o processo de “globalização” financeira. Essa “globalização” financeira, resultado direto do fim do sistema monetário de Bretton Woods, implicou na inexistência de uma âncora internacional de moedas, que resultou numa crescente instabilidade nas transações econômicas internacionais, determinando uma crescente volatilidade das taxas de juros e de câmbio e levando a uma crescente titularização da dívida pública. Com isto, como aponta Chesnais, a partir de meados dos anos 80, o setor financeiro cresce como uma “bola de neve”, devido à transferência de parte significativa da renda nacional de quase todos os países da OCDE a instituições financeiras possuidoras de títulos da dívida pública (CHESNAIS, 1997, p.33).

Partindo dessa explicação, a recomendação para solucionar o problema, baseava-se essencialmente, na redução da demanda interna (em especial dos gastos governamentais), que possibilitava - através da queda da atividade econômica - uma diminuição das importações. Para isso, recomendava-se o contingenciamento das necessidades de financiamento do setor público e a elevação das taxas de juros e; paralelamente, o estímulo às exportações, através de uma política cambial de desvalorizações das moedas desses países, juntamente com o arrocho salarial e subsídios creditícios e fiscais, para sustentar a competitividade dos seus produtos no mercado internacional.

A implantação dessas políticas teve como consequência a estagnação econômica generalizada da periferia capitalista que durou quase toda a primeira metade da década de 80; o aumento das exportações e a queda das importações, com grandes remessas de capitais para o exterior; o aumento das taxas de desemprego e arrocho salarial; o corte de crédito agrícola devido à contenção dos gastos governamentais; a ampliação do atraso tecnológico no setor industrial, devido à diminuição no volume das importações; o crescimento da dívida interna, com a fragilização financeira do Estado; e a elevação progressiva das taxas de inflação.

Assim, a incorporação dos países “emergentes”, nos anos 90, completou o processo de “globalização” financeira, mundializando os circuitos financeiros de acumulação e permitindo ou, poderíamos dizer, forçando que esses países estruturassem suas políticas de estabilização com base nos capitais internacionais de curto prazo; o que diminuiu a capacidade destes Estados de fazerem políticas macroeconômicas.

Nos países de capitalismo avançado a implantação das políticas neoliberais na década de 80 conseguiu controlar as taxas de inflação e recuperar a taxa de lucro das empresas – devido às derrotas impostas ao movimento sindical e ao crescimento das taxas de desemprego, criando um grande exército industrial de reserva – e aumentar o grau de desigualdade – como outro mecanismo imprescindível da economia de mercado – porém, fracassou em restaurar as altas taxas de crescimento estável da economia. Segundo Anderson, esse fracasso é devido ao processo de desregulamentação financeira, fruto do abandono do Tratado de Bretton Woods pelos norte-americanos²⁵, que criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva.

²⁵ Estes acordos criaram o FMI e o Banco Mundial, além de estabelecer a paridade cambial fixa entre as principais moedas ocidentais e o ouro. Sendo o dólar a moeda mais importante, ele transformou-se, na prática, na moeda internacional, visto que os acordos previam sua conversibilidade em ouro a uma taxa fixa de US\$ 35,00 a onça. Vigoraram até o início da década de 70, quando os Estados Unidos, sob a égide da crise, abandonam unilateralmente a conversibilidade entre o dólar e o ouro e o sistema de taxas de câmbio fixas, levando à

Por outro lado o peso do Estado de bem-estar, ainda segundo Anderson, não diminuiu tanto quanto queriam os neoliberais, por duas razões básicas: o aumento dos gastos sociais com o desemprego e o aumento demográfico dos aposentados na população. Por fim, em 1991, o capitalismo avançado entra em nova crise de profunda recessão, com o crescimento da dívida pública de quase todos os países ocidentais e o endividamento privado das famílias e das empresas chegando a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial.

Atualmente a economia capitalista atravessa mais um período de expansão mundial, liderado principalmente pelo crescimento econômico chinês. Porém, como em outras conjunturas, esses períodos de crescimento são cada vez mais instáveis e mesmo a generalização da implantação das políticas econômicas neoliberais patrocinada pelos organismos econômicos multilaterais (FMI, Banco Mundial) e pelo Governo Norte-Americano não conseguiu dar estabilidade às economias capitalistas avançadas ou periféricas. Assim, ainda está por se definir os limites das políticas neoliberais, pois apesar de muitas críticas, muito pouco tem sido feito pelos organismos econômicos internacionais e pelos governos para modificar as políticas econômicas atuais.

2.2 O PANORAMA BRASILEIRO

No caso brasileiro, a conjuntura interna da década de 70 permitiu a extensão do ciclo de crescimento econômico proporcionado pelo modelo de substituição de importações, enquanto as economias dos países capitalistas centrais já estavam em plena crise. Foi o período do “Milagre Econômico” (de 1968 a 1973) e, depois, do II PND (de 1974 a 1976), que deram uma maior sobrevida ao ciclo de expansão econômica, mesmo à custa da

propagação da instabilidade que se estendeu dos mercados de câmbio para os mercados financeiros e de produtos.

Na verdade os EUA rompem com o sistema de conversibilidade dólar-ouro em 1968, mas somente em 1971 é que ocorre o desligamento total deste padrão, com o fim da paridade, quando o dólar não só se desvalorizou, como demonstrou grande volatilidade, pois este perde confiança enquanto meio de reserva de valor.

O fim do sistema monetário de Bretton Woods, implicou na inexistência de uma âncora internacional de moedas - devido ao fim da paridade dólar-ouro - e, com isso, no entrelaçamento dos mercados de câmbio e financeiro. A partir daí, desenvolveu-se uma crescente instabilidade nas transações econômicas internacionais, determinando uma crescente volatilidade das taxas de juros e de câmbio e levando a uma crescente desintermediação financeira (busca de financiamento à margem dos fornecedores usuais estimulada pelo aumento dos custos administrativos e pelo crescente diferencial entre as taxas de captação e de empréstimo das instituições bancárias tradicionais, dando origem a novos investidores institucionais e ao crescimento explosivo do capital especulativo, investidor em títulos da dívida pública).

aceleração do endividamento externo que determinou na década de 80 a submissão do país às duras políticas de estabilização econômica recomendadas pelo FMI.

Porém, a crise do regime militar e o posterior advento da “Nova República” inviabilizaram politicamente a continuidade do emprego dessas estratégias de estabilização recessivas prescritas pela ortodoxia do FMI²⁶, levando a uma mudança de abordagem do problema inflacionário e da forma de combatê-lo. O marco dessa mudança de abordagem foi a implementação do Plano Cruzado em fevereiro de 1986.

O Plano Cruzado partia de um diagnóstico da situação econômica brasileira que considerava que: a) o governo havia alcançado o equilíbrio fiscal; b) os preços relativos de bens e serviços estavam alinhados; c) os preços públicos estavam em níveis adequados; d) a safra agrícola tinha sido um sucesso; e) o câmbio não estava subvalorizado; f) as exportações estavam tendo bom desempenho; g) o nível de reservas cambiais estava bom; h) a disputa distributiva estava estabilizada (FILGUEIRAS, 2000, p. 79-80); não havendo, portanto, segundo essa avaliação, pressões de demanda ou oferta sobre os preços, apesar das elevadas taxas de inflação, o que seria prova do caráter puramente inercial da inflação brasileira.

A reforma monetária proposta consistia basicamente na criação de uma nova moeda, o Cruzado, através da conversão de 1000 cruzeiros em um cruzado; na decretação do congelamento total dos preços e rendimentos e na desindexação geral da economia; que tiveram como impactos imediatos a rápida queda da inflação; o crescimento da demanda por produtos e serviços; o aumento da produção e do emprego; a rápida remonetarização da economia (devido à fuga de pequenos poupadores da caderneta de poupança para o consumo, devido às taxas de juros baixas que puseram fim à ilusão monetária causada pela inflação); e a melhora momentânea da distribuição de renda, devido ao fim do “imposto inflacionário”.

Porém, o déficit público não estava controlado e os preços relativos não estavam alinhados e, com o congelamento, cristalizou-se esta situação de desequilíbrio que ocasionou o esgotamento da capacidade produtiva de vários setores da economia - devido ao grande aumento da demanda por produtos e serviços - provocando o desabastecimento e o ágio, que minaram o congelamento. Filgueiras aponta ainda a situação internacional desfavorável, em que a baixa liquidez dos mercados financeiros internacionais dificultava o

²⁶ Deve-se ter em mente neste período que, enquanto na maior parte dos países capitalistas ocidentais a classe trabalhadora enfrentava um grande refluxo, no Brasil, ao contrário, assistia-se a um momento de florescimento do poder das classes populares, com o surgimento do “novo sindicalismo”, a posterior criação do Partido dos Trabalhadores entre outros fatores que possibilitaram uma forte resistência à implantação de políticas econômicas ortodoxas no Brasil.

acesso do Brasil a novos empréstimos. Associados a isto, a queda das exportações - ditada pelo aumento da demanda interna - e a sobrevalorização cambial, levaram à ampliação do déficit no balanço de pagamentos, levando, por sua vez a uma queda elevada no nível das reservas cambiais e à decretação da moratória da dívida em 1987.

Com a desvalorização cambial e a retomada da aceleração dos preços, o plano encerrou-se, embora tenha havido ainda em 1986, duas tentativas de correção dos rumos tomados pelo Cruzado. Em 1987 e 1989 foram feitas mais duas tentativas de estabilização heterodoxa no Brasil (Planos Bresser e Verão, respectivamente), mas com resultados infrutíferos, que levaram ao descrédito novas tentativas de estabilização heterodoxa no Brasil.

O Governo Collor, a partir de 1990, inaugura o período de implantação da plataforma política neoliberal no Brasil, utilizando-se de um discurso radical defendendo a abertura da economia e o processo de privatizações.

O Plano Collor consistia basicamente de uma reforma monetária, um ajuste fiscal e uma política de rendas associados a medidas de liberalização do comércio externo e de uma nova política cambial.

O plano teve como resultado imediato a queda abrupta da inflação - às custas de recessão e desemprego - porém, com a remonetarização da economia, houve a volta do crescimento das taxas inflacionárias. A postura autoritária de Collor, que se aproveitou da grave situação econômica do país para conduzir esse projeto de maneira intransigente, foi decisiva para o fracasso do Plano, pois não havia, naquele momento, um consenso nem mesmo relativo no bloco no poder, em especial entre o capital industrial, a respeito da forma de aplicação das políticas neoliberais no país.

Porém, a continuidade do projeto neoliberal no Brasil é assegurada com a ascensão de uma figura política muito mais habilidosa para garantir o consenso necessário e capitanear sua implantação: Fernando Henrique Cardoso é nomeado Ministro da Fazenda por Itamar Franco, em maio de 1994 e consolida definitivamente sua posição com o lançamento do Plano Real e logo depois, com sua eleição à Presidência da República.

2.3 O PLANO REAL

Como observa Tavares (1998, p. 102), ao contrário da crise cambial dos anos 80, houve no início dos anos 90 uma crise internacional de excesso de liquidez ocasionada pela desvalorização do dólar na segunda metade da década de 80. Essa desvalorização do dólar fez com que os capitais especulativos internacionais migrassem para a periferia do capitalismo e modificou as recomendações de política econômica ditadas pelo FMI, obrigando esses países a inverter suas políticas cambiais e passando, de exportadores líquidos de capital a absorvedores forçados de recursos externos de curto prazo.

Com isso, impôs-se à América Latina uma política de desregulamentação financeira e cambial e uma abertura comercial sem precedentes assentadas nos pressupostos do Consenso de Washington²⁷ e chanceladas pelo FMI e pelo BIRD, sob patrocínio dos Governos dos países capitalistas centrais. Assim, México, Peru, Argentina, Bolívia, todos implantaram planos econômicos semelhantes ao longo dos anos 80 e 90, caracterizados pela redução de tarifas de importação, valorização cambial e o convívio muito próximo com um mercado de capitais de alta liquidez (LOURENÇO, 1996, p.24).

O Plano Real, como representante tardio dessa geração de planos de estabilização econômica que se disseminou pela América Latina assumiu, então, esse perfil, adotando a política de combate à inflação por meio da dolarização indireta da economia, com grande ênfase no ajuste fiscal e na reforma do Estado (através, sobretudo, de privatizações e mudanças na seguridade social), na desregulamentação dos mercados e na liberalização comercial e financeira.

Devido à forte dependência do Plano Real em relação aos capitais internacionais de curto prazo, as diversas conjunturas econômicas atravessadas pelo Brasil

²⁷ Esta conhecida denominação, atribuída ao economista John Williamson, é o resultado de um encontro acadêmico (e sem caráter deliberativo) realizado em Washington em novembro de 1989, no *think tank* Institute for International Economics sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?". Neste encontro, funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BID), além de diversos economistas latino-americanos fizeram uma avaliação extremamente positiva a respeito das reformas econômicas empreendidas na América Latina, baseadas nas políticas de caráter neoliberal recomendadas pelo governo norte-americano como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral; reunindo elementos até então esparsos em um único corpo teórico, que se tornou o mais novo paradigma da política econômica neoliberal.

O "Consenso" pode ser resumido em um conjunto de dez recomendações de caráter liberalizante da economia: 1) Disciplina fiscal, 2) Reorientação das prioridades de gastos públicos para áreas denominadas pelo autor como "politicamente sensíveis" (educação, saúde, infra-estrutura), 3) Reforma fiscal, 4) Liberalização de financiamento visando a determinação das taxas de juros pelo mercado, 5) Unificação das taxas de câmbio em

após sua implantação expressaram o impacto da ocorrência de crises cambiais em outras regiões do planeta – México, Ásia e Rússia - que obrigaram o Governo a políticas econômicas de contenção da fuga desses capitais do país.

Filgueiras (2000) observa que, a partir da implantação do Real até 1º semestre de 99, é possível identificar quatro fases nas flutuações do nível de atividade econômica no Brasil, resultantes das flutuações do capital financeiro internacional em outras regiões do planeta: 1) uma primeira fase expansiva, julho de 1994 (imediatamente após a implantação da nova moeda) a março de 1995; 2) uma fase recessivo-estagnacionista, de abril de 1995 a março de 1996; 3) uma fase de retomada de crescimento econômico, de abril de 1996 a julho de 1997 e 4) uma nova fase recessivo-estagnacionista, do 1º semestre de 1997 até julho 1999.

O marco de cada uma dessas fases é a alteração da política econômica do Governo brasileiro, no sentido de elevar ou reduzir taxas de juros, cortar ou preservar os gastos públicos, e dificultar ou facilitar compras a prazo, desestimulando ou estimulando o consumo, a produção e a geração de emprego, com a intenção de manter o equilíbrio cambial em uma conjuntura internacional instável.

Assim, se por um lado o Plano Real obteve êxito em controlar a inflação, por outro, não conseguiu assegurar a estabilidade macroeconômica do país, pois seus fundamentos colocaram o Brasil numa espiral ascendente de dependência externa que impede essa estabilização: Para financiar o balanço de pagamentos desequilibrado no setor externo e aumentar as reservas cambiais essenciais ao seu fechamento, o Estado utiliza-se de taxas de juros elevadas, capazes de atrair os capitais financeiros internacionais e emite dívida pública interna, produzindo um déficit público crônico de natureza financeira. E, para equilibrar esse déficit de natureza financeira, o governo recorre ao corte de gastos e às tentativas de reforma do Estado, por um lado, e aumenta a carga tributária, e dilapida o patrimônio público através das privatizações por outro.

nível competitivo, 6) Liberalização comercial, 7) Liberalização do investimento externo direto, 8) Privatização, 9) Desregulamentação de mercado e 10) Proteção de direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

Tabela 3 – Dívida Externa e Reservas Internacionais 1990-1998 (em US\$ milhões)

ANO	DÍVIDA BRUTA	RESERVAS INTERNACIONAIS	DÍVIDA LÍQUIDA
1990	122.828	9.973	112.855
1991	123.910	9.406	114.504
1992	135.949	23.754	112.195
1993	145.726	32.211	113.515
1994	148.295	38.806	109.489
1995	159.256	51.840	107.416
1996	179.935	60.110	119.825
1997	200.613	52.173	148.440
1998	226.395	44.556	181.839

Fonte: FILGUEIRAS, L., **História.**

Do plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p.154.

Além disso, a manutenção de uma política de sobrevalorização cambial do Real – que prejudica o setor exportador – conjugada com a manutenção das altas taxas de juros, tanto para atrair o capital financeiro internacional quanto para restringir o consumo interno (com o objetivo de manter estáveis as taxas de inflação, evitando o surgimento da inflação de demanda) atinge de forma decisiva a capacidade de crescimento e, por extensão, de geração de emprego, como demonstram os quadros a seguir:

Tabela 4 – Produção Industrial Brasileira 1994-1998 (em %)

ANO	1994	1995	1996	1997	1998
VARIAÇÃO ANUAL (EM %)	7,6	1,8	1,7	3,9	-2,3

Fonte: MATTOSO, J., “Produção e emprego: renascer das cinzas”, in LESBAUPIN, I., **O desmonte da nação – balanço do governo FHC.** Petrópolis: Vozes, 1999, p.123

Tabela 5 – Índice do Nível de Emprego Formal – Brasil – 1994-1998.
Dezembro/1994 = 100

ANO	1994	1995	1996	1997	1998 (NOV/98)
TOTAL	100	98,28	97,09	96,68	96,04

Fonte: MATTOSO, J., “Produção e emprego: renascer das cinzas”, in LESBAUPIN, I., **O desmonte da nação – balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.127

Em resumo, a política econômica do Real coloca o Brasil na dependência dos fluxos de capitais externos voláteis, atraindo-os através de elevadas taxas de juros. Essa política torna necessária a manutenção de grandes reservas cambiais para garantir o fechamento do balanço de pagamentos e torna a política econômica refém das flutuações de um mercado financeiro internacional desregulamentado e instável – como fica claro na observação das conjunturas do Real - e afeta a capacidade do Estado de elaboração de políticas de desenvolvimento interno sustentado; além de fragilizar sua capacidade de financiamento - tornando necessário um ajuste fiscal constante para evitar a crise - e restringir as poucas políticas sociais governamentais.

Além disso, a manutenção dessa política econômica orientada pelo setor externo tem como resultado a restrição do crescimento econômico, com seus efeitos imediatos no plano social, já afetado pelo contingenciamento das despesas do Estado, configurando uma situação de equilíbrio econômico instável, estagnação econômica e crise social.

3 IDEOLOGIA, LINGUAGEM E POLÍTICA

Como observavam Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”, a base da ideologia está diretamente ligada à atividade e ao intercâmbio material dos homens, sendo uma “emanação direta de seu comportamento material” (MARX, ENGELS, 1986, p.36). Assim, a ideologia diz respeito à relação dos homens com a natureza, a sociedade e com sua atividade econômica e política, formando um conjunto relativamente coerente de representações, valores e crenças.

Este conjunto relativamente coerente tem por função inserir os agentes sociais de determinado modo em suas atividades práticas, reconstruindo no plano imaginário um discurso relativamente coerente que dá forma às representações dos agentes, inserindo-as dentro da unidade de relações contraditórias reais dessa formação social. Assim, a ideologia tem por função a manutenção da coesão da formação social estabelecendo relações que permitem o funcionamento das atividades práticas na unidade contraditória dessa formação.

Ampliando o alcance do conceito desenvolvido em “A ideologia Alemã”, Poulantzas afirma que a ideologia não compreende somente um conjunto de conhecimentos esparsos e noções que operam no imaginário, mas sim o próprio modo de vida de uma determinada época em uma formação social, com suas práticas simbólicas e materiais, incluindo o “*proceso de simbolización, la transposición mítica, el ‘gusto’, el ‘estilo’, la ‘moda’, en resumen, el ‘modo de vida’ en general*” (POULANTZAS, 1972, p.266).

A ideologia tende à manutenção do predomínio da classe dominante, fazendo com que prevaleçam as representações, valores e crenças do bloco no poder, pois, na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, dominam também como pensadores, regulando a produção e a distribuição das idéias da época (MARX, ENGELS, 1986, p.72), porém, esta hegemonia ideológica não se constrói espontaneamente, pois como observa Boito Jr, nas formações sociais capitalistas, caracterizadas pelo direito burguês e pelo burocratismo, a base da ideologia nasce da própria estrutura do Estado capitalista (BOITO JR., 2002a, p.129)²⁸, possibilitando a renovação da ilusão da troca de equivalentes, tratada no capítulo I.

²⁸Althusser divide a ação dos aparelhos de Estado, que atuam de maneiras diferentes para garantir a reprodução das relações de produção: O Aparelho (Repressivo) de Estado teria sua ação fundada basicamente na força (física ou não). Seria composto pelo governo, pela administração, pelos tribunais, exército, prisões, polícia, etc.; sendo unificado, tendo administração centralizada e sendo predominantemente composto por aparelhos de domínio público; Já os Aparelhos Ideológicos de Estado seriam instituições da sociedade civil distintas e

Com isso, as frações de classe dominantes logram apresentar seus interesses como interesses universais, colocando-se como representantes de toda a sociedade e portadores de seus interesses gerais. Isso não significa, porém, que a ideologia seja um conjunto hermético de representações que se impõem a todas as classes de uma formação social, pois, como argumenta Poulantzas (1972, p.268) - partindo da relação concreta das várias classes em constante luta dentro de uma formação social – o discurso dominante é permeado por elementos provenientes de outros modos de vida que não os do bloco no poder²⁹.

Poulantzas observa também que a ideologia está dividida em várias “regiões”, que ele classifica como ideologias moral, jurídico-políticas, religiosas, econômicas, filosóficas, estéticas, etc., sendo que, geralmente, em uma formação social, uma dessas regiões é predominante dentro da ideologia, que seria aquela que melhor cumpre, em cada formação social, o papel de ocultação do seu caráter contraditório.

Nas formações sociais capitalistas, a região dominante é a jurídico-política, caracterizada, como vimos, pela igualdade jurídica, pelo indivíduo portador de direitos, pelo Povo-Nação e pelo burocratismo, que permitem a existência da propriedade privada e a reprodução reiterada da operação de troca desigual travestida de troca de equivalentes que caracteriza a compra e venda da força de trabalho; restabelecendo o “éden dos direitos naturais do homem”, onde reina a “liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (MARX, 1985, p. 145).

A ideologia também tem importante presença na esfera da cena política, revestindo os representantes de classe que atuam nessa esfera com a aura de representantes da vontade popular atuando em um Estado que representaria o interesse geral do conjunto da sociedade. Assim, Fernando Henrique Cardoso não aparece como representante dos interesses do bloco no poder, mas sim como representante da vontade geral da população brasileira e, portanto, seu projeto de Governo é a implementação desse interesse geral.

Poulantzas observa ainda que, vivendo suas condições de existência política nas formas do discurso dominante, as classes trabalhadoras lutam, muitas vezes, contra o

especializadas (AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural) que se manifestariam junto ao aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confundiriam com ele. Seriam caracterizados pela sua pluralidade e por remeter-se ao domínio privado. Assim, os A.R.E. garantiriam, através da força, as condições políticas da reprodução das relações de produção, por um lado, pela reprodução do próprio A.R.E., e, por outro, pela manutenção das condições políticas do exercício dos A.I.E's. Os A.I.E's., garantem, sob o escudo do A.R.E., a reprodução mesma das relações de produção através da ideologia dominante (ALTHUSSER, 1985).

²⁹ Como vimos também, para preservar a estabilidade da formação social e defender os interesses de longo prazo do bloco no poder, o Estado, utilizando-se de sua autonomia relativa, é obrigado a absorver demandas

predomínio das classes dominantes tendo como referência os parâmetros da legitimidade dominante, incorporando seu discurso e práticas; limitando a luta política aos limites estabelecidos pela configuração específica do Estado nessa formação social específica (POULANTZAS, 1972, p.287). Não é de se estranhar, portanto, o alto grau de incorporação pelas classes trabalhadoras da ideologia liberal-democrática, que identifica a democracia com o simples ato do voto direto e a idéia amplamente aceita de que esta é a única forma legítima de ação política.

Mas, se por um lado, Poulantzas, preocupado com a formulação de uma teoria geral do Estado capitalista, desenvolve uma das mais aprofundadas análises do Estado em geral – e do Estado capitalista em particular – partindo do estudo de suas estruturas e trabalhando dentro de uma visão de totalidade e, portanto, num alto nível de abstração (totalmente compatíveis com seu objetivo primordial); por outro, ele deixa de abordar as relações entre os sujeitos do processo social, remetendo-as às relações estruturais, fato que tornou sua obra (e a de outros autores ditos “estruturalistas”) alvo de críticas de várias correntes das ciências humanas, que questionavam acerca do papel aparentemente restrito dos sujeitos sociais em seu pensamento. De fato, se Poulantzas consegue apreender os processos de maior envergadura e o sentido geral da ação do Estado capitalista e da ideologia; não consegue, ao mesmo tempo, abordar com a mesma profundidade a complexidade e as particularidades do processo de reprodução da ideologia na comunicação no plano cotidiano do inter-individual³⁰.

Não se pretende aqui negar o papel estrutural do Estado na formação e manutenção da ideologia dominante – até mesmo porque as bases desta ideologia, assentadas na liberdade individual e no burocratismo emanam da própria estrutura do Estado capitalista; porém, deve-se lembrar que a cena política é a esfera da mistificação, onde os representantes das classes e frações de classe em luta apresentam-se como indivíduos de uma sociedade sem classes, onde a luta política aparece mediada pelos sistemas institucionais e a luta de classes é apresentada como luta partidária.

É na esfera da cena política que os representantes de classe apresentam-se incorporando as figuras do herói, do político carismático; protagonizando as ações individuais de coragem ou covardia; desempenhando os belos gestos. É a esfera onde a representação de classe aparece mediada pela personalidade individual dos representantes de classe que, de

provenientes das classes trabalhadoras, fator este que tem efeitos concretos no campo ideológico, atuando decisivamente na caracterização do Estado como representante dos interesses gerais da sociedade.

³⁰ Não se endossa aqui a tese do assujeitamento, desenvolvida por Althusser (1985).

diferentes formas, combinam elementos da ideologia dominante de forma a, em cada situação particular (e de forma inconsciente), possa legitimá-la.

Assim, o processo de comunicação é um importante aspecto da luta ideológica e, portanto, da luta de classes, e um dos mais importantes autores a tratar o processo de comunicação como um processo social e contraditório foi Mikhail Bakhtin.

Para Bakhtin, todas as esferas da vida humana são intermediadas pela linguagem e a palavra se constitui como o indicador mais sensível da transformação social, mesmo daquelas transformações que ainda não tomaram forma de sistemas ideológicos estruturados. A palavra seria o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova³¹. E, como todo signo resulta de uma relação entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação, uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo; há, dessa forma, uma mútua influência entre o signo e o ser (social).

Como as relações sociais são contraditórias, há a presença constante do confronto de interesses sociais nos limites de uma comunidade semiótica³², que se torna, então, a arena em que se desenvolve a luta de classes. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (ideologia oficial). Porém, a linguagem é um processo eminentemente dialógico, ou seja, sujeito a uma interpretação ativa por parte do interlocutor, o que faz com que haja a disputa em torno do signo dentro da comunidade semiótica.

O pertencimento a uma mesma comunidade semiótica é indispensável para o processo de comunicação porque, para que haja troca lingüística é necessário que locutor e interlocutor estejam integrados na unicidade da situação social imediata, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno comum bem definido, pois a forma lingüística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso:

³¹ Para Bakhtin, a língua não é um sistema de normas imutável, pelo contrário, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta: “Podemos admitir que no momento em que César escrevia suas obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um processo contínuo de transformação lingüística” (BAKHTIN, 1986, p.91).

³² Comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação.

“Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1986, p.95).

Assim, a enunciação – e, por conseguinte, o processo de comunicação em si, é necessariamente produto da interação de indivíduos socialmente organizados. A palavra, segundo Bakhtin, dirige-se sempre a um interlocutor, mesmo que não haja um interlocutor real, caso em que este é substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. Ela varia conforme o interlocutor (se, se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos, etc.).

Mas, deve-se ter sempre em mente que a palavra não é monovalente. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela é o produto da interação entre o locutor e o ouvinte; e nessa interação, o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota simultaneamente uma atitude responsiva ativa em relação a ele (concorda ou discorda, completa, adapta, apronta-se para executar, etc.).

Esta atitude responsiva ativa está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, e pode se dar de formas que não a resposta fônica, pois a ela pode se manifestar de outras formas: diretamente como um ato (a execução da ordem compreendida e acatada), por exemplo. Segundo Bakhtin, o próprio enunciador postula esta compreensão responsiva ativa: o que espera, não é uma compreensão passiva que, na medida em que espera sempre uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc.

Assim, o processo de comunicação é, na concepção bakhtiniana, caracterizado pela alternância dos sujeitos falantes. O próprio locutor é, em certo grau, um respondente, pois, como observa Bakhtin, não é o primeiro locutor; seu enunciado pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores aos quais está vinculado por algum tipo de relação – fundamenta-se neles, polemiza com eles, etc.

Esta interação entre locutor e ouvinte, dada em um determinado momento histórico, em determinadas condições sociais e determinado momento da evolução semântica

da língua³³ determina o tema. O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. É determinado não só pelas formas lingüísticas, mas também pelos elementos não-verbais da situação.

Além disso, cada esfera de utilização da língua elabora certos tipos de enunciados relativamente estáveis – os gêneros do discurso. Estas formas relativamente estáveis de enunciados introduzem-se na experiência cotidiana e na consciência de forma natural: o próprio processo de aprendizado da fala é um processo de aprendizado de estruturação de enunciados:

“Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações” (BAKHTIN, 1992, p.301-302).

Embora todo enunciado seja individual e, por isso, reflita a individualidade do enunciatador, nem todos os gêneros são igualmente propícios ao estilo individual. Os gêneros mais propícios, segundo Bakhtin, são os literários; sendo os menos favoráveis os gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, tais como a formulação do documento, da ordem militar, da nota de serviço, etc. Cada esfera tem seus gêneros apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. O estilo, ainda segundo Bakhtin, está indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e a unidades composicionais³⁴.

Mas os próprios gêneros discursivos são produtos do contexto histórico-social do indivíduo, pois, como observa Bakhtin:

³³ A evolução semântica da língua está diretamente ligada à evolução do horizonte apreciativo do grupo social e a evolução do horizonte apreciativo – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo – é determinada pela expansão da infra-estrutura econômica, segundo Bakhtin: “À medida que a base econômica se expande, ela promove uma real expansão no escopo de existência que é acessível, compreensível e vital para o homem. O criador de gado pré-histórico não tinha preocupações, não havia muita coisa que realmente o tocasse. O homem do fim da era capitalista está diretamente relacionado com todas as coisas, seus interesses atingem os cantos mais remotos da terra e mesmo as mais distantes estrelas” (BAKHTIN, 1986, p 136).

³⁴ tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.) (BAKHTIN, 1992, p 283-284).

“A época, o meio social, o micromundo – o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas – que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são as obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apóiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração. Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de idéias diretrizes que emanam dos ‘luminares’ da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc. Sem falar dos modelos das antologias escolares que servem de base para o estudo da língua materna e que, decerto, são sempre expressivas” (BAKHTIN, 1992, p.313).

De fato Bakhtin observa que o enunciador não é um “Adão”, que utiliza pela primeira vez um enunciado. Na verdade, os enunciados que são utilizados pelo enunciador hoje são normalmente retirados de outros enunciados, e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados pelo gênero, isto é, pelo tema, pela estrutura composicional e pelo estilo. No gênero, a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta.

Assim, tendo por base a hipótese da permanência de uma estrutura temática comum no discurso político de Fernando Henrique Cardoso, busca-se apreender os traços característicos dessa recorrência temática, bem como as formas pelas quais Fernando Henrique Cardoso, utilizando-se de um estilo próprio, as veicula para, no papel de representante simbólico do Governo (e, portanto, do bloco no poder), legitimar a plataforma política neoliberal, que atende prioritariamente os interesses do grande capital financeiro.

Mas para isto, é necessário que Fernando Henrique Cardoso, não seja considerado isoladamente, como um líder que simplesmente domina ideologicamente a “massa”, tendo em mente um “projeto” de dominação ideológica claramente definido. De fato, como observa Bakhtin, este “projeto” se reconstrói e se modifica durante o próprio ato de enunciação, pois, se por um lado baseia-se na reinterpretação ativa por parte do emissor de elementos cristalizados na ideologia oficial, por outro, como ato único e irrepetível, sofre a influência da conjuntura social, política e econômica imediata e da ação dialógica que determina uma reinterpretação também ativa por parte de receptores que estão imersos num universo ideológico permeado não só pela ideologia oficial (dominante), mas também, como aponta Poulantzas (1972), de elementos provenientes de outros modos de vida.

É preciso, pois, analisar a figura de Fernando Henrique Cardoso para além do indivíduo. Deve-se levar em conta sua imagem pública – não só como Presidente da República, mas sim toda sua trajetória na vida pública, que vai construir sua posição como Presidente da República, como intelectual, como integrante da resistência à ditadura militar, etc. – que tem influência fundamental na forma de legitimação de seus enunciados. Por outro lado, sua trajetória também determina as formas particulares que assumem seus enunciados, na medida em que sua trajetória histórico-social é que vai determinar sua formação ideológica.

Além disso, não havendo um discurso adâmico, Fernando Henrique não pode ser considerado como a fonte original de seu enunciado – determinado por uma complexa rede ideológica composta pelos discursos que foram enunciados antes dele e que estão sendo enunciados paralelamente ao dele. Sua enunciação é responsiva a esses discursos e à história da formação social. De fato, é possível que ele não seja nem mesmo o autor efetivo de suas falas (que podem ter sido redigidas pelo seu *staff*), mas sim que, ao enunciá-las, incorpore o papel de autor.

Assim, Fernando Henrique Cardoso não é a fonte de seu discurso, mas absorve e reinterpreta de forma responsiva os enunciados que circulam e circularam na comunidade semiótica, de forma a, em cada situação particular, buscar, por meio da persuasão, uma aceitação da plataforma política do bloco no poder, do qual é o principal representante simbólico.

Rodrigues (2005, p.174), observando este entrelaçamento entre o enunciado do autor com outras posições discursivas (os enunciados “já-ditos”), caracteriza dois tipos de movimentos dialógicos, de acordo com o tratamento dado às vozes que este incorpora em seu enunciado: um “movimento dialógico de assimilação” (“*a incorporação de outras vozes ao discurso do autor, avaliadas positivamente, ‘chamadas’ para a construção do seu ponto de vista*”); e o “movimento dialógico de distanciamento” (“*apagamento, distanciamento, isolamento, desqualificação das vozes às quais o autor se opõe*”). Além disso, considerando o modo de orientação do enunciado à atitude responsiva-ativa do interlocutor, Rodrigues caracteriza mais três movimentos dialógicos do discurso: o movimento de engajamento do interlocutor (“*o articulista eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo*”); o movimento de refutação da possível contrapalavra (“*o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor a seu discurso, abalando-as*”); e o movimento de interpelação (“*determinado ponto de vista é apresentado como o ponto de*

vista, como a verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir”) (RODRIGUES, 2005, p.178-179).

Valendo-se, então da utilização desses movimentos dialógicos, Fernando Henrique Cardoso pôde, em cada situação particular, em cada conjuntura atravessada, movimentar-se de forma a legitimar os interesses do bloco no poder frente à sociedade, reinterpretando as “vozes” que circularam antes dele e paralelamente a ele dentro da comunidade semiótica para apresentar um projeto político de classe como um projeto que abarca o interesse geral da sociedade. E é através da identificação das formas como ele o faz é que se torna possível desvelar os significados assumidos pela ideologia neoliberal em cada conjuntura particular para manter a legitimidade deste projeto político tendo sempre por fundamento, é bom lembrar, a base da ideologia política que se origina da própria estrutura do Estado capitalista, baseada na igualdade jurídica e no burocratismo.

Assim, tendo como premissa a concepção de Estado poulantziana e tendo em mente as formas de atuação deste Estado dentro do modo de produção capitalista, buscase, utilizando-se das contribuições bakhtinianas, apreender como a fala de Fernando Henrique Cardoso, enquanto porta-voz do bloco no poder, atuou na legitimação, na esfera da cena política, do projeto político da classe dominante, contribuindo, assim, para a manutenção da coesão da formação social, atuando a partir do aparelho de Estado e tendo como fator possibilitador dessa ação a própria ideologia jurídico-política, caracteristicamente predominante nas formações sociais capitalistas e que emana da própria estrutura do Estado.

Sem qualquer pretensão de filiação à linha de análise de discurso desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin e seus seguidores, buscar-se-á, portanto, interpretar os discursos selecionados de Fernando Henrique Cardoso tendo como referência elementos heurísticos presentes em sua concepção, tentando demonstrar como o discurso político de Fernando Henrique Cardoso se move entre o “já-dito” dos discursos anteriores ao dele e o “devir” da atitude responsiva ativa do interlocutor, de forma a constituir, a partir da ideologia jurídico-política proveniente da própria estrutura do Estado capitalista, um todo coerente que reinterpreta a ideologia oficial. Com isso a legitima e a seu governo na esfera da cena política através da criação de algo diferente da ideologia oficial – uma reinterpretação que se constitui através de um enunciado concreto único, que toma forma na interação dialógica entre enunciador e interlocutor, pois, como observa Rodrigues (2005, p.161), “*o enunciado ‘conclui’, ‘acaba’ determinada situação, representa a sua solução valorativa, ou seja, sempre cria algo novo e irrepetível*”.

4 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ORDEM POLÍTICA

Para se analisar a ideologia do discurso de Fernando Henrique Cardoso em relação à ordem política, primeiramente é necessário analisar qual é a idéia de regime político – enquanto elemento-chave de legitimação do poder político na cena política brasileira – na qual assenta seu discurso. Mas para entender esta construção ideológica, é preciso considerar os elementos histórico-sociais que a determinaram, pois a linguagem, como mostra Bakhtin, é uma construção histórico-social.

Deve-se, assim, levar em conta a história política do país – que havia saído a relativamente pouco tempo, na época da eleição de Fernando Henrique Cardoso, de uma ditadura militar que durara mais de vinte anos, e que se encerrou com uma grande reorganização das frações que compunham o bloco no poder de então, que determinou, na esfera da cena política, a organização de um governo representativo civil, que não rompeu definitivamente com as características e as frações de classe dominantes no antigo regime.

É necessário ainda levar em conta o novo equilíbrio de forças do bloco no poder e as posições que seus representantes políticos assumem na esfera da cena política, onde as forças políticas representantes da defesa de uma simples ampliação dos direitos políticos e civis ganham proeminência, ante a virtual eliminação das tendências revolucionárias de esquerda pelo aparelho repressivo da ditadura militar, levando a uma transição de regime contida dentro dos estreitos limites da democracia liberal – com a “concessão”, basicamente de direitos civis e políticos que se constituem em uma garantia mais legal do que propriamente efetiva. Particularmente, é importante considerar a posição do próprio Fernando Henrique Cardoso nesta conjuntura, como um dos grandes representantes dessa tendência favorável à solução negociada e à transição dentro dos limites da democracia liberal.

Além disso, é preciso considerar ainda o panorama político internacional, marcado pelo esgotamento do ciclo de apoio explícito norte-americano à implantação de ditaduras militares na América Latina e pelo ataque do capital ao modelo de desenvolvimento capitalista que havia sido implantado no pós-Guerra e levado à constituição do *Welfare State* nos países de capitalismo desenvolvido e dos modelos de substituição de importação na América Latina, e que, corporificado na ideologia neoliberal, defendia os princípios um tanto desacreditados do livre-mercado e suas variantes. É preciso ainda reforçar a atuação dos interesses imperialistas dos países de capitalismo avançado, cujos interesses têm sido

garantidos pela sua posição hegemônica dentro dos órgãos políticos e econômicos multilaterais.

Deve-se também acrescentar a este panorama a crise do chamado “socialismo real”, nos anos 1990, que serviu de forte argumento ideológico em favor da economia de mercado e da democracia liberal, servindo de base para o surgimento de teorias conservadoras que pregavam profeticamente o “fim da história” (FUKUYAMA, 18/05/2006), com a generalização dos regimes democráticos liberais e colocavam às forças de esquerda um desafio de propor uma alternativa viável ao capitalismo.

Percebe-se então um ambiente propício para a construção de uma ideologia democrática baseada nos parâmetros liberais, enfatizando a política institucional e o papel das eleições e do voto popular na legitimação do Governo. Este ambiente propício ao desenvolvimento das vertentes liberais pode ser claramente visto na própria ciência política, com os estudos institucionalistas e de inspiração liberal-democrática passando a constituir seu *mainstream*.

4.1 AS MODERNAS CONCEPÇÕES LIBERAIS DE DEMOCRACIA

A teoria mais influente nas modernas concepções de democracia é, sem dúvida, aquela desenvolvida por Schumpeter³⁵ já no século XX. Como coloca Bottomore (1984, p.12), “*ele formula uma definição econômica de democracia, concebida como um arranjo institucional semelhante ao mercado, em que vários grupos e indivíduos - equivalentes a empresas e empresários - competem entre si pelos votos dos eleitores (...)*”.

Partindo de uma visão pretensamente empírica do problema da constituição do “método político”³⁶, Schumpeter refuta as teorias políticas do século XVIII que se assentavam em torno de um ideal moral de bem comum e “vontade do povo”; desenvolvendo uma teoria por meio da qual o “método democrático” é colocado como um “*acordo*

³⁵ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), renomado economista neoclássico austríaco concentrou seus estudos na análise dos ciclos da economia capitalista, defendendo a idéia de que os períodos de expansão são ocasionados pela introdução de inovações pelos capitalistas. Em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), o autor, além de formular, a mais influente teoria das elites surgida no decorrer do século XX, vai demonstrar, à semelhança de outros teóricos liberais, como Hayek, uma grande preocupação com a ameaça do socialismo, embora, ao contrário deste último, considerar a supremacia final do socialismo inevitável (vide BELL, 1961).

³⁶ Conceituado como “(...) *o método que uma nação usa para chegar a decisões*” (SCHUMPETER, 1984, P. 305).

institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população.” (SCHUMPETER, 1984, p.336).

Essa visão mercadológica e elitista do processo democrático reduz a participação da população à função de determinação do governo através de eleição com voto livre direto ou indireto, assim como o direito de desapossá-lo; retirando-lhe, porém, a capacidade de definição racional de seus objetivos e da escolha de seus representantes, pois, para Schumpeter, *“a vontade do povo é o produto e não o motor do processo político”* (SCHUMPETER, 1984, p.329).

Assim, para ele, a democracia é uma disputa competitiva³⁷ entre elites pelos votos da população. Sendo esta população, em sua maioria, pouco informada e pouco interessada nas questões específicas do campo político, e sendo suas decisões baseadas na falta de senso racional e na afetividade, os variados grupos com interesses políticos ou econômicos podem influenciar muito amplamente e até determinar a vontade popular³⁸.

Com essa visão, Schumpeter retira do processo democrático toda idéia de uma atuação em torno de meios e fins, o que esvazia até mesmo a pregação liberal de “governo da maioria” para um simples método de escolha de governo, em que sua participação consiste, em última instância (e segundo suas próprias palavras), na *“aceitação de um líder ou grupo de líderes”* (SCHUMPETER, 1984, p.340) e onde o controle que o eleitorado exerce sobre esses líderes se dá apenas no processo eleitoral e na possibilidade de recusa de sua reeleição.

É possível notar que a preocupação com a institucionalização do governo representativo é o ponto fundamental dessas teorias, pois, se por um lado, expandem a participação da sociedade na política, por outro, deslegitimam os movimentos sociais que operam fora da política institucional através da canalização do conflito para a arena da democracia burguesa; restringindo, com isso, o conflito aos limites do modo de produção capitalista, reduzindo a participação popular ao ato do voto em uma disputa de elites³⁹ que competem entre si em um jogo político.

³⁷ E isso pressupõe a existência de liberdades civis que garantiriam o voto livre da população

³⁸ Recordando o capítulo sobre a teoria neoliberal, é possível, assim, observar a grande proximidade entre o pensamento de Hayek, Von Mises e Friedman e a base do moderno conceito de democracia, assentado principalmente no pensamento de Schumpeter, com todos seus aspectos elitistas e a defesa da limitação da participação popular na política dentro dos restritos parâmetros da institucionalidade capitalista.

³⁹ Essas elites não aparecem nas teorias liberais como representantes de classe (conceito que é totalmente ignorado, ou reduzido ao de estratos econômicos, nestas teorias), mas sim como representantes de grupos politicamente ativos que, apresentando maior interesse e compreensão do processo político do que a massa “emocionalmente influenciável”, disputam entre si o controle do governo e a implementação de seus objetivos

O *locus* da racionalidade do processo político torna-se bem localizado: são essas elites que competem pelos votos de uma população impulsiva e influenciável. Estas elites vão lutar pela defesa de seus interesses, tentando cooptar a maior parcela possível dos indivíduos, de forma a angariar votos e implementar tais interesses quando assumirem o governo.

Assim, o desenvolvimento da idéia de democracia no decorrer do século XX levou a uma concepção de democracia instrumental - bem semelhante ao caminho trilhado pelo neoliberalismo - calcada na sistematização da disputa eleitoral com vistas à escolha de líderes.

Fortemente inspirada pelas idéias schumpeterianas, aproxima, por um lado, a atividade política da concorrência no mercado capitalista de bens, reduzindo-a a uma simples disputa entre elites concorrentes pelo controle do governo que tem como questão principal o estabelecimento de regras de disputa eleitoral que garantam a “livre-concorrência” entre as várias elites, e, por outro, retira em grande parte, a capacidade de entendimento substantivo da política (afetando, como nos teóricos neoliberais, sua capacidade de ação racional) por parte da grande massa da população.

Assim, centradas na institucionalização da disputa política, estas concepções elegem o espaço político como o *locus* por excelência da “realização” da democracia. Seria, portanto, o espaço onde a sociedade legitimaria a autoridade dos representantes escolhidos para governar e onde estes representantes se digladiariam pelos interesses de seus grupos representados⁴⁰.

políticos. Essas teorias foram influenciadas principalmente por Mosca e Pareto que, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997), são, juntamente com Michels, os precursores das Teorias das Elites. Mosca é o primeiro a enunciar o princípio segundo o qual em toda sociedade desenvolve-se uma classe política composta por um grupo restrito de pessoas, que funda sua força no fato de serem “organizados”; já Pareto, preocupado com a dinâmica de ascensão e decadência da aristocracia, vai concentrar sua atenção na teoria do equilíbrio social, analisando o modo como “*se combinam, se integram e se intercambiam as diversas classes de Elite*” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1997, p.386). Michels, ainda segundo os autores, influenciado pelas idéias de Mosca e Pareto, desenvolve um estudo da organização dos grandes partidos políticos de massa afirmando que em seu interior ocorre o mesmo fenômeno de concentração de poder num grupo restrito de pessoas que ocorre na sociedade em geral. Para uma visão crítica das teorias das elites recomenda-se a leitura Saes (1994).

⁴⁰ Elas pressupõem o reconhecimento de uma mútua legitimidade entre a maioria e a minoria (ou, no caso, entre governo e oposição, se considerado o governo, enquanto vencedor do processo eleitoral, representante dos anseios da maioria) como forma de manutenção da estabilidade do sistema. Isto se deve, por um lado, à necessidade de respeito das idéias minoritárias como forma de prevenir a tirania da maioria e, por outro, a canalização do embate ideológico para o campo político.

4.2 O SENTIDO DA DEMOCRACIA NO DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso não foge desse referencial, identificando sempre a democracia com o voto popular, por um lado, e uma idéia sempre difusa de liberdade (referindo-se a direitos civis e políticos), por outro:

“Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições”. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia. O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática” (Discurso de posse no Congresso Nacional – 01 de Janeiro de 1999).

Para ele, esta democracia é uma conquista já consolidada. Em seu discurso de posse do primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso apresenta sua eleição como a concretização de um “sonho” e de um ideal democrático há muito existente no seio da sociedade brasileira, mas nunca plenamente realizado. Assim, sua eleição representaria a própria concretização desses ideais democráticos:

“Assim eu vi meus filhos nascerem meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra”.

Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.

Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadões (sic) para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

(...)

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranqüilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a

democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

(Discurso de posse no Congresso Nacional – 01 de Janeiro de 1995).

Assim, é possível notar claramente a aproximação da idéia de democracia que aparece na fala de Fernando Henrique Cardoso, com os parâmetros liberal-democráticos modernos, baseados nas liberdades civis e políticas e no instrumento da eleição direta como critério último da legitimação do governo. Deve-se notar que estes traços permanecem no decorrer de todo o primeiro mandato, quanto no início do segundo mandato presidencial; bem como para diferentes interlocutores, como o Congresso Nacional, nos discursos de posse, ou a sociedade brasileira em geral, nos pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão; o que demonstra o profundo enraizamento de seu discurso na ideologia liberal-democrática, bem como sua utilização como fator de legitimação para a implementação da plataforma política neoliberal, visto que esta seria resultado da vontade geral da nação.

É possível notar também a não utilização explícita da noção de classes sociais em seu discurso, preferindo colocar no seu lugar outras palavras como *assalariados* que tem um sentido mais genérico e impreciso ou *capitais especulativos* despersonalizando os agentes que formam uma fração da burguesia. Nele, Fernando Henrique Cardoso faz referência somente a categorias generalizantes como “povo”, “brasileiros”, “sociedade brasileira”, “o Brasil”. Ele e seu governo aparecem como representantes do interesse geral dessas categorias. Não há, portanto, interesses conflitantes e o governo não é representante de interesse de classes, mas sim do interesse geral de uma sociedade sem divisão de classe. A sociedade aparece, portanto, no discurso de Fernando Henrique Cardoso, como o amontoado de indivíduos isolados, característico das formulações liberais:

“Fui eleito para defender o Real, preservar o poder de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos. Para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e o País precisa. E para ampliar os programas sociais que estão construindo um Brasil mais justo.

Não abro mão desses compromissos.

Não vacilarei em cumprir a vontade do povo brasileiro” (pronunciamento em rede nacional para lançamento do Plano de Ajuste Fiscal – 28 de Outubro de 1998)

“Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia”.

(Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999).

De fato, em seu discurso, quando há uma identificação de representação de alguma categoria, esta não se baseia em nenhum momento no conceito de representação de classe, mas sim na representação dos “mais pobres”, dos “mais necessitados”, que são contrapostos aos “privilegiados”, normalmente identificados com os aposentados do setor público e com os funcionários públicos. Reedita-se, assim, o apelo de Collor aos “descamisados” contra os “marajás”:

“Esse é mais um exemplo de que a política do governo beneficia os pobres e não os ricos. As taxas de juros já caíram cerca de 50% nos últimos 12 meses. Isso vai beneficiar quem produz, e não quem especula”.

(Pronunciamento em rede nacional – 19 de Março de 1996)

“A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam”.

(Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999).

Delinea-se, assim, como forma de manutenção de legitimidade política a utilização da contraposição interesse geral (ação do Governo) X interesses corporativistas (oposições), deslegitimando a ação das forças de oposição, apresentadas como defensoras desses interesses contrários ao interesse geral representado pelo seu governo.

É interessante relembrar que os diversos pensadores neoliberais utilizaram intensamente essa estratégia de contraposição entre interesse geral X interesse particularista para fundamentar suas idéias. Isso demonstra um descompasso entre esses pensadores neoliberais (que, apesar de postularem uma plataforma política subjacente ao discurso econômico, centravam sua atenção na questão do *laissez-faire*) e os pensadores liberal-democráticos (que concentravam sua atenção na questão da institucionalização do governo representativo).

Esta visão do regime político descaracteriza a existência da luta de classes, reduzindo o conflito social a uma simples luta entre representantes dos interesses gerais da

nação – representados pelo Governo, que, pela eleição direta, assume o papel de “procurador” dos interesses do “povo” – e representantes dos “privilegiados” que apenas procuram manter suas vantagens injustificáveis. O governo, enquanto representante do poder de Estado na cena política, aparece, então, como o guardião do interesse geral e, curiosamente, tem que lutar contra forças privilegiadas dentro do próprio Estado para defender os interesses gerais da nação.

4.3 O ESTADO NO DISCURSO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O Estado aparece, então, não constituindo um todo orgânico com a sociedade civil. Como os teóricos liberais, Fernando Henrique Cardoso contrapõe sociedade civil e Estado e se coloca como representante dos interesses dessa sociedade civil sem classes contra o Estado, tomado pelos interesses dos “privilegiados”. Aparece, assim, no plano discursivo, por mais paradoxal que possa ser, como um governo contra o Estado:

“Nós devemos, portanto, não apenas fazer isso, mas continuar avançando nas reformas do Estado. Vamos avançar de maneira determinada. Não se trata somente - e isso é necessário - de reduzir o tamanho do Estado, mas de tornar o Estado mais capaz de prestar serviços adequados à sociedade. É preciso, portanto, que se preste atenção à gestão da coisa pública, de tal maneira que ela vise à qualidade e não ao desperdício. Esse ajuste tem que recair, principalmente, sobre a ineficiência da máquina, sobre excessos de pessoal - quando existirem -, sobre privilégios - que ainda existem e que não são aceitáveis em um país que tem as dificuldades que o Brasil tem - e não sobre o conjunto da sociedade”.

Pronunciamento do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e Televisão sobre o Programa de estabilidade fiscal – 28 de outubro de 1998

Por outro lado, a utilização desse tipo de enunciado leva à construção de uma visão monolítica e autoritária de sociedade, comparável, grosso modo, à visão corporativista do Estado típica do autoritarismo dos anos 30 no Brasil pois, ao considerar-se representante dos interesses gerais da nação, deslegitima a existência de interesses outros que possam ser legítimos. Assim, tudo que é contra o Governo é contra os interesses da nação e do “povo”, este ente nebuloso e indefinível.

Deve-se deixar claro, porém, que o viés autoritário do discurso do Governo FHC não é uma simples reedição do discurso autoritário dos anos 30, embora guarde semelhanças com ele em alguns aspectos.

Como observa Lamounier (1985), o autoritarismo dos anos 30, desenvolve-se numa conjuntura de crise internacional do liberalismo e, influenciado por idéias proto-fascistas retrabalhadas pelos ideólogos do autoritarismo brasileiro, resulta numa “Ideologia de Estado” que tem por essência a hipertrofia da autoridade e do intervencionismo estatal.

Essa ideologia de Estado, definida pelo autor como “a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (LAMOUNIER, 1985, p.356), concentra a reação à noção liberal do mercado político, instituindo a valorização do princípio da autoridade, imediatamente identificável com a idéia do Estado forte e interventor.

Essa ideologia de Estado tinha como seus componentes: 1) predomínio do princípio estatal sobre o princípio do mercado; 2) Visão orgânico-corporativa da sociedade; 3) Objetivismo tecnocrático; 4) Visão autoritária do conflito social; 5) Não organização da sociedade civil; 6) Não mobilização política; 7) Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; 8) O leviatã benevolente (LAMOUNIER, 1985, p. 359).

O predomínio do princípio estatal sobre o princípio de mercado define-se, segundo Lamounier, em termos positivos, pelo elogio à capacidade criadora da intervenção estatal e do controle coercitivo através do poder burocrático; e em termos negativos, pela negação da racionalidade dos mecanismos de coordenação do mercado, defendidos pelos liberais. Esse predomínio do princípio estatal combina-se com a visão orgânico-corporativa da sociedade fortemente influenciada pelas idéias proto-fascistas européias e gera uma visão extremamente crítica das instituições da Primeira República, evidenciando a necessidade de criação de uma estrutura social nacional que possa substituí-las.

Assim, desenvolve-se, segundo o autor, uma concepção em que um conhecimento de caráter técnico-científico da “realidade brasileira” levaria à construção de um modelo único apropriado a ela. Dessa forma, a atividade política passa a ser concebida como “uma opção técnica respaldada num definitivo ato de vontade”, por um lado; e por outro, com valoração negativa, como a atividade de partidos e instituições que produzem desvios e incorreções que prejudicam a capacidade de adaptação da sociedade (LAMOUNIER, 1985, p.365).

Essa concepção de política leva à idéia de erradicação total do conflito social como resultado da adoção do modelo técnico-político apropriado à realidade nacional,

ressalvando, entretanto, a necessidade de manutenção ou mesmo reforço da capacidade de coerção organizada do Estado, como forma de evitar que as manifestações de irracionalidade e de “impulsos infantis e malévolos da natureza humana” possam atrapalhar o desenvolvimento deste modelo técnico-político.

Dessa visão da política (em sua acepção negativa) e do conflito social como manifestações de irracionalidade e “impulsos infantis e malévolos” resultam a negação da organização de interesses de maneira autônoma que assume, segundo Lamounier, duas conotações principais: a cooptação antecipada através da corporativização; e deslegitimação de toda forma de projeção de interesses particulares na arena pública. Resulta também numa tendência elitista e não mobilizadora na condução do processo político centrada na ação tutelar do Estado tecnocrático.

Esse Estado - guardião e a força vital da sociedade - aparece nesta ideologia autoritária, segundo Lamounier, como ente benevolente porque reflete a própria sociedade brasileira – benévola e cordial - em suas boas qualidades, corrigindo-a, severa mas afetuosamente, nas más. Tem-se, assim, a construção da imagem de um Estado que é, ao mesmo tempo, tutor e força motriz de uma sociedade amorfa e desmobilizada, por um lado, e, por outro, esse mesmo Estado como um reflexo dessa sociedade.

A ideologia autoritária moderna surge, ao contrário do autoritarismo dos anos 30, numa conjuntura de restauração do liberalismo, onde o “princípio do mercado” é revalorizado em detrimento do “princípio estatal”, embora, paradoxalmente, o núcleo do Governo continue a exercer papel central nesta revalorização do “princípio do mercado”, tanto no nível ideológico quanto na implantação da economia de mercado propriamente dita; o que mostra que, de fato, a ideologia neoliberal não dispensa a intervenção do Estado, e sim, seletivamente, orienta a intervenção do Estado para as áreas que beneficiem a valorização do capital, defendendo-a como necessária à preservação do interesse geral da sociedade. Talvez o exemplo mais evidente dessa seletividade na intervenção do Estado na economia durante o Governo Fernando Henrique Cardoso tenha sido o PROER:

“Algumas pessoas, mal informadas, outras de má-fé, dizem que essas medidas beneficiam os banqueiros. Estão erradas. O seguro-depósito foi criado para defender a sua conta nos bancos. A conta dos funcionários, dos trabalhadores, dos aposentados, dos empresários, enfim, de milhões de brasileiros que têm conta em banco”. (Pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em rede nacional – 19 de março de 1996)

Aqui é possível notar-se também um recurso bastante utilizado no discurso político de Fernando Henrique Cardoso, que é a citação de críticas de pessoas indeterminadas (*algumas* pessoas, *outras* de má fé) para que possa refutá-las, desclassificando-as, primeiramente pela própria indeterminação da fonte da crítica; depois pela adjetivação (mal informadas, de má-fé), que as contrapõe ao suposto interesse geral da sociedade brasileira, utilizando-se dos já-ditos que circulam na comunidade semiótica num “movimento dialógico de distanciamento” (RODRIGUES, 2005, p.174).

Assim, ao legitimar-se através dos parâmetros das concepções democráticas liberais, que se baseiam na limitação do poder do Estado como premissa para a manutenção das liberdades individuais, Fernando Henrique Cardoso justifica, no plano ideológico, a implantação do diametralmente oposto: um Estado forte (ou seletivamente fraco), necessário à implantação da plataforma política neoliberal, mantendo sua capacidade de intervenção em favor dos interesses do capital, enquanto afasta-se da garantia dos direitos sociais e coletivos universais.

É interessante observar, mais uma vez, que nesta nova ideologia autoritária há a desvinculação entre Governo e Estado: enquanto investe contra a estrutura estatal herdada, por sinal, da era Vargas – o Governo FHC aparece como núcleo da implantação da modernidade econômica, em contraposição ao arcaico, representado por este Estado. Essa apresentação do Estado como instituição arcaica é especialmente importante pela necessidade de legitimar e aprovar as reformas econômicas de cunho neoliberal como forma de dar continuidade à plataforma política do bloco no poder, apresentadas como condição para preservação do interesse geral da sociedade:

“A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos.

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público” (discurso de posse no Congresso Nacional – 01 de Janeiro de 1995)

É possível notar-se aqui mais uma vez a utilização dos já-ditos por Fernando Henrique Cardoso quando este se refere a idéias já bastante disseminadas acerca do Estado brasileiro (clientelista, corporativista, corrupto, perdulário) para, desta vez, causar um “movimento dialógico de assimilação” (RODRIGUES, 2005), quando emprega essas vozes para construir seu ponto de vista.

Assim, ao contrário do período Vargasista, quando Estado e Governo eram imediatamente identificados como um só ente indissociável, no Governo Fernando Henrique Cardoso esta imagem é radicalmente alterada. Estado e Governo têm suas imagens dissociadas, assumindo o Estado uma imagem arcaica enquanto o Governo assume uma imagem moderna: O Estado é arcaico, mas o Governo é moderno e deve “completar a faxina” neste Estado arcaico para defender os interesses do povo brasileiro. De fato, o Estado é apresentado até mesmo como representante de interesses contrários ao interesse geral. Este Estado arcaico é representante dos privilégios e, portanto, deve ser combatido para garantir o interesse geral.

Por outro lado, permanece a imagem, agora transferida do Estado para o Governo Fernando Henrique Cardoso, de ser, simultaneamente, força motriz e reflexo da sociedade. Os traços da visão orgânico-corporativista de sociedade são, portanto, preservados na forma de identificação Governo FHC-sociedade e Governo FHC-núcleo da mudança social. O Governo assume o lugar do Estado como tutor da sociedade e baluarte da implementação do interesse coletivo contra o próprio Estado.

Essa implementação do interesse coletivo é realizada através da aplicação da ciência positiva à realidade nacional, preservando os traços do “objetivismo tecnocrático” apontado por Lamounier, na adoção de um discurso tecnicista característico do discurso neoliberal, revestindo sua plataforma política da imagem de verdade objetiva e cientificamente constatável, tornando-a, pela sua naturalização, inquestionável e racionalmente inexorável.

A oposição, então, como foi visto anteriormente, só pode ser fundamentada em “razões de política, e não por razões de interesse nacional”, pois este último é representado pelo Governo e é uma verdade objetiva facilmente constatável.

Como no autoritarismo anos-30, este diagnóstico técnico-científico é apresentado como o modelo apropriado à realidade nacional, porém, o voluntarismo característico dessa ideologia é substituído aqui pelo determinismo economicista compatível com a ideologia da prevalência do “princípio do mercado”, que submete a atividade política às exigências de um mercado autônomo e impessoal:

“É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de governo. Ela é formada pelos mercados. E não é pelo mercado interno apenas. É pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, eu assumo responsabilidade, numa decisão congressual. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros” (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998).

Assim, Fernando Henrique Cardoso incorpora em seu discurso toda uma discussão que ganha força nas teorias neoliberais, associando de maneira acrítica a “globalização” (“mundo globalizado”) à supremacia do mercado e à diminuição do poder do Estado Nacional para legitimar uma política econômica baseada em altas taxas de juros, apresentando-a como um efeito inexorável, resultado de um fator exógeno ao Brasil e, portanto, sem qualquer ligação com os interesses e o projeto político do bloco no poder.

Todavia, essa questão do voluntarismo é um pouco mais complexa, pois, se por um lado – do ponto de vista da possibilidade de desenvolvimento de um modelo alternativo ao neoliberal – ele é substituído pelo determinismo economicista mais raso; por outro, ele continua presente, especialmente no que se refere ao Plano Real, que é apresentado como fruto da compreensão do problema da inflação pela população, a partir do qual foi realizado o diagnóstico de caráter técnico científico do qual surgiu o Real. A implantação do Real aparece, então, como um ato de vontade de um Governo modernizador que o executou na defesa do interesse geral da sociedade:

“Hoje, ao entrarmos no sexto ano do Real, eu cumprimento, na verdade, o povo brasileiro. Foi esse povo admirável, as donas de casa, os trabalhadores, os bancários, os professores, os empresários, os homens dedicados às religiões, enfim, o conjunto da população brasileira, que percebeu que era importante que houvesse uma reação saudável e que não permitíssemos a volta da indexação em que, quando um preço sobe, todos os demais sobem. Isto acabou” ⁴¹ (Discurso de Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, em comemoração ao aniversário de 5 anos do Plano Real – 01 de Julho de 1999).

⁴¹ Observe aqui a utilização do movimento dialógico de engajamento do interlocutor (RODRIGUES, 2005), quando Fernando Henrique Cardoso eleva o interlocutor à posição de aliado, colocando-se, portanto, como seu representante.

Este voluntarismo está, porém, subordinado ao determinismo do mercado. É, portanto, um voluntarismo condicional que, ao contrário do voluntarismo anos-30 – caracterizado pela ênfase no aspecto político e, pode-se dizer, humano da ação governamental – reforça o automatismo do mercado e naturaliza sua predominância.

É importante notar uma ambigüidade no discurso governamental neste ponto. Em alguns momentos, este discurso identifica o interesse geral como fruto do desejo ativo da sociedade (um discurso do tipo “a sociedade quer” – como no exemplo já citado do discurso de posse do 2º mandato: “*Para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e o País precisa*”), e em outros, este interesse geral aparece como originário do Governo e que é simplesmente “entendido” pela sociedade, dando esta conotação de Estado tutor (como, no mesmo exemplo, no discurso na solenidade de lançamento do Conselho Empresarial Brasil 500 anos: “*(...) foi a nação que entendeu que bastava de inflação. Se o país foi capaz disso, se foi capaz de entender o rumo, por que nós não vamos vencer os outros obstáculos?*”), porém em ambos o Governo FHC aparece como baluarte na defesa do interesse geral na condução do Plano Real.

O Plano Real, por sinal, constitui-se no núcleo de toda a comunicação do Governo FHC. Carregada de elementos salvacionistas, a constante referência ao Plano Real enquanto instrumento de “redenção” da pátria, cumpre, no Governo FHC, o mesmo papel cumprido pelo mito da doação da legislação trabalhista por Vargas. Enquanto Vargas doou a legislação trabalhista e inaugurou um novo período na história do país, Fernando Henrique Cardoso transformou-se no Presidente que “domou a inflação” e trouxe a estabilidade econômica ao país, inaugurando também uma nova era: “*Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda*” (Discurso de posse do 2º mandato de FHC, em 01 de Janeiro de 1999).

O sucesso do Real em dominar o processo inflacionário transformou-o, assim, numa panacéia para o Governo, servindo de sua vitrine, por um lado, e, por outro, como argumento para justificar medidas governamentais (especialmente na área econômica) tomadas para a implementação da plataforma política neoliberal no Brasil. A estabilidade precisava ser preservada acima de qualquer coisa e o Governo convertia-se no gendarme da estabilidade e no baluarte da defesa do interesse geral da população:

“Com o Real, todos nós ganhamos. A inflação continua caindo. O seu salário não perde mais valor ao longo do mês. A cesta básica tem hoje praticamente o mesmo preço de julho de 1994, quando o Real foi lançado. No supermercado, alguns preços até baixaram⁴²”. (Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29 de dezembro de 1995).

Assim, os projetos e interesses contrários ao projeto do Governo Fernando Henrique Cardoso são, então, a defesa de privilégios e interesses particulares que contrariam o interesse geral, representado por seu Governo. Esta oposição interesse geral X interesse corporativista ficou bem evidente no discurso do Governo em relação aos movimentos grevistas do período, como a greve dos petroleiros em 1995⁴³ ou a greve nas universidades federais em 2001, com a desqualificação da motivação das greves e dos grevistas; ou no caso das reformas.

Exaltava-se, dessa forma, as conquistas decorrentes do sucesso do Plano Real, em especial a estabilidade econômica, por um lado, e apontava-se para o fantasma da volta da inflação e da instabilidade como resultado das políticas propostas pelas forças de oposição, por outro (uma estratégia extensamente utilizada na campanha pela reeleição em 1998). Isto leva a uma idéia de necessidade de permanência no poder e desqualifica a própria idéia de alternância no poder, que é outra das bases do pensamento democrático liberal.

⁴² É importante notar também uma clara diferenciação na forma do discurso de Fernando Henrique Cardoso quando este tem como interlocutor a população em geral e quando tem por interlocutor setores do governo ou do bloco no poder. No primeiro caso é utilizado um tom de conversa pessoal, aproximando Presidente e população num tom mais informal. Além disso, Fernando Henrique esforça-se para aproximar sempre a discussão dos temas com o cotidiano da população, tentando estabelecer um laço de proximidade e de familiaridade com ela, utilizando-se para isso, de um tom quase professoral, como, por exemplo, no caso do discurso para apresentação do Programa de Estabilidade Fiscal (28 de Outubro de 1998): *“Quero falar sobre orçamento, um assunto que cada um de vocês conhece bem, sobretudo as donas de casa. Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos. Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar. Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros”*.

⁴³ Deve-se lembrar que a greve dos petroleiros em 1995 foi o primeiro movimento grevista enfrentado pelo Governo FHC, reivindicando o cumprimento de um acordo salarial estabelecido durante o Governo Itamar Franco (do qual, por sinal, FHC foi Ministro da Fazenda), e que foi tratado com grande truculência, tanto verbal, quanto de fato, tendo sido utilizada inclusive a intervenção do Exército. E este comportamento deu a tônica da ação governamental em todas as greves que se seguiram durante o Governo FHC.

4.4 ESTADO E MODERNIZAÇÃO

Outro tipo de enunciado largamente utilizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso foi a oposição moderno X arcaico, que também se insere na oposição interesse geral X interesse corporativo tratada acima (ao identificar o interesse corporativo e, portanto, as oposições, com o atraso), mas vai mais longe: identifica a sociedade brasileira como país arcaico, sua incontinência verbal ao chamar o brasileiro de “caipira”, são exemplos banais desse enunciado, por meio da qual o Governo é apresentado como o núcleo da modernidade, reforçando ainda mais a idéia autoritária de um governo tutor dessa sociedade arcaica.

A própria identificação do Plano Real com um elemento de profunda transformação em andamento na sociedade brasileira, por si só, já carrega uma grande carga simbólica nesse sentido, enunciando a contraposição entre a modernidade do Governo Fernando Henrique Cardoso em relação ao Estado arcaico herdado do período varguista, principalmente quando se refere às reformas:

“Chegou a hora da verdade. Nós temos dois caminhos pela frente. Um, sem as reformas, é a volta ao passado que nós já conhecemos: de instabilidade, de clientelismo, de corporações privilegiadas e de inflação galopante. O outro, com as reformas, em que eu como você acreditamos, é a aposta no nosso futuro: na democracia, numa moeda forte, no crescimento da renda e na sua distribuição e no fim dos privilégios” (Pronunciamento em Rede Nacional de Rádio e Televisão abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária – 19 de março de 1996).

“Tivéssemos apenas nos conformado com uma decisão, já por si importante, da flexibilização do monopólio, não teríamos possibilitado que o Estado se equipasse para que pudesse enfrentar a nova fase de competição, de abertura da economia, de apelo crescente ao capital privado para o investimento nas áreas onde o Estado, por não ter recursos e também por não ser, talvez, o mais adequado, não vai atuar de forma mais expressiva, não teríamos tido a possibilidade de fazer, como hoje se faz, uma revitalização dessas áreas.

(...)

É um novo Estado que vai servir de forma efetiva ao cidadão, ao desenvolvimento do país e permitir que o Brasil continue avançando nesse novo mundo que estamos assistindo, agora, apenas o seu limiar e que vai se concretizar no próximo século. E isso vai alcançar todas as atividades essenciais da sociedade. Mencionei os transportes, a telecomunicações, a energia elétrica, o petróleo. A água, da mesma maneira, será objeto de uma organização deste mesmo tipo. E por quem é, e para quê? Porque não basta dizer: o setor privado faz. Não. O setor privado sozinho não faz ou, se o

fizer, pode ser algumas vezes em detrimento da sociedade. É portanto necessário que haja um Estado capaz de regular, de fiscalizar e defender o cidadão, o consumidor, o povo do país” (Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003 – 23 de junho de 1999).

Esta identificação da ação do Governo Fernando Henrique Cardoso com a modernização e o progresso é constatável também na recorrente comparação entre Governo FHC e Governo JK e nas freqüentes referências à “revolução silenciosa” que o Governo FHC estaria implantando no Brasil a partir da implantação do Plano Real, o que reforça ainda mais a já citada visão autoritária de Estado tutor da sociedade.

Este discurso é profundamente contraditório, pois, por um lado, o Governo Fernando Henrique é apresentado como representante do interesse geral da sociedade – representação esta garantida pela obtenção da maioria dos votos da população que através deles revelou sua vontade de mudança e modernização; mas, por outro lado, esta sociedade é apresentada como arcaica e o Governo como o núcleo dinâmico da mudança e, portanto, não como simples representante dos interesses dessa sociedade revelados no processo eleitoral: o Governo aparece, assim, como representante dos interesses gerais da sociedade em contradição com a própria sociedade (arcaica, “caipira”, corporativista).

E complementando esta visão de Governo modernizador, há a identificação entre as forças de oposição e o atraso, utilizando-se do que Rodrigues (2005) chamou de “movimento dialógico de distanciamento”:

*“Eu poderia falar quase que infinitamente, com paixão. Com paixão por esse **Brasil novo, por essa sociedade nova. Infelizmente, muitas vezes, o que há de carcomido no Brasil não quer ver um Brasil novo e radiante, que está ao alcance das nossas mãos, se nós seguirmos firmes no caminho. Mas está, e nós vamos seguir firmes esse caminho”*** (Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003 – 23 de junho de 1999).

Assim, utilizadas por Fernando Henrique Cardoso, estas estratégias atuaram no sentido de identificar seu projeto como único e sem qualquer outra opção possível, tanto pela sua correspondência com o interesse geral da sociedade, quanto pela sua conexão com os imperativos da modernidade, rompendo com a idéia de uma sociedade heterogênea, onde

vários grupos de interesses podem existir legitimamente e apelando, mais uma vez, para a idéia de unidade nacional autoritária que contrapõe o suposto interesse geral representado por seu Governo à defesa do privilégio e dos interesses corporativistas, representados pelas forças de oposição.

4.5 PERSONALISMO

Embora não se refira estritamente à esfera do discurso político, é fundamental abordar aqui um aspecto que é essencial para a legitimação desse discurso, na medida em que se refere à construção da imagem do seu principal enunciador.

Nesse sentido, é possível notar a prevalência de um caráter personalista, com a utilização de estratégias de marketing político que visam colocar Fernando Henrique Cardoso como figura central do processo político e identificá-lo como porta-voz da vontade geral da “sociedade brasileira” encarnada por seu Governo. Esse tipo de estratégia é claramente observável na associação imediata da sua figura ao Plano Real – deve-se lembrar, ilustrativamente, que o Plano Real era chamado inicialmente Plano FHC⁴⁴.

Essa vinculação indissociável entre a figura do Presidente e o Plano Real, associada à imagem do Plano Real como marco de uma nova era e símbolo da estabilidade econômica, associada à imagem simbólica da figura do Presidente da República como figura central do poder de Estado, atrai um forte elemento de apoio plebiscitário à figura presidencial, que desqualifica o sistema político como meio de intermediação entre a sociedade e o Estado, à medida que constrói uma ligação direta FHC-sociedade.

Além disso, a imagem prévia e sempre reforçada de Fernando Henrique Cardoso como intelectual de prestígio internacional, bem relacionado com os líderes das grandes potências econômicas mundiais e liderança entre os países “emergentes”, agrega à sua figura uma legitimidade pessoal fundada na valorização meritocrática.

Assim, o Governo FHC aparece como baluarte da defesa do interesse geral da sociedade, encarnado na manutenção da estabilidade econômica; adicionalmente, Fernando Henrique Cardoso tem sua imagem estritamente relacionada com o Plano Real, responsável

⁴⁴ Nesta época chamado assim mais por motivos eleitorais, tendo em vista a aproximação da sucessão de Itamar Franco, mas mesmo assim, constitui-se num bom exemplo de como a imagem de Fernando Henrique Cardoso foi vinculada de forma indissociável ao Plano Real.

pela estabilização da economia; junte-se a isso a carga simbólica de poder da figura presidencial - especialmente num país que historicamente se caracterizou pela predominância do poder Executivo e de personalidades políticas fortes e modernizadoras, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck - e a construção da imagem de Fernando Henrique Cardoso fundada no seu prestígio pessoal.

No discurso de posse do primeiro mandato – o discurso no qual ele mais claramente se dedica à construção da sua imagem de persona política – Fernando Henrique Cardoso apresenta-se como o herdeiro de uma tradição modernizadora da sociedade brasileira, convocando para isso as vozes dos abolicionistas e republicanos (forças tidas notoriamente como modernizadoras em suas devidas épocas), representadas pelas figuras de seus ascendentes:

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

(discurso de posse no Congresso Nacional – 01 de Janeiro de 1995)

Configura-se aí uma situação em que a figura pessoal de Fernando Henrique Cardoso exerce papel fundamental na relação Estado/sociedade, convertendo-se em encarnação não apenas do poder de Estado, mas principalmente, da própria estabilidade econômica. Assim, como é característico da esfera da cena política, surge, então, a figura do “líder” que conduz, com sua personalidade, o processo político, pairando acima das instituições.

No discurso político de Fernando Henrique Cardoso esta característica fica bastante evidente no uso recorrente da primeira pessoa, para marcar sua participação direta e seu papel primordial na condução da política:

“Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

(...)

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para por fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do”. (Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999).

Com isto, choca-se com as bases do pensamento democrático liberal no qual claramente funda sua argumentação. Deve-se lembrar que este tipo de expediente foi amplamente utilizado por Vargas⁴⁵ e pelos governos populistas, tendo se tornado uma característica marcante da tradição política brasileira, o que curiosamente aproxima, mais uma vez, a “modernidade” do Governo Fernando Henrique Cardoso do populismo arcaico que este declara estar sepultando.

Assim, as contradições do discurso do Governo Fernando Henrique Cardoso com a própria idéia de democracia em que fundava sua legitimidade é a demonstração desse caráter autoritário do seu pensamento político – muito embora este pensamento tenha se desenvolvido dentro de um regime democrático burguês e que não tenha havido, apesar disso, rompimento institucional com este regime - e revela que o elo que une a democracia e a plataforma política neoliberal, da qual o Governo Fernando Henrique Cardoso foi representante, é mais frágil e retórico do que em princípio aparenta.

Na verdade, esse pensamento de viés autoritário é, em grande medida, resultado da própria implantação da plataforma política neoliberal, que chega mesmo a se mostrar incompatível com a operação plena das instituições democráticas, pois, como observa Przeworski, o alto custo social dos programas de reforma política neoliberal tendem a desencadear a sua imposição independente da opinião pública ou de forças sociais organizadas:

⁴⁵ Como observa Paranhos, a partir do Estado Novo é construído o “Mito da personalidade”, que dará dimensão corpórea ao mito da nação, por meio dos quais Getúlio Vargas aparece como elemento central da política nacional e “fiel intérprete das aspirações nacionais” e tem sua imagem irremediavelmente atrelada ao Estado e suas realizações (PARANHOS, 1997 ou então PARANHOS, 1999).

As reformas tendem a ser postas em vigor por atos arbitrários ou empurradas através de legislativos sem quaisquer mudanças que reflitam a divergência de interesses e opiniões. O estilo político de implementação tende no sentido do governo por decreto; os governos tentam mobilizar suas bases de apoio, ao invés de aceitar os compromissos que resultariam da consulta pública (PRZEWORSKI, 1993, p. 224).

A condução da política econômica brasileira com base na emissão de medidas provisórias é bem ilustrativa desta relação tensa e problemática entre neoliberalismo e democracia: até o final do ano 2000 haviam sido editadas 584 Medidas Provisórias, das quais 58,4% (341) referiam-se a assuntos econômicos. No primeiro governo FHC foram editadas (incluindo as reedições) uma média mensal de 54,4 MP's e no segundo governo uma média mensal de 92 até o final de 2000 (SOARES, 2001).

Vale ressaltar que o Estado opera dentro de uma determinada articulação de forças que se apresentam em cada estágio da luta de classes, utilizando-se de uma configuração específica de seus aparatos repressivos e ideológicos com vistas a manter a estabilidade da formação social. A forma “democrática” assumida pelo Estado brasileiro é, assim, consequência dos rumos tomados pela luta de classes ao longo do processo histórico e busca o estabelecimento de uma configuração que dá estabilidade ao domínio político do bloco no poder.

Isto significa que o desenrolar das lutas de classe poderia muito bem ter determinado uma mudança nessa configuração, de forma a garantir a manutenção dos interesses desse bloco no poder; ou seja, não deve haver ilusões acerca de qualquer afinidade intrínseca entre neoliberalismo e democracia. Seu frágil elo é apenas e tão somente conjuntural e se estabelece mais na sua aparência que na sua essência.

5 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ORDEM ECONÔMICA

A economia desempenhou papel fundamental na legitimação do Governo Fernando Henrique Cardoso, como fica evidente na própria aura que se constituiu em torno do Plano Real. Na verdade, é possível dizer que a questão econômica foi o eixo fundamental do discurso político governamental, por um lado – positivo - na exaltação da estabilidade econômica e seus frutos, e, por outro – negativo – na gestão das diversas crises que surgiram durante o período, na ênfase na necessidade de manutenção da estabilidade e nos sacrifícios que seriam exigidos para sua manutenção.

Tendo em vista essa centralidade da questão econômica no discurso do Governo Fernando Henrique Cardoso de uma forma geral, a abordagem do discurso especificamente relacionado ao modelo econômico implantado torna-se fundamental para a sua compreensão. Uma breve análise dessa ideologia do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso revela claramente um forte alinhamento com a ideologia neoliberal, no que se refere à condução da política econômica.

Tomando por base o chamado “Consenso de Washington”, que se constitui basicamente de uma defesa visceral da abertura econômica internacional, das reformas liberalizantes do Estado e da desregulamentação econômica interna, fica claramente estabelecido um forte alinhamento do discurso econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso com a ideologia neoliberal; alinhamento este que se reflete na defesa de uma inserção profunda do Brasil no processo de “globalização”⁴⁶ e, diretamente relacionado a isto, na defesa das “reformas”, que teriam por objetivo modernizar o Estado brasileiro.

⁴⁶ Deve-se lembrar que a própria escolha do termo “globalização” já é bastante reveladora do alinhamento ideológico do discurso político presidencial. Como observa Chesnais (1997, p.22), o termo globalização nasceu nas “business schools” norte-americanas, referindo-se à capacidade de grandes grupos industriais e financeiros de adotar estratégias globais, “baseadas nos mercados com demanda solvente, em suas fontes de aprovisionamento, nas estratégias dos principais rivais oligopolistas (...)”. Mais tarde sua aplicação é tão ampliada e banalizada passando a abarcar processos muito diferenciados, que esvaziam seu significado original e desfocam seu conteúdo fundamentalmente econômico e de política de classe.

5.1 “GLOBALIZAÇÃO”

A defesa e a naturalização da inserção do Brasil no processo de “globalização” deram a tônica dos discursos do alto escalão do Governo Fernando Henrique Cardoso desde o princípio até o final do período analisado.

O tratamento do tema foi essencialmente enquanto fenômeno de natureza econômica, apesar de eventualmente Fernando Henrique Cardoso discutir o tema considerando aspectos sócio-culturais. Cruz observa, no entanto, que estes aspectos sócio-culturais aparecem em sua fala como componentes de um “domínio exógeno” influenciado pelos desdobramentos econômicos da “globalização”. Mantém-se, assim, a economia como a variável determinante do processo (CRUZ, 1998).

Assim, a “globalização” foi apresentada como uma variável de ordem econômica e a integração do país a ela como inexorável e sujeita tanto a aspectos negativos quanto positivos, embora a ênfase sempre tenha se concentrado nos aspectos positivos da integração ao mercado globalizado. Esta naturalização da “globalização” se dá na forma em que o Governo FHC a aborda, tratando-a enquanto resultado do processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e “força já instaurada”:

*“Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos **rumos da História**”* (Fernando Henrique Cardoso - Discurso de Posse, 01/01/95).

*“Não há horizonte na volta a essas práticas [protecionistas], e nem creio que aqui foi dita uma só palavra que pudesse indicar essa direção. Pelo contrário, as palavras foram de entendimento de que **há desafios e condições que não são definidas por nós, são impostas não a um ou a outros, mas a todos, e que são inescapáveis**”.* (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998)

Cruz aponta para um aspecto ambíguo no discurso de Fernando Henrique Cardoso: primeiro a “globalização” é tratada como processo histórico, e depois, aparece como um “estado de coisas estabelecido” (CRUZ, 1998), porém, nos dois casos, as figuras utilizadas reforçam a idéia da inevitabilidade da inserção brasileira no processo.

Incorporando, como visto anteriormente, idéias características do pensamento neoliberal bastante disseminadas nos dias atuais, Fernando Henrique, utilizando-se mais uma vez de um movimento dialógico de assimilação (RODRIGUES, 2005), defende esta inevitabilidade da inserção no processo de “globalização” como determinada pelas exigências do mercado, um mercado impessoal e poderoso que dita os destinos dos países e restringe o poder de decisão dos Estados Nacionais, caindo mais uma vez num fatalismo econômico, já abordado no capítulo anterior:

“É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de governo. Ela é formada pelos mercados. E não é pelo mercado interno apenas. É pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, eu assumo responsabilidade, numa decisão congressual. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros. (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998).

Paralelamente justifica a inserção no processo de “globalização” através da oposição moderno X arcaico, sendo a “globalização” identificada com uma modernidade que se constitui no caminho obrigatório a ser trilhado pelo país:

“Não que se busque o retorno ao passado do protecionismo e de subsídios, que a sociedade brasileira não tolera mais”⁴⁷. (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998)

“É pena que nem todos os brasileiros possam, como alguns de nós podemos ou até devemos, percorrer o conjunto do Brasil. É pena que não possam sentir na prática, inscritas já na vida, as conseqüências do “Brasil em Ação”, as conseqüências da estabilidade econômica para o desenvolvimento. E é pena que não sintam o mesmo entusiasmo que sinto diante do que virá pela frente, daqui por diante e no novo século e entender que estamos entrando no novo século com um projeto nacional de crescimento, de desenvolvimento, com estabilidade com vista ao bem-estar da população. Com todas as dificuldades, temos um projeto nacional de desenvolvimento. E é lamentável que alguns confundam o projeto possível e bom para o Brasil com a defesa do passado. Subsídios, taxas de juros subsidiadas, reserva de mercado, Estado guarda chuva, crítica ao Estado e

⁴⁷ Note, adicionalmente, no exemplo acima a onipresente referência aos interesses da “sociedade brasileira”, encarnados na política econômica governamental e por ela representados. Surge então, associada a esta oposição moderno X arcaico a oposição interesse geral X interesse particularista, como já foi visto anteriormente.

lucros fáceis. Esta época acabou, esta época acabou. As oligarquias industriais ou financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil, estão chorando por um passado do qual foram beneficiárias, e que não vão voltar porque nós temos que ter um futuro que beneficie o povo e não os setores que se acastelaram na vida pública”⁴⁸. (Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003 – 23 de junho de 1999).

Este tipo de enunciado desconsidera as variáveis políticas deste projeto de integração e retira a conotação de política como expressão da luta entre interesses contraditórios dentro da sociedade – que comporta a possibilidade de projetos alternativos - e localiza seu agente-motor numa esfera externa à formação social. Assim, a política econômica internacionalizante não tem suas raízes na hegemonia de uma unidade contraditória complexa de classes e frações de classes dominantes no nível político, mas passa a ser uma necessidade inescapável determinada “de fora”, pelos imperativos do mercado. Com isso, a luta de classes no interior da Formação Social perde o poder de determinação da política implementada pelo Estado. Esta passa a ser o reflexo das determinações exógenas à sociedade nacional, determinadas por um mercado globalizado e impessoal.

Esta desconsideração do aspecto político da integração leva também à autonomização da ação da esfera do mercado em relação ao Estado, por um lado, e, por outro, à vinculação da ação do Estado aos reflexos deste mercado autônomo. Assim, o elemento dinâmico do processo é localizado no mercado, enquanto o Estado perde a capacidade de uma ação autônoma substantiva, passando a funcionar em função dos requisitos do mercado:

“É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de governo. Ela é formada pelos mercados. E não é pelo mercado interno apenas. É pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, eu assumo responsabilidade, numa decisão congressual. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros.

Ah, se fosse possível fazer uma reunião de órgão técnico qualquer - que sempre é técnico -, mas tem, obviamente, ouvidos políticos. Se fosse possível dizer: baixem os juros! E os juros baixassem. Seria até um desafio a Deus, porque a pessoa que tivesse essa condição, teria condição de condicionar o comportamento de toda a humanidade. Não é assim. Nós construímos com confiança, nós construímos com o trabalho, nós construímos com as

⁴⁸ Veja aqui a utilização, uma vez mais, do movimento dialógico de distanciamento, já tratado no capítulo anterior.

reformas, nós construímos criando condições efetivas de competitividade. É assim que nós construímos um futuro que permita – como vai permitir, porque nós faremos – com o apoio de todos, que haja um horizonte em que essas questões possam ser, possam avançar” (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998).

Este argumento da perda de poder do Estado frente ao mercado globalizado e impessoal – e, conseqüentemente, ao grande capital transnacional - naturaliza a integração subordinada e a situação de dependência brasileira em relação aos organismos econômicos internacionais e ao capital especulativo internacional, desconsidera a política imperialista dos países capitalistas avançados e, conseqüentemente, obscurece a forte ligação que existe entre os interesses dos Estados Nacionais e das empresas de capital transnacional⁴⁹.

Assim, de acordo com este discurso, o Brasil deve fatalmente integrar-se à nova ordem econômica e ao mercado mundial, sem que possam ser apresentados caminhos alternativos que orientem esta integração:

*“esse apoio à indústria nacional, aos produtores no Brasil não será um apoio sem que haja a manutenção de uma economia aberta e competitiva, pelas razões que já foram aqui expostas, **porque nós não temos mais a escolha de outro caminho.** O nosso caminho é o da abertura e o da competição”* (discurso na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos – Confederação Nacional da Indústria – 16 de Dezembro de 1998).

Bom indício do compromisso do Governo Fernando Henrique Cardoso na sustentação desta orientação foram as constantes declarações da área econômica do Governo visando tranquilizar o mercado durante as diversas crises conjunturais do período pós- Plano Real, o que, por si só, já sinalizaria a disposição de manutenção da sua política econômica (foi sintomática, por sinal, a comemoração do dia da Independência brasileira por Pedro Malan em Wall Street em 2001).

Associado a isto, outro indicador desta orientação é a ênfase na “credibilidade externa” brasileira, que ficou bem evidente na ida do Brasil ao FMI durante as crises externas do final dos anos 90: O Governo Fernando Henrique Cardoso classificou

⁴⁹ Vide o exemplo do caso SIVAM, com as fortes suspeitas de que o governo norte-americano utilizou-se de seus serviços de inteligência – comprovadas depois pela revelação de documentos oficiais do Governo norte-

exaustiva e orgulhosamente os empréstimos do FMI para contornar a crise como sinal da credibilidade externa do Brasil⁵⁰, fazendo com que algo que nos anos 80 era considerado sintoma de fracasso da política econômica brasileira e até mesmo uma perda de soberania - recorrer ao FMI – se transformasse, na era Fernando Henrique Cardoso, em motivo de orgulho e sinal de sucesso da política econômica:

“No exterior, o Brasil já está começando a ser visto com consideração e com respeito, pelo que estamos fazendo para mudar o país”. (Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29 de dezembro de 1995).

“Na semana passada eu estive no Japão. Vi reafirmada a confiança que os países hoje depositam em nós. Eu queria dizer-lhes que sinto orgulho de ser brasileiro.

Tenho visto lá fora, não apenas no Japão, mas também em outros países que visitei, as conseqüências positivas da decisão que o povo brasileiro tomou de acabar com a inflação. Além do respeito ao país, reacendeu o interesse e até mesmo o entusiasmo em conceder-nos financiamentos para projetos importantes e em dar ao Brasil um papel relevante nos investimentos internacionais” (Pronunciamento em rede nacional – 19 de março de 1996).

E esta preocupação em manter a credibilidade perante organismos internacionais e multilaterais que patrocinam a implantação das reformas econômicas de caráter neoliberal pelo mundo afora é, por si só, reveladora, do compromisso do Governo FHC com a implantação de tais reformas e da sua dependência em relação a estes órgãos, dependência esta que surge como resultado do próprio projeto político que assume o compromisso de implantação das reformas.

Além disso, durante a crise cambial de 1998-1999, surge a necessidade de manutenção do fluxo de dólares e receita tributária para remunerar o capital financeiro. Esta nova crise cambial vai determinar, segundo Boito Jr (2006, p.272), um rearranjo das frações componentes do bloco no poder em benefício da grande burguesia interna, com o objetivo de aumentar as exportações.

A preocupação com o aumento das exportações, paralelamente à preocupação com a dependência dos fluxos de capitais especulativos internacionais, vai

americano pelo jornal *Folha de S. Paulo* - para beneficiar a Raytheon na concorrência com a Thomson, francesa (*Folha de S. Paulo*, 2000, p.1-11, *Folha de S. Paulo*, 2000b, p.A11 e *Folha de S. Paulo*, 2002, p.A-8).

⁵⁰ E, adicionalmente, como mais um motivo para manutenção do otimismo e confiança no Brasil por parte da população.

aparecer claramente nos discursos do período 1998-1999, em contraste com os do período inicial de seu primeiro mandato, quando a moeda forte era exaltada como forma de garantir a melhoria de vida da população mais pobre (através do acesso ao mercado de bens de consumo) e a entrada maciça de capitais especulativos internacionais era tratada como indício de sucesso da política econômica e da “confiança” internacional do Brasil, fruto do Plano Real. Compare:

“Na semana passada eu estive no Japão. Vi reafirmada a confiança que os países hoje depositam em nós. Eu queria dizer-lhes que sinto orgulho de ser brasileiro.

Tenho visto lá fora, não apenas no Japão, mas também em outros países que visitei, as conseqüências positivas da decisão que o povo brasileiro tomou de acabar com a inflação.

Além do respeito ao país, reacendeu o interesse e até mesmo o entusiasmo em conceder-nos financiamentos para projetos importantes e em dar ao Brasil um papel relevante nos investimentos internacionais”.
(Pronunciamento em rede nacional – 19 de Março de 1996)

“A exportação há de ser aumentada, como já está aumentando em quantidade, embora não ainda em valor, porque houve uma perda do preço das mercadorias no mercado internacional. Mas a exportação é essencial para que possamos continuar assegurando prosperidade ao nosso povo”
(Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso por ocasião da comemoração do 5º Aniversário do Real – Palácio do Planalto).

Mas como observa Boito Jr (2006, p.277), esta política de “caça aos dólares”, longe de ser incompatível com a hegemonia do capital financeiro, era necessária para garantir a própria reprodução do seu poder.

Esta necessidade se refletiu também no discurso relativo às relações internacionais, enfatizando a busca de melhores condições de negociação na arena internacional⁵¹, deixando patente que apesar das críticas à “globalização” assimétrica e à desregulamentação dos fluxos de capitais especulativos, o Governo Fernando Henrique Cardoso manteve sua retórica de integração internacional, com ênfase na economia, sendo a integração à nova ordem mundial ponto pacífico e inexorável:

⁵¹ dois assuntos muito enfatizados por FHC, quando tratou da “globalização”, foram o protecionismo dos países ricos e no período da crise cambial russa, a necessidade de controle do capital especulativo, um tema inexistente no período inicial de seu primeiro mandato.

“A verdade é que, na transição para uma economia mais competitiva, alguns produtores ficaram desamparados. Não que se questione, ninguém aqui questionou, a abertura de nossas fronteiras, nem a necessidade de competir. Quem pensar isto não sabe, mas já morreu⁵². Não que se busque o retorno ao passado do protecionismo e de subsídios, que a sociedade brasileira não tolera mais, e não tolera porque o preço do subsídio, o preço do protecionismo foi o povo ter a inflação, e a inflação arrasou com a economia popular, levou mais e mais gente para a miséria. Não há horizonte na volta a essas práticas, e nem creio que aqui foi dita uma só palavra que pudesse indicar essa direção. Pelo contrário, as palavras foram de entendimento de que há desafios e condições que não são definidas por nós, são impostas não a um ou a outros, mas a todos, e que são inescapáveis. É preciso reagir com a inteligência para tirar proveito da situação, superar as dificuldades e seguir avançando” (Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos – CEB 500 - CNI – Brasília/DF – 16 de dezembro de 1998).

Assim, mais uma vez, a política – desta vez a política externa do Governo – aparece subordinada à economia, reforçando a idéia da determinação exógena da política em relação aos conflitos no interior da formação social.

Desta forma, apresentado como um processo inexorável ditado pela evolução do capitalismo e seus desdobramentos, o ajuste neoliberal da economia contemplou os interesses do bloco no poder, pois sua identificação com a modernidade e com o desenvolvimento – que sempre foi uma meta essencial no imaginário político brasileiro – serviu durante o Governo FHC para justificar a sua opção política na defesa desses interesses.

5.2 REFORMAS

Para entender o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso em relação às reformas, é necessário voltar a analisar o conceito de Estado com o qual ele está lidando. Fernando Henrique Cardoso, a exemplo das teorias liberais, considera a sociedade separada em dois pólos opostos: Estado e sociedade civil. Como foi observado no capítulo anterior, ele enfatiza o mercado como elemento motor da economia, apregoando a não intervenção do

⁵² Note aqui a utilização do movimento de refutação da possível contrapalavra (RODRIGUES. 2005, p.178), quando “o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor a seu discurso, abalando-as”).

Estado nesta esfera, por sua inadequação ou simplesmente, pela falta de condições financeiras de financiar a expansão da economia.

Este Estado interventor é sempre tratado como antiquado, ineficiente, ultrapassado, herança do varguismo que deve ser modernizado para fazer frente aos novos tempos, caracterizados pela “globalização”, pela abertura econômica, pelo dinamismo:

“Tivéssemos apenas nos conformado com uma decisão, já por si importante, da flexibilização do monopólio, não teríamos possibilitado que o Estado se equipasse para que pudesse enfrentar a nova fase de competição, de abertura da economia, de apelo crescente ao capital privado para o investimento nas áreas onde o Estado, por não ter recursos e também por não ser, talvez, o mais adequado, não vai atuar de forma mais expressiva, não teríamos tido a possibilidade de fazer, como hoje se faz, uma revitalização dessas áreas.

(...)

Se o Estado, hoje, fosse o motor propulsor do projeto nacional, seria um Estado antiquado. O projeto hoje é da nação mesmo, ou seja, é do conjunto da sociedade. E esse projeto tem que contar com essa integração entre o Estado e a sociedade, o tempo todo, entre o gestor, no sentido moderno e o empreendedor também, no sentido moderno. Todos os dois têm que ser, ao mesmo tempo, capazes de gerir e de inventar, de inovar, de criar. É uma nova época. Essa nova época requer uma mudança de cabeça, mudança de mentalidade, motivação. Como disse aqui o ministro: premiação e não castigo”. (Discurso de Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003 – 23 de junho de 1999).

Paralelamente, defendeu a abertura de espaço para a atuação do mercado através das privatizações como forma moderna de gestão e necessidade, frente à incapacidade financeira do Estado, de continuar investindo em infra-estrutura. Em outras palavras, é a defesa do chamado Estado Mínimo apregoado pela ideologia neoliberal.

Assim, para a modernização desse Estado antiquado, Fernando Henrique Cardoso, seguindo a mesma linha da inevitabilidade da estabilização neoliberal, concentrando-se na defesa das “reformas”, apresentadas como condição inexorável para a manutenção da estabilidade econômica decorrente do Plano Real e resposta necessária aos movimentos de um mercado globalizado e impessoal. A ênfase da modernização se dá, neste discurso, na reforma do aparelho do Estado, na defesa do processo de privatização das empresas estatais – produtos lógicos da ideologia de liberalização do mercado – e na austeridade fiscal, especialmente no período que se segue à crise da Rússia:

“E é pena que não sintam o mesmo entusiasmo que sinto diante do que virá pela frente, daqui por diante e no novo século e entender que estamos entrando no novo século com um projeto nacional de crescimento, de desenvolvimento, com estabilidade com vista ao bem-estar da população. Com todas as dificuldades, temos um projeto nacional de desenvolvimento. E é lamentável que alguns confundam o projeto possível e bom para o Brasil com a defesa do passado. Subsídios, taxas de juros subsidiadas, reserva de mercado, Estado guarda chuva, crítica ao Estado e lucros fáceis. Esta época acabou, esta época acabou. As oligarquias industriais ou financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil, estão chorando por um passado do qual foram beneficiárias, e que não vão voltar porque nós temos que ter um futuro que beneficie o povo e não os setores que se acastelaram na vida pública.

Isso acabou. É um novo Brasil, é um novo projeto. Mas ele existe, e esse novo projeto, esse novo Brasil dependem dessa reestruturação do Estado, como dependem da reestruturação da sociedade, das empresas e das parcerias, da convergência, de um espírito de cooperação entre a União, os Estados, os municípios, setor privado, setor público, as organizações não-governamentais com as organizações governamentais numa mentalidade moderna e aberta”. (Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003, 23 de junho de 1999).

Nesse discurso, o Estado é o elemento de desequilíbrio das contas públicas, que ameaça as conquistas do Plano Real e a manutenção da estabilidade econômica. Assim, a manutenção das conquistas já obtidas pelo Plano Real, e a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos dependem das reformas do Estado. Reformar o Estado é, portanto, defender o interesse geral da população.

As reformas administrativa e previdenciária, particularmente, são muito destacadas em seu discurso, no qual aponta a necessidade de sua execução como requisito, por um lado, de combater os desperdícios e o excesso de pessoal no serviço público; e, por outro, manter o direito de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado, direito este que seria ameaçado pela “quebra” da previdência pública, como resultado dos prejuízos causados pelas aposentadorias do setor público.

Aparece aqui novamente, portanto, a oposição interesse particular X interesse geral, contrapondo o interesse geral, representado pela ação do Governo, por um lado; e, por outro, o interesse particular, representado pelos privilégios e pelo desperdício do setor público. Apresenta-se, assim, como conflitantes, os interesses de duas categorias de trabalhadores – por um lado, os trabalhadores do setor privado, que arcam com os custos de um Estado arcaico e perdulário; e, por outro, os trabalhadores do setor público, apresentados como privilegiados que ameaçam a estabilidade econômica e as futuras aposentadorias dos trabalhadores do setor privado:

“Para que esse clima favorável ao país continue é preciso, também, que sejamos firmes na continuação das reformas.

Já colhemos os primeiros resultados da estabilização. Sua continuidade agora depende de alcançar-se o que os economistas chamam de equilíbrio fiscal. Ou seja, como o pai de família, não podemos gastar mais do que recebemos.

(...)

Por isso precisamos acabar com os gastos desnecessários, com os desperdícios e com os privilégios. Por isso o governo precisa que o Congresso aprove as emendas da Previdência, da administração e reforma tributária.

O que o governo quer com a reforma da Previdência?

Primeiro, corrigir injustiças e eliminar privilégios; segundo, criar condições para evitar o déficit público; por fim, assegurar que os aposentados, no futuro, continuem recebendo seus proventos com, pelo menos, o mesmo valor real de hoje.

Fiquem, portanto, tranqüilos, aposentados e pensionistas. Seus direitos já adquiridos serão respeitados integralmente. E o governo atual (que não se beneficiará dessa reforma, pois seus efeitos serão de médio prazo) zelará para que no futuro você não perca com a volta da inflação, nem corra o risco de ter uma Previdência quebrada.

E eu pergunto: até quando você está disposto a pagar por privilégios?⁵³ Por que alguém no serviço público pode aposentar-se, como há casos, com a idade de 40 anos, recebendo salário integral e muitas vezes até mais do que quando estava em atividade, e você não?

Isso é justo?

(...)

Depois dele virá a reforma administrativa. O propósito é o mesmo: permitir que o governo possa gerir com mais flexibilidade o pessoal administrativo. Embora respeitando, como se deve, os direitos e os interesses dos funcionários, vai coibir abusos, ociosidade e desinteresse no atendimento do povo. Mas vai também permitir que o governo possa premiar os bons funcionários, que são a grande maioria.

Em seguida virá a reforma tributária para cortar impostos de exportação, para aliviar a carga tributária dos agricultores, reduzir os impostos de importação de máquinas e sobretudo facilitar o combate à sonegação.

É por isso que estou tão empenhado nas reformas. Elas são necessárias ao país. Na campanha eu me comprometi com elas e recebi a maioria absoluta dos votos válidos. Agora eu quero cumprir a minha promessa.

(...)

⁵³ Note aqui a utilização do movimento dialógico de interpelação, quando, de acordo com Rodrigues (2005, p.179) “determinado ponto de vista é apresentado como o ponto de vista, como a verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir”.

Chegou a hora da verdade. Nós temos dois caminhos pela frente. Um, sem as reformas, é a volta ao passado que nós já conhecemos: de instabilidade, de clientelismo, de corporações privilegiadas e de inflação galopante. O outro, com as reformas, em que eu como você acreditamos, é a aposta no nosso futuro: na democracia, numa moeda forte, no crescimento da renda e na sua distribuição e no fim dos privilégios. Eu confio no nosso Congresso. Eu confio em que ele saberá escolher o caminho das reformas, em sintonia com o desejo de mudança do povo brasileiro.

Muito obrigado". (Pronunciamento em rede nacional – 19 de Março de 1996)

Assim, as reformas são defendidas, por um lado, como caminho único para o Brasil se adaptar à modernidade do mundo globalizado (caminho inexorável para o país) e condição necessária para a manutenção da estabilidade econômica e das conquistas que o Plano Real teria trazido para os “mais pobres”. Por outro lado, argumenta-se que as reformas não atingiriam os “mais pobres”, ou os “trabalhadores”, mas sim os “privilegiados”, identificados, via de regra, com os servidores e aposentados do setor público.

Além disso, a defesa das reformas é feita também através do argumento de que a economia resultante da eliminação dos “privilégios” reverteria em benefício do próprio povo, liberando recursos para investimentos sociais tais como saúde e educação e principalmente, a geração de empregos:

“Eu vou mencionar o exemplo do funcionalismo federal. Em 1992, o gasto com o funcionalismo foi de R\$ 14 bilhões. Em 1995, o governo gastou isso só para pagar os aposentados. Em 1996, só o pagamento dos aposentados poderá chegar a R\$ 22 bilhões. E quem paga isso é você⁵⁴.

Por isso precisamos acabar com os gastos desnecessários, com os desperdícios e com os privilégios. Por isso o governo precisa que o Congresso aprove as emendas da Previdência, da administração e reforma tributária.

O que o governo quer com a reforma da Previdência?

Primeiro, corrigir injustiças e eliminar privilégios; segundo, criar condições para evitar o déficit público; por fim, assegurar que os aposentados, no futuro, continuem recebendo seus proventos com, pelo menos, o mesmo valor real de hoje.”(Pronunciamento em Rede Nacional de Rádio e Televisão abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária – 19 de março de 1996)

“Outros antecipavam que nós não teríamos apoio para as reformas. Pois bem, se enganaram. O Congresso mostrou que está identificado com a vontade de mudança. Com competência e rapidez, aprovou as reformas constitucionais na área econômica _petróleo, telecomunicações, empresa

⁵⁴ Mais um vez utilizando-se do movimento dialógico de interpelação.

nacional. Sabe o que isso quer dizer? Isso significa novas oportunidades de investimentos, crescimento e mais empregos. Agora, estamos avançando na reforma administrativa e na da Previdência, depois virá a tributária.” (Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29 de dezembro de 1995)

Então, esta visão “moderna” do Estado deslocou os critérios de eficiência da ação estatal do campo da capacidade de intervenção direta na economia para as questões do fornecimento de serviços públicos:

“O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos”. (Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999).

Este enunciado destacou também a questão do equilíbrio orçamentário do Estado como necessidade para manutenção da estabilidade econômica e condição *sine qua non* para retomada do crescimento econômico, especialmente, como já foi citado, no período pós-crise russa. Aqui, mais uma vez, há a identificação interesse geral/Governo como forma de legitimação e bastante ênfase, como já foi observado, na questão do funcionalismo público, retomando também a oposição moderno X arcaico via modernização do funcionalismo público e, conseqüentemente, do Estado:

*“Mas a solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas.
O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência.*

- *Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da Reforma da Previdência.*
- *Não há justificativa para que alguns Estados gastem 80% da sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso vamos implantar a reforma administrativa.*
- *Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgentíssima.
E por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os Estados e os Municípios, vivam dentro dos seus limites”.* (Pronunciamento do Presidente da República em rede nacional sobre o ajuste econômico 28 de outubro de 1998).

Assim, o discurso econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso apresenta um panorama em que o Estado perde espaço para um mercado globalizado, impessoal e preponderante nas relações internacionais. Este mercado dita as condições para a inexorável integração à economia global, e o Estado tendo como papel fundamental adaptar a sociedade às suas exigências.

Para isso, o Estado deve redimensionar e modernizar sua estrutura, abrindo mão de seus instrumentos de intervenção direta na economia, por um lado e, por outro, liberalizar e desregulamentar a economia a fim de possibilitar a atuação eficiente desse mercado.

Acima de tudo, este projeto é identificado com o interesse geral da sociedade e condição para manutenção da estabilidade econômica e o Governo como baluarte da defesa desse interesse geral.

6 OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À JUSTIÇA SOCIAL

Como visto anteriormente, o discurso de Fernando Henrique Cardoso, baseia-se ideologicamente nas concepções liberais de democracia. Fazendo-se um paralelo com a conhecida cronologia do desenvolvimento da cidadania desenvolvida por T.H. Marshall⁵⁵, é possível observar que para Fernando Henrique Cardoso, a democracia (entendida basicamente como a conquista de direitos civis e políticos) já é uma conquista consolidada e, portanto, o objetivo do governo é a conquista dos direitos sociais:

“Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo”. (Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional - Brasília, 1 de janeiro de 1995).

E o marco fundamental para o desenvolvimento dos direitos sociais foi a implantação do Plano Real e o controle da inflação, apresentada por Fernando Henrique Cardoso como o grande mal que afetou a sociedade brasileira:

“Com a queda da inflação, o governo já começa a gastar mais naquilo que a população efetivamente precisa. Se você tem filhos na escola pública, já deve ter reparado que a merenda não está faltando e até foi aumentada. Nas regiões mais carentes, estamos dando ônibus para levar as crianças para as aulas. Todos os alunos do primeiro grau vão receber livros de graça. E já estamos começando a treinar os professores, para melhorar a qualidade da educação.

⁵⁵ Marshall divide o conceito de cidadania em 3 partes – civil, política e social – inicialmente amalgamados (direitos e deveres específicos eram estritamente locais, mudando depois para um âmbito nacional). Assiste-se, então, a um duplo processo de fusão (geográfica) e separação (funcional). Este desligamento entre os tipos de cidadania levou cada um a caminhos próprios. Para ele, a aquisição dos direitos civis deu-se no século XVIII, com a adição gradativa de novos direitos a um status já existente - o de homens livres; os Direitos Políticos (século XIX) desenvolvem-se quando os direitos civis já estão consolidados, consistindo na “doação de velhos direitos a novos setores da população” (MARSHALL, 1967, P.69); enquanto que os Direitos Sociais (século XX) são resultado da participação nas comunidades locais e associações funcionais que evoluem para a *Poor Law* e por um sistema de regulamentação salarial. Segundo ele, a cidadania, até o final do século XIX, fez pouco para reduzir a desigualdade social; porém, ajudou a guiar o progresso em direção às políticas igualitárias do século XX e teve também efeito de integração, ligado ao sentimento de pertencimento a uma comunidade (ver MARSHALL, 1967).

Estamos também iniciando um amplo programa pela saúde dos seus filhos. Estamos realizando campanhas de vacinação e de nutrição para a mãe e para o recém-nascido. Os agentes comunitários de saúde já passaram de 29 mil a 40 mil só neste ano, pois o seu trabalho é fundamental para reduzir a mortalidade infantil pela metade, até o fim do governo, como vamos fazer. O programa de médicos na residência também melhorou muito. O número de médicos passou de 328, em 1994, para 851 neste ano.

(...)

Reabrimos também, depois de quatro anos de interrupção, os empréstimos para moradia e voltamos a financiar saneamento. Em 1996, destinaremos R\$ 3,8 bilhões para financiamento, com base no fundo de garantia, para a construção de casas e obras de saneamento.

Tudo isso é apenas o começo. Nós sabemos que as necessidades na área social são muitas. Por isso, temos que começar pelo que é mais urgente: saúde, educação, moradia e saneamento. E hoje nós temos melhores condições de fazer os investimentos necessários, porque temos uma política clara: gastar mais e melhor nos programas sociais.” (Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo – 29 de dezembro de 1995).

E o caminho para se garantir o controle da inflação e, portanto, a continuidade da melhoria dos direitos sociais são as reformas, apresentadas como condição *sine qua non* para que o governo tenha os recursos necessários para investir nas políticas sociais. As reformas representam, pois, o interesse geral da sociedade:

“Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros - vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em tomo da perspectiva de um amanhã melhor para todos.” (Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional - Brasília, 1 de janeiro de 1995).

O Governo FHC buscou também legitimar-se por elementos mais palpáveis às classes trabalhadoras, até mesmo como forma de confirmar a correspondência entre o projeto político de seu governo e o “interesse geral” que ele encarnava no nível do discurso político, como foi possível observar nos capítulos anteriores.

Mantendo sempre a centralidade simbólica que o Plano Real exerceu durante todo seu Governo, utilizou-se largamente de um discurso social, no qual apresentava um panorama social caracterizado pela melhoria substancial das condições de vida da população brasileira, como resultado da implantação do Plano Real.

Com isso, identificava esta melhoria muito freqüentemente com a inserção da população no mercado, tanto de consumo, quanto de trabalho. Esta inserção no mercado confundia-se muitas vezes com a própria democratização da sociedade brasileira. Assim, apesar de apontar avanços em praticamente todas as áreas sociais, a ênfase era centrada na questão da integração ao mercado, como é possível observar no trecho a seguir, retirado do discurso de Fernando Henrique Cardoso em comemoração aos cinco anos de Plano Real:

“Nestes cinco anos do Real, a cesta básica teve um aumento de 14% e o salário mínimo, de 110%. É baixo o salário mínimo, mas o mínimo que se pode fazer é fazer com que ele seja, pelo menos, maior do que a cesta básica. Antes do Real, o salário mínimo era de 64 reais e a cesta básica, ao redor de 100 reais. Portanto, com um salário mínimo mal se comprava meia cesta básica. Hoje, compra-se mais, um pouquinho mais do que uma cesta básica”;

Ou

“No Natal, a maior alegria que eu tive foi saber que este ano os brasileiros tiveram mais comida em sua mesa. Algumas famílias, que antes não podiam, hoje comem frango e carne. O consumo de alimentos aumentou 30%. Isso só foi possível porque agora nós temos uma moeda que não se desvaloriza e porque os agricultores produziram uma grande safra e assim deram sua contribuição ao Real”.

(Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29 de dezembro de 1995).

Ou ainda este trecho, retirado do discurso em comemoração aos 500 anos de descobrimento do Brasil: *“Ele [o Plano Real] rompeu, definitivamente, o círculo vicioso da inflação. Retirou milhões de brasileiros da pobreza e deu-lhes acesso ao consumo”.*

Esta ênfase tornou-se também bem explícita nos casos do frango que, pelo propalado aumento acentuado do seu consumo durante o primeiro ano do Plano Real, tornou-se seu símbolo; e do iogurte, elevado também a símbolo do Governo Fernando Henrique Cardoso durante seu primeiro mandato, quando este dizia que até as empregadas domésticas estavam podendo comprar iogurte. Com isto, a noção de cidadania no discurso de Fernando Henrique Cardoso fica reduzida a uma “cidadania de consumo” (SADER, 1996, p.17).

Esta ênfase no aspecto econômico, além de se encaixar no perfil mais geral do discurso governamental, que centra sua atenção aos aspectos econômicos, é também bastante eficiente quando se lembra das taxas crescentes do nível de desemprego durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, quando esta questão assume lugar de destaque nas preocupações da população.

Aqui mais uma vez as reformas aparecem como condição para o equilíbrio fiscal e, como resultado disso, da queda das taxas de juros, que resultaria no aumento da atividade econômica e do nível de emprego:

“Faço um apelo ao Congresso: vote as reformas e o programa de estabilidade fiscal, em regime de urgência. Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o País retomará sua trajetória de crescimento” (Pronunciamento do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e Televisão sobre o Programa de estabilidade fiscal – 28 de outubro de 1998).

Assim, a cidadania no discurso do Governo FHC confunde-se com o mercado capitalista, e o interesse geral aparece mais uma vez resguardado pelo Governo na integração da população ao mercado de consumo, graças ao Plano Real e o combate ao desemprego vinculado às reformas que estariam modernizando o Estado. Estes enunciados eximem a política econômica da responsabilidade pelo problema do desemprego, pois, por um lado, defende a ampliação do poder de consumo da população em geral e, por outro, vincula o crescimento do nível de emprego à estabilidade fiscal e à queda das taxas de juros, que são apresentadas como variáveis exógenas, sem qualquer relação com as escolhas políticas que determinam a condução da política econômica do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das concepções de Poulantzas acerca da organização do Estado capitalista e incorporando as contribuições da filosofia da linguagem de Bakhtin para o entendimento da ação discursiva do sujeito político na esfera da cena política, pretendeu-se aqui demonstrar que o discurso governamental não mudou de forma significativa seus principais posicionamentos no período analisado. Muito embora sejam detectáveis alterações decorrentes das mudanças de conjuntura e em relação ao interlocutor, foi possível observar claramente no *corpus* analisado uma clara regularidade temática e argumentativa no discurso político de Fernando Henrique Cardoso.

Esta regularidade temática e argumentativa, operando quase sempre em torno de dois eixos básicos - a oposição moderno X arcaico e a oposição interesse geral X interesse corporativista – serviu-se deles para justificar a implementação das políticas neoliberais no Brasil e buscar legitimar-se frente à sociedade através da reelaboração dos já-ditos que circulam na comunidade semiótica (a sociedade brasileira) de forma a dar uma significação compatível com o projeto político do bloco no poder.

A permanência de temas recorrentes no discurso político de Fernando Henrique Cardoso indicaria que, apesar dos vários atritos entre as frações que compõem o bloco no poder⁵⁶ e das modificações conjunturais ocorridas no período, foi mantida uma relativa coesão no referido bloco; indicação confirmada pela continuidade das mesmas linhas política e econômica, adotadas desde o início do primeiro mandato.

A constatação de que houve a manutenção desta linha geral de discurso não significa, porém, que tenha havido uma união monolítica dentro do bloco no poder. Ficaram evidentes na imprensa várias discordâncias quanto aos rumos tomados pela política governamental em temas variados, o que demonstra a existência de conflitos de interesses, apesar de essas discordâncias serem superadas pela defesa de interesses comuns a estas frações de classe, que se encontravam representadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Por isso a análise que ora se apresenta centrou suas atenções nesta linha geral de discurso que foi mantida pelo Governo Fernando Henrique buscando, assim, apreender de que forma foram construídos os enunciados de defesa de seu projeto político mais geral de implantação da política neoliberal no Brasil.

⁵⁶ Vale lembrar que os ganhos de cada fração de classe componente do bloco no poder são desiguais e que há interesses conflitantes entre essas frações de classe

Para a compreensão dos significados atribuídos à ordem política, tomou-se como parâmetro as teorias liberais de democracia que, *grosso modo*, poderiam ser sintetizadas na definição de Sartori: “*um sistema multipartidário em que a maioria no governo respeita os direitos das minorias*” (SARTORI, 1965, p.255), e que fundamentam tanto as formulações teóricas do *mainstream* da Ciência Política moderna quanto a legitimação política dos mais diversos governos dito democráticos (inclusive o Governo FHC) e a idéia, mesmo que difusa, de regime democrático disseminada na sociedade.

Foi possível observar que o discurso de Fernando Henrique Cardoso, fortemente influenciado por essas idéias⁵⁷, identifica sempre a democracia com o voto popular (ou seja, a realização de eleições livres), por um lado, e uma idéia sempre difusa de liberdade (referindo-se a direitos civis e políticos), defendendo a idéia de que a democracia já seria uma conquista consolidada no país. Com isso, transmite a idéia de que a democracia é a simples participação no processo eleitoral e que sua eleição e a implementação de seu projeto político representam a vontade geral da nação – uma nação que, à semelhança da ideologia liberal, não passa de um amontoado de indivíduos isolados. Não há, portanto, classes sociais com interesses contraditórios e o governo não é representante de interesses de classes, mas sim do interesse geral de uma sociedade harmônica, ou quase harmônica, pois em oposição ao interesse geral do “povo”, Fernando Henrique Cardoso contrapõe os interesses dos “privilegiados”, normalmente identificados com os servidores públicos e os aposentados também do setor público.

Ao referir-se ao Estado, como os teóricos liberais, Fernando Henrique Cardoso apresenta-o em contraposição à sociedade civil. Assim, Estado e sociedade civil não formam um todo orgânico, mas são pólos opostos e conflitantes da sociedade. Seu Governo é definido como o representante dos interesses da sociedade civil contra o Estado, este tomado pelos interesses dos “privilegiados” e definido como arcaico e inadequado à nova realidade mundial dominada pela lógica do mercado, dominação que, nas teorizações liberais, é compreendida como própria da esfera da sociedade civil.

Além disso, seu Governo aparece sempre como baluarte da defesa da manutenção da estabilidade econômica e sua imagem, a do Presidente, associada ao Plano Real. Assim, a figura pessoal de Fernando Henrique Cardoso desempenha em seu discurso um papel fundamental na relação Estado/sociedade, convertendo-se em encarnação não apenas do

⁵⁷ É importante ter sempre em mente a posição do próprio Fernando Henrique Cardoso na conjuntura da transição da ditadura militar para o Governo civil, quando ele foi visto como um dos grandes representantes da tendência favorável à transição dentro dos limites liberal-democráticos.

poder de Estado, mas principalmente, da própria estabilidade econômica, destacando a figura do líder messiânico que paira acima das instituições.

Referente à ordem econômica, partiu-se da constatação de que os interesses do bloco do poder no Brasil atual e, conseqüentemente, as ações do Estado brasileiro têm estado ligados, especialmente na última década – desde a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989 – à aplicação das políticas neoliberais.

A economia, por sinal, desempenhou papel fundamental na legitimação do Governo Fernando Henrique Cardoso, através do culto em torno do Plano Real, que o transformou de mais um plano da geração de planos de estabilização econômica preconizados pelo Governo Norte-americano e pelo FMI a partir dos anos 1980, em um verdadeiro “mito fundador” de um novo país, mais rico, mais moderno e mais justo.

Tomando como referência o “Consenso de Washington”, que, como se viu, constitui-se de uma defesa visceral da abertura econômica internacional e da desregulamentação econômica interna, observa-se o forte alinhamento do discurso econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso com a ideologia neoliberal; alinhamento refletido na defesa de uma inserção profunda do Brasil no processo de “globalização” e na defesa das “reformas” para “modernização” do Estado brasileiro.

A “globalização” foi apresentada basicamente, em seu discurso, como variável de ordem econômica e a integração do país a ela como inexorável, visto que ela seria o resultado natural do processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Esta inevitabilidade aparece como determinada pelas exigências de um mercado impessoal e poderoso que dita os destinos dos países e restringe o poder de decisão dos Estados Nacionais.

É possível notar, portanto, uma clara idéia de determinação exógena na economia nacional, cujos rumos seriam definidos pelas decisões de um mercado internacional impessoal e todo-poderoso. Outro indicador desta orientação foi a ênfase dada pelo Presidente, em suas falas à “credibilidade externa”. Esta preocupação revela, por um lado, o compromisso do Governo FHC com a inserção subordinada no mercado mundial e com a implantação das reformas de mercado e, por outro, sua dependência em relação aos órgãos financeiros internacionais, dependência esta que surge como resultado do seu próprio projeto político.

Assim, tendo em vista a naturalização da internacionalização da economia e a perda da capacidade decisória do Estado Nacional, Fernando Henrique Cardoso concentra-se na defesa das “reformas”, apresentadas como condição inexorável para a manutenção da estabilidade econômica decorrente do Plano Real e resposta necessária aos movimentos de um

mercado globalizado e impessoal. Nessa questão, o Estado surge como a grande ameaça às conquistas do Plano Real, e o descontrole das contas públicas como fator de desequilíbrio. Assim, a manutenção das conquistas já obtidas pelo Plano Real acompanhada da retomada do crescimento econômico e da geração de empregos exigiriam a modernização do Estado – através das reformas de mercado – para que este, adaptado à modernidade, pudesse defender o interesse geral da população.

Nas questões referentes à justiça social, partiu-se da premissa de que o Governo busca, num regime liberal-democrático, a manutenção de sua legitimidade frente à sociedade como um todo, o que colocou em evidência o modo como Fernando Henrique Cardoso conferiu proeminência à sua própria imagem – de homem cosmopolita e influente – colocando-se como anunciador de um futuro promissor para o país, em contraposição ao arcaísmo nacional e ao retrógrado que deve ser superado.

Neste nível seu discurso buscou também legitimar-se por elementos mais palpáveis à classe trabalhadora. Abordou os temas sociais de modo a enfatizar a melhoria das condições de vida da população brasileira após o Real, especialmente dos estratos de mais baixa renda que obtiveram inserção no mercado, tanto de consumo, quanto de trabalho.

Ao naturalizar a ideologia neoliberal, Fernando Henrique Cardoso (re) significou os seus conteúdos, constituindo-se sujeito político produtor de um discurso singular sobre o neoliberalismo, legitimando a ação do Estado, como estrutura de domínio de classe pela da aparência de um projeto político que abarca os interesses da sociedade como um todo, ocultando as contradições⁵⁸ e o caráter de luta de classes que caracteriza cada formação social em particular. Para isso, foi fundamental a utilização das contribuições de Bakhtin como forma de entender como um enunciado se movimenta entre os enunciados anteriores que circulam e circularam pela comunidade semiótica (os já-ditos) e os efeitos desejados da enunciação (o devir), acentuando o caráter social e histórico dessa enunciação.

Desse modo, foi possível entender como Fernando Henrique Cardoso, enquanto representante de classe, pôde (re) elaborar as idéias do bloco no poder e os já-ditos da comunidade semiótica de forma a constituir um conjunto coerente de idéias que pudesse justificar e legitimar o projeto político do bloco no poder frente à sociedade sem, no entanto, deixar de considerar suas características individuais que tornaram suas enunciações eventos lingüísticos únicos e irrepitíveis, embora mantendo uma certa regularidade temática e argumentativa.

⁵⁸ Referimo-nos aqui ao mascaramento da contradição fundamental do Modo de Produção Capitalista levado a cabo pela burguesia que identifica seus interesses com interesses universais.

Porém esta análise centrada unicamente nas contribuições bakhtinianas não seria capaz de focar o panorama mais geral da organização do modo de produção capitalista e do papel exercido pelo Estado capitalista, visto que abordam o processo de comunicação sob a ótica individual relacionada ao social. Assim, a associação de suas idéias com uma base teórica assentada na teoria do Estado de Poulantzas foi fundamental para a análise das formas utilizadas por Fernando Henrique Cardoso para significar o seu projeto de governo sem perder o pano de fundo da formação capitalista brasileira, evitando, assim, ter por resultado uma análise que privilegiasse os aspectos individuais em detrimento dos gerais (ou estruturais) e os simbólicos em detrimento de questões objetivas.

Com a combinação dessas duas perspectivas teóricas foi possível, então, entender como o discurso de Fernando Henrique Cardoso produziu opacidades no projeto político que representava, encobrindo o seu caráter de classe e, portanto, seus verdadeiros beneficiários⁵⁹:

Seu plano de estabilização econômica, que era mais um no conjunto dos que seguiam o modelo prescrito pelo FMI para a América Latina durante os anos 80 e 90, foi apresentado como uma “revolução”, um ponto de inflexão em toda a história política do país, como um “mito fundador” que conferia legitimidade ao longo de seus dois mandatos;

Este mesmo plano, que se demonstrou largamente favorável ao grande capital financeiro – baseado numa política de juros altos para atração do capital especulativo internacional – foi apresentado como um projeto desenvolvimentista e modernizador do país. Ao criticar os maiores beneficiários de sua política econômica (os bancos, o capital financeiro), tenta não identificar o seu Governo com esses beneficiários.

Ao reinterpretar elementos da política liberal, identifica seu projeto político com a democracia – entendida como implementação dos direitos civis e políticos, bem como promoção da justiça social – e com o interesse geral da nação. Busca dessa forma, aliviar as conotações classistas de seu projeto, defendendo-o como um projeto político de nação, sem contradições e conflitos de interesse.

De acordo com o pensamento neoliberal, o Estado é apresentado como fonte de todos os males e causa do atraso econômico. Seu projeto político, baseado nas diretrizes do “Consenso de Washington” - de liberalização econômica e desregulamentação de mercado –,

⁵⁹ É sempre importante lembrar que isto não significa que Fernando Henrique Cardoso, ou mesmo os componentes das frações de classe do bloco no poder tenham consciência do papel que desempenham na cena política, pois muitas vezes suas escolhas refletem interesses e condições que eles próprios ignoram, determinados por sua condição de classe e, conseqüentemente, na esfera mais profunda da produção social (v. BOITO JR. 2002a, p.138).

surge então como representante do moderno e caminho inexorável a ser seguido pelo país se quiser fazer frente aos desafios da modernidade. Assim, privatização, precarização de condições de trabalho e de direitos sociais, bem como desregulamentação de mercado são apresentadas como atendendo ao interesse geral da nação e como modernidade, em contraposição ao arcaísmo e ao corporativismo representado pelo Estado;

Embora, via de regra, de acordo com os cânones neoliberais, a intervenção do Estado nos mecanismos de mercado seja considerada perniciosa e ineficaz, no discurso de FHC, quando o Estado intervém em favor dos interesses do capital financeiro, como no caso do PROER, esta intervenção é justificada como compatível com o interesse geral da Nação, pois garantiria a estabilidade econômica.

A manutenção da política econômica foi sempre defendida, sem entrar na discussão de quem era beneficiado, preferindo dar ênfase à estabilidade e à suposta melhoria das condições de vida da população mais carente. Ao tratar dos juros altos, seu discurso sempre assumiu um tom fortemente crítico, mas sua manutenção foi sempre justificada pelas condições do mercado internacional, um elemento exógeno, sem relação com a política econômica e com os interesses de classe do bloco no poder;

Na verdade, a política de juros altos lhe serve como argumento para o aprofundamento das “reformas”, na medida em que somente elas podem fazer cair as taxas de juros que são determinadas pelo mercado global, impessoal e poderoso. Ou seja, o aspecto mais impopular de sua política econômica é interpretado de forma a reforçar esta política através do aprofundamento das “reformas” e da desregulamentação, que beneficia não só o capital financeiro, mas também outras frações do bloco no poder - vide a metáfora dos círculos concêntricos de Boito Jr (1999).

Assim, buscando a aprovação da opinião pública, Fernando Henrique Cardoso se coloca no centro de um processo discursivo em que os significados atribuídos às mudanças foram sendo (re) elaborados e (re) interpretados conforme as necessidades do seu projeto político.

Entendemos que a análise desse processo pode fornecer elementos para uma melhor compreensão de um período de grandes transformações na história política recente do Brasil; um período que representou a consolidação de uma nova articulação de frações de classe que se tornam hegemônicas no aparelho de Estado e com isso consegue implementar seu projeto político.

O estudo das formas utilizadas para a legitimação desse projeto pode também fornecer elementos importantes para a compreensão da organização do Estado nessa

fase específica de desenvolvimento dessa formação social, visto que, o Estado opera dentro de uma combinação específica de seus aparatos repressivos e ideológicos e a cada grau de desenvolvimento da luta de classes em uma determinada formação social, corresponde uma determinada forma de organização do poder político.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L., *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDERSON, P., “Balanço do neoliberalismo”, in SADER, E., GENTILI, P., *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- BAKHTIN, M., “Os gêneros do discurso”, in BAKHTIN, M., *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.277-326.
- _____, *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BELL, J. F., *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- BIHR, A., *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G., et al, *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, vol. 1
- BOITO JR., A., “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”, in Vários Autores, *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- _____, “Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte”. *Revista Crítica Marxista nº 15*. São Paulo: Bomtempo, Outubro de 2002.
- _____, “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, *Idéias* ano 9 (1). Campinas: IFCH, 2002b
- _____, *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999
- BOTTOMORE, T. “Introdução”. In: SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

BRAIT, B., “Estilo”, in BRAIT, B. (org), *Bakhtin – conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005

BRAIT, B.; MELO, R., “Enunciado/enunciado concreto/enunciação”, in BRAIT, B. (org), *Bakhtin – conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

CARIELLO, R. “Elite ainda teme PT, diz cientista político”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 2002, Caderno Brasil, folha A6

CHESNAIS., F., “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, *Praga – Estudos Marxistas* n° 3. São Paulo: Hucitec, Setembro 1997

CRUZ, S.C.V., “Alguns argumentos sobre reformas para o mercado”, *Revista Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n° 45, 1998

FILGUEIRAS, L., *História do plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

_____, “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”, in BASUALDO, E.M.; ARCEO, E., *Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006

Folha de São Paulo, “Espionagem deu Sivam a empresa dos EUA”. São Paulo 23 de Julho de 2002, Caderno Brasil, pág A-8

_____, “Parlamento avalia relatório”. São Paulo 25 de Fevereiro de 2000, Caderno Mundo, pág 1-11

_____, “Sistema americano teria prejudicado empresas européias” . São Paulo, 05 de Julho de 2000, Caderno Mundo, pág. A11

FRIEDMAN, M., *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Coleção Os Economistas

FUKUYAMA, F., “The end of history ?”, disponível em <http://www.wesjones.com/eoh.htm> (18/05/2006)

- GRANDI, R.; MARINS, A.; FALCÃO, E. (orgs.), *Voto é marketing - o resto é política*. São Paulo: Edição Loyola, 1992.
- GRAY, J., *Falso Amanhecer – Os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999
- HAYEK, F.A., *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987
- HOBBSBAWM, E.J., *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- LAMOUNIER, B., “Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação”; in FAUSTO, B., *História geral da civilização brasileira III – O Brasil republicano 2 – Sociedade e instituições (1889 – 1930)*. São Paulo: Difel, 1985
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)
- LOURENÇO, M.S., “A economia no Brasil do Real”, in, SADER, E., et al., *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996
- MACPHERSON, C.B., *A democracia liberal - origens e evolução*. RJ: Zahar Editores, 1978
- MARSHALL, T.H., “Cidadania e classe social”, in MARSHALL, T.H., *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, K., *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a, Coleção Os Pensadores, Vol. XXXV
- _____, *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b, Coleção Os Pensadores, Vol. XXXV
- _____, *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, vol. 1, t.1, p. 145, Coleção Os Economistas
- MARX, K., ENGELS, F., *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986

MATTOSO, J., “Produção e emprego: renascer das cinzas”, in LESBAUPIN, I., *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999

MILIBAND, R., *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

MILL, J. S., *Governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1964

MIOTELLO, V., “Ideologia”, in BRAIT, B. (org), *Bakhtin – conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005

OSAKABE, H., *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª Edição

PARANHOS, A., “O coro da unanimidade nacional: o culto ao ‘Estado-Novo’”, *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPr, nº 9, p.25-45, 1997

_____, *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999

PAULILLO, R., “Procedimentos de análise do discurso referido”, in CHAIA, V.; RESENDE, P.A.; ALMEIDA, L.F.R., *Análise do discurso político – abordagens*. São Paulo: EDUC, 1993

PETRAS, J., “Os fundamentos do neoliberalismo”, in RAMPINELLI, W.J.; OURIQUES, N.D. (orgs), *No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã, 1997

POULANTZAS, N., “A nova pequena burguesia”, in HUNT, A.(org.), *Classes e estrutura de classes*. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____, *Classes in contemporary capitalism*. Norfolk: Verso Edition, 1978

_____, “O Problema do Estado capitalista”, in BLACKBURN, R., *Ideologia na ciência social – Ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

_____, *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. México DF: Siglo Veintiuno Editores, 1972

PRZEWORSKI, A. “A falácia neoliberal”, *Revista Lua Nova* nº 28/29. São Paulo: Cedec, 1993

_____, *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1995

RICARDO, D., *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Coleção Os Economistas

RODRIGUES, R.H., “Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: A abordagem de Bakhtin”, in, MEURER, J.L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Orgs), *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005

SADER, E., “Poder, Estado e hegemonia”, in, SADER, E., et al., *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996

SAES, D., “Cidadania e capitalismo”, *Revista Crítica Marxista* nº16. São Paulo, Boitempo Editorial, março/2003, pág. 9-38.

_____, “Estado capitalista e classe dominante”, *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, nº 12, 2001a.

_____, “O conceito de Estado burguês”, in SAES, D., *Estado e democracia: Ensaio teóricos*. Campinas: Editora IFCH, Coleção Trajetória 1, 1994., 2ª edição

_____, *República do capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001b

_____, “Uma contribuição à crítica da teoria das elites”, *Revista de Sociologia e Política*, nº3, 1994.

SARTORI, G, *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965

SCHUMPETER, J.A., *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

SOARES, M., “FHC editou 86% das medidas provisórias”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 07 de Janeiro de 2001, Caderno Brasil

TAVARES, M.C., “A economia política do Real”, in MERCADANTE, A.(org), *O Brasil pós-Real – a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP.IE, 1998

TAYLOR, F.W., *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1978

VILLARREAL, R. *A contra-revolução monetarista – Teoria, política e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1984

VON MISES, L., *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1987

WEBER, M., *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora UnB, 1994

WILLIAMSON, J., “Reformas políticas na América Latina na década de 80”. *Revista de Economia e Política*. São Paulo: Editora 34, vol.12 nº 1 (45), p.43-49, Janeiro-março/1992

_____, “What Washington means by policy reform”. In WILLIAMSON, J., *Latin american adjustment: how much has happend?*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990

WRIGHT, E.O., *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, cap. 2.

ANEXOS

ANEXO 1

**Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso
no Congresso Nacional - Brasília, 1 de janeiro de 1995**

**ANEXO 1 – Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso
no Congresso Nacional - Brasília, 1 de janeiro de 1995**

Discurso de Posse
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso
Brasília - 1995

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Discurso de Posse do
Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
no Congresso Nacional
Brasília, 1 de janeiro de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;
Excelentíssimos Senhores Senadores,
Excelentíssimos Senhores Deputados,
Altas Autoridades da República,
Senhoras e Senhores,

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo

moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social.

Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos - de uma dívida externa que amarrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.

Assim eu vi meus filhos nascerem meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra.

Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.

Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadões para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este País vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranqüilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento.

Não é mais uma questão de esperança, apenas.

Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.

As condições internacionais são favoráveis.

O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e empresas que produzem riqueza resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias.

Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o governo cercado da estima que fez por merecer, agradeço em nome da Nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra".

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros - vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.

Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo.

Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil, e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil.

Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais

profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia - a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional - e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional.

O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.

Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa.

Continuidade significa confiabilidade no campo internacional.

Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e o combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid.

Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades externas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente.

À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural toma-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania. Pois a cidadania, além de ser um

direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido.

E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu governo principalmente como prevenção da doença, e não só a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso.

É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas, e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para terem um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TV's numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo.

Isto vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo.

A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos.

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.

Isso não me assusta.

Sei que terei o apoio da maioria da Nação. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil.

Esta verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.

O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel.

Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis - algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado - e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da seriedade no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa.

Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade.

É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante.

Nós, brasileiros, somos um povo solidário.

Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para varrer o mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.

Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais.

Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho.

Às minorias raciais e a algumas quase majorias - aos negros, principalmente - que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade.

Aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado.

ANEXO 2

**Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o
Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29
de dezembro de 1995**

**ANEXO 2 – Pronunciamento de final de ano em Rede Nacional Televisão, onde o
Presidente Fernando Henrique Cardoso faz o balanço de seu Governo –29
de dezembro de 1995**

29/12/95

Autor:

Editoria: BRASIL Página: 1-5

Edição: Nacional DEC 30, 1995

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: PRONUNCIAMENTO

Assuntos Principais: ►FERNANDO◄ HENRIQUE CARDOSO; PRONUNCIAMENTO;
BALANÇO DE GOVERNO; PLANO REAL; ÍNTEGRA

Leia abaixo o discurso de final de ano de FHC para a TV

Leia a íntegra do pronunciamento feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em cadeia nacional de televisão ontem à noite.

Como vocês viram, em 1995 o Brasil trabalhou muito. Cada um de nós deu a sua contribuição. Você fez a sua parte e o governo também, e o país está começando a melhorar. Com o Real, todos nós ganhamos. A inflação continua caindo. O seu salário não perde mais valor ao longo do mês. A cesta básica tem hoje praticamente o mesmo preço de julho de 1994, quando o Real foi lançado. No supermercado, alguns preços até baixaram.

Precisamos continuar juntos na luta contra a inflação. Não vamos deixar que a inflação volte. O governo vai continuar as reformas da economia e a controlar melhor os gastos. E você tem uma contribuição a dar, precisa continuar a fiscalizar os preços, para comprar onde é mais barato.

No Natal, a maior alegria que eu tive foi saber que este ano os brasileiros tiveram mais comida em sua mesa. Algumas famílias, que antes não podiam, hoje comem frango e carne. O consumo de alimentos aumentou 30%. Isso só foi possível porque agora nós temos uma moeda que não se desvaloriza e porque os agricultores produziram uma grande safra e assim deram sua contribuição ao Real.

Por isso, eu fiz questão de assegurar melhores condições para a agricultura. A TR foi eliminada dos novos financiamentos e as dívidas estão sendo renegociadas para que, no ano que vem, os agricultores produzam uma boa safra e ganhem mais.

Com a queda da inflação, o governo já começa a gastar mais naquilo que a população efetivamente precisa. Se você tem filhos na escola pública, já deve ter reparado que a merenda não está faltando e até foi aumentada. Nas regiões mais carentes, estamos dando ônibus para levar as crianças para as aulas. Todos os alunos do primeiro grau vão receber livros de graça. E já estamos começando a treinar os professores, para melhorar a qualidade da educação.

Estamos também iniciando um amplo programa pela saúde dos seus filhos. Estamos realizando campanhas de vacinação e de nutrição para a mãe e para o recém-nascido. Os agentes comunitários de saúde já passaram de 29 mil a 40 mil só neste ano, pois o seu trabalho é fundamental para reduzir a mortalidade infantil pela metade, até o fim do governo, como vamos fazer. O programa de médicos na residência também melhorou muito. O número de médicos passou de 328, em 1994, para 851 neste ano.

Ainda na saúde, o combate às fraudes neste primeiro ano de governo resultou na redução de 1,5 milhão de internações hospitalares.

Nosso compromisso inicial era gastar em saúde, até o final do governo, US\$ 80 por brasileiro. Pois bem, hoje já estamos gastando R\$ 83 por habitante.

Estamos avançando também em outras áreas. Eu já disse e repito: quero acelerar a reforma

agrária. Em 1995, assentamos 40.286 famílias, muito mais do que em qualquer ano anterior. Reabrimos também, depois de quatro anos de interrupção, os empréstimos para moradia e voltamos a financiar saneamento. Em 1996, destinaremos R\$ 3,8 bilhões para financiamento, com base no fundo de garantia, para a construção de casas e obras de saneamento.

Tudo isso é apenas o começo. Nós sabemos que as necessidades na área social são muitas. Por isso, temos que começar pelo que é mais urgente: saúde, educação, moradia e saneamento. E hoje nós temos melhores condições de fazer os investimentos necessários, porque temos uma política clara: gastar mais e melhor nos programas sociais.

Só para você ter uma idéia, de todos os investimentos previstos no Plano Plurianual, para o período 96/99, quase 70% vão para a área social.

Nós estamos vencendo a luta contra a inflação e começando a enfrentar os nossos problemas sociais. Ao mesmo tempo, estamos ganhando outra batalha, contra o pessimismo. Nós estamos mostrando que é possível resolver os problemas com trabalho, com coragem, com persistência e, quando for preciso, com paciência.

No início, ninguém acreditava que nós conseguiríamos acabar com a inflação. Mas mostramos que, com um bom plano, com o apoio do Congresso e a participação da população, isso foi possível.

Quando veio o Real, alguns disseram que o plano traria perdas salariais. Na verdade, foi o oposto que aconteceu: os preços ficaram estáveis, e os salários passaram a valer mais. E nós pudemos depois aumentar também o salário mínimo.

No início do ano, com a crise do México, muitos apostaram que o Real iria desmoronar. No entanto, 18 meses depois do seu lançamento, ele continua forte e nós ainda acumulamos US\$ 50 bilhões de reservas.

Outros antecipavam que nós não teríamos apoio para as reformas. Pois bem, se enganaram. O Congresso mostrou que está identificado com a vontade de mudança. Com competência e rapidez, aprovou as reformas constitucionais na área econômica _petróleo, telecomunicações, empresa nacional. Sabe o que isso quer dizer? Isso significa novas oportunidades de investimentos, crescimento e mais empregos. Agora, estamos avançando na reforma administrativa e na da Previdência, depois virá a tributária.

Por fim, alguns comentavam "o Real vai bem, mas o governo não vai realizar os programas sociais". Eu sei que nós não vamos poder acabar com a pobreza e as injustiças sociais de um dia para o outro. Mas, como eu mostrei, nós iniciamos projetos importantes para atacar as injustiças sociais.

Tudo o que o governo fez a partir do Plano Real está promovendo uma das maiores distribuições de renda da história de nosso país.

Nós temos assim boas razões para acreditar no Brasil e em nós mesmos. Estamos construindo a nossa democracia, reformando a economia para estimular o investimento e gerar mais empregos, enfrentando os problemas sociais e buscando o respeito aos direitos humanos.

No exterior, o Brasil já está começando a ser visto com consideração e com respeito, pelo que estamos fazendo para mudar o país.

Assim como fizemos o Real, estamos realizando o programa de governo sem sustos nem violências, mas por meio do diálogo e da negociação. Falta pouco para começar um novo ano. Esse é um momento de confraternização e de alegria. E também de confiança em nós mesmos e no Brasil.

Queria desejar a você, à sua família, aos que lhe são queridos um feliz ano de 1996, com a confiança de que estamos construindo um futuro melhor para os nossos filhos.

Muito obrigado.

ANEXO 3

Pronunciamento em Rede Nacional de Rádio e Televisão abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária – 19 de março de 1996

ANEXO 3 – Pronunciamento em Rede Nacional de Rádio e Televisão abordando as reformas na Constituição e a Reforma Previdenciária – 19 de março de 1996

Conheça o pronunciamento do presidente

19/03/96

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Mar 20, 1996

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: PREVIDÊNCIA

Selo: MUDANÇA NA CONSTITUIÇÃO

Assuntos Principais: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; PRONUNCIAMENTO; ÍNTEGRA; REFORMA CONSTITUCIONAL; PREVIDÊNCIA SOCIAL

Boa noite.

Na semana passada eu estive no Japão. Vi reafirmada a confiança que os países hoje depositam em nós. Eu queria dizer-lhes que sinto orgulho de ser brasileiro.

Tenho visto lá fora, não apenas no Japão, mas também em outros países que visitei, as consequências positivas da decisão que o povo brasileiro tomou de acabar com a inflação.

Além do respeito ao país, reacendeu o interesse e até mesmo o entusiasmo em conceder-nos financiamentos para projetos importantes e em dar ao Brasil um papel relevante nos investimentos internacionais.

Basta dizer que todas as empresas automobilísticas instaladas no país estão ampliando sua produção e suas instalações. E empresas até há pouco ausentes, como a Renault, a Mercedes, na fabricação de autos, a Honda e outras mais decidiram investir no país.

Tudo isso vai gerar empregos. Especialmente com a retomada das obras de energia, de telecomunicações e com o aumento da renda agrícola que esperamos para 1996. É um começo consistente de retomada do crescimento econômico e da luta contra o desemprego.

Mais importante ainda, os estudos de órgãos respeitáveis, como o IBGE e o Ipea, mostram que, pela primeira vez em muitas décadas, produziu-se uma verdadeira redistribuição de rendas. A participação da parcela mais pobre da população na renda aumentou 1,2%. Isso representa R\$ 7,3 bilhões distribuídos entre 10 milhões de famílias. O consumo de alimentos subiu, em média, 30%. O consumo de proteínas aumentou. O de eletrodomésticos, também.

A contrapartida desses avanços será a necessidade de reestruturar muitas empresas. Os bancos, por exemplo, que lucraram em 1994 cerca de R\$ 10 bilhões com a inflação, porque ganhavam com o dinheiro depositado em suas contas, perderam 96% deste ganho em 1995. Esse é mais um exemplo de que a política do governo beneficia os pobres e não os ricos. As taxas de juros já caíram cerca de 50% nos últimos 12 meses. Isso vai beneficiar quem produz, e não quem especula.

Para garantir a estabilidade e alavancar o crescimento, qualquer país precisa ter um sistema financeiro sólido. Por isso nós queremos corrigir as distorções que existem em nosso sistema. Essa preocupação, aliás, não é só nossa. É de todos os grandes países do mundo.

Poucas pessoas estão bem informadas sobre duas medidas recentes que o governo tomou para fortalecer o sistema financeiro: o Proer e o seguro de depósito.

Algumas pessoas, mal informadas, outras de má-fé, dizem que essas medidas beneficiam os banqueiros. Estão erradas. O seguro-depósito foi criado para defender a sua conta nos bancos.

A conta dos funcionários, dos trabalhadores, dos aposentados, dos empresários, enfim, de milhões de brasileiros que têm conta em banco.

Já o Proer foi criado para garantir um sistema financeiro saudável. O seu objetivo é facilitar a transferência do controle dos bancos em dificuldades para instituições mais competentes e sólidas. Com isso o banco pode continuar aberto, e o seu depósito é preservado.

De onde vêm os recursos do Proer? Eles vêm do próprio sistema financeiro, dos depósitos dos bancos junto ao Banco Central e não do Tesouro. Os recursos não são dados para salvar banqueiro falido, como alguns dizem. São empréstimos que pagam juros e só são concedidos contra garantias reais.

É, portanto, uma afirmação de má-fé dizer que o governo está tirando dinheiro da educação, da saúde, para socorrer banqueiros. Esse dinheiro não pertence ao governo e, portanto, não poderia ser usado para aqueles fins.

Quero dizer também que as fraudes, de que tanto se fala, foram apuradas por este governo, pelo Banco Central. E é novo que, no Brasil, uma administração tenha sido tão dura com os que desperdiçam ou desviam dinheiro de clientes. O governo expôs com clareza ao país o que aconteceu, enviou à Procuradoria os inquéritos para que a Justiça, com objetividade e rigor, defina a pena para os culpados.

O governo, por todos esses motivos, sente-se à vontade para falar ao país e para explicar seus atos. Não há escândalos a encobrir, nem pessoas a proteger.

A continuidade da boa administração, da lisura nos gastos do país, da respeitabilidade até internacional do Brasil requer que se mantenha o clima de tranquilidade e de compostura em que vivemos hoje. Requer que se corrijam distorções que vêm de décadas e que só com a queda da inflação foi possível enxergar e começar a corrigir.

Para que esse clima favorável ao país continue é preciso, também, que sejamos firmes na continuação das reformas.

Já colhemos os primeiros resultados da estabilização. Sua continuidade agora depende de alcançar-se o que os economistas chamam de equilíbrio fiscal. Ou seja, como o pai de família, não podemos gastar mais do que recebemos.

Agora, uma coisa é certa: dinheiro não se inventa. Ou melhor, quando alguém tenta inventá-lo faz a moeda falsa da inflação. Dinheiro se obtém produzindo, trabalhando e, no caso do governo, coletando impostos. Alguém sempre paga. E esse alguém é você, o contribuinte. Eu vou mencionar o exemplo do funcionalismo federal. Em 1992, o gasto com o funcionalismo foi de R\$ 14 bilhões. Em 1995, o governo gastou isso só para pagar os aposentados. Em 1996, só o pagamento dos aposentados poderá chegar a R\$ 22 bilhões. E quem paga isso é você.

Por isso precisamos acabar com os gastos desnecessários, com os desperdícios e com os privilégios. Por isso o governo precisa que o Congresso aprove as emendas da Previdência, da administração e reforma tributária.

O que o governo quer com a reforma da Previdência?

Primeiro, corrigir injustiças e eliminar privilégios; segundo, criar condições para evitar o déficit público; por fim, assegurar que os aposentados, no futuro, continuem recebendo seus proventos com, pelo menos, o mesmo valor real de hoje.

Fiquem, portanto, tranquilos, aposentados e pensionistas. Seus direitos já adquiridos serão respeitados integralmente. E o governo atual (que não se beneficiará dessa reforma, pois seus efeitos serão de médio prazo) zelará para que no futuro você não perca com a volta da inflação, nem corra o risco de ter uma Previdência quebrada.

E eu pergunto: até quando você está disposto a pagar por privilégios?

Por que alguém no serviço público pode aposentar-se, como há casos, com a idade de 40 anos, recebendo salário integral e muitas vezes até mais do que quando estava em atividade, e você não?

Isso é justo?

É isso que o projeto do governo e o do relator, deputado Temer, desejam acabar daqui para a frente. Acabar com as injustiças, assim como todas as aposentadorias especiais injustificadas. É justo que alguém contribua para a Previdência durante 15 anos e, depois, aposentando-se cedo, ganhe mais 20 anos sem trabalhar? E, ainda mais, cada vez que o funcionário fizer um curso e melhorar sua produtividade, é justo que o inativo tenha direito ao mesmo aumento, sem nada ter feito para isso?

É para corrigir essas injustiças que a reforma da Previdência está sendo proposta. É um primeiro passo para assegurar que, no futuro, continuará havendo condições para manter nossa moeda forte e para que haja menos desigualdade no tratamento dos brasileiros. Depois dele virá a reforma administrativa. O propósito é o mesmo: permitir que o governo possa gerir com mais flexibilidade o pessoal administrativo. Embora respeitando, como se deve, os direitos e os interesses dos funcionários, vai coibir abusos, ociosidade e desinteresse no atendimento do povo. Mas vai também permitir que o governo possa premiar os bons funcionários, que são a grande maioria.

Em seguida virá a reforma tributária para cortar impostos de exportação, para aliviar a carga tributária dos agricultores, reduzir os impostos de importação de máquinas e sobretudo facilitar o combate à sonegação.

É por isso que estou tão empenhado nas reformas. Elas são necessárias ao país. Na campanha eu me comprometi com elas e recebi a maioria absoluta dos votos válidos. Agora eu quero cumprir a minha promessa.

É por isso que tenho, incessantemente, recorrido ao Congresso. Negociando democraticamente com o Congresso, com os partidos, com os sindicatos, com a sociedade brasileira.

Chegou a hora da verdade. Nós temos dois caminhos pela frente. Um, sem as reformas, é a volta ao passado que nós já conhecemos: de instabilidade, de clientelismo, de corporações privilegiadas e de inflação galopante. O outro, com as reformas, em que eu como você acreditamos, é a aposta no nosso futuro: na democracia, numa moeda forte, no crescimento da renda e na sua distribuição e no fim dos privilégios.

Eu confio no nosso Congresso. Eu confio em que ele saberá escolher o caminho das reformas, em sintonia com o desejo de mudança do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Fonte:<http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1996&banner=bannersarqfolha> (27/05/2007)

ANEXO 4

**Pronunciamento do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e
Televisão sobre o Programa de estabilidade fiscal – 28 de outubro de 1998**

ANEXO 4 – Pronunciamento do Presidente da República em Rede Nacional de Rádio e Televisão sobre o Programa de estabilidade fiscal – 28 de outubro de 1998

28/10/1998

Íntegra

Pronunciamento do Presidente da República sobre o ajuste econômico
Programa de estabilidade fiscal (28/10/1998)

Boa noite.

Como é a primeira vez que falo à nação depois de concluídas as eleições, quero agradecer mais uma vez o apoio que recebi dos brasileiros e das brasileiras.

Neste momento em que o Brasil enfrenta, com determinação, uma séria crise financeira internacional, temos que estar unidos e pensar nos interesses mais altos do País.

Quero falar sobre orçamento, um assunto que cada um de vocês conhece bem, sobretudo as donas de casa. Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos.

Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar. Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros.

A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit público. Eu quero mostrar a vocês essas contas.

O prejuízo global da Previdência é de 42 bilhões de Reais. Desses 42 bilhões 7,8 bilhões são do setor privado, que atende a 18 milhões de beneficiários.

Agora, no Setor Público, só no Governo Federal, há um prejuízo de 18 bilhões de Reais para beneficiar 905 mil pessoas. Então, está se vendo que o grande problema que nós temos é o da Previdência Pública.

Amanhã vamos propor ao Congresso um Programa de Estabilidade Fiscal, que deverá ser um compromisso de todos os brasileiros, para cortar o mal pela raiz.

Vou explicar agora o que nós vamos fazer.

Como você sabe, o Governo não pode mexer em cerca de $\frac{3}{4}$ do orçamento. A Constituição não permite alterar os gastos com a Previdência, nem com o funcionalismo. As transferências para Estados e Municípios também são definidas na Constituição e aliás vêm crescendo de modo expressivo. Por isso, o Governo não pode mexer em $\frac{3}{4}$ do orçamento.

Assim, o Executivo só pode reduzir despesas em menos de $\frac{1}{4}$ do orçamento, o chamado custeio, e a metade destes recursos se refere a saúde, educação e assistência social, que são necessidades básicas da população.

Por isso, o essencial nesta área terá que ser mantido. Estamos propondo ao Congresso um corte de 8.7 bilhões para 1999. Ir além disso significaria paralisar atividades essenciais do Estado.

É um corte sem precedentes. Ele deixa clara a determinação do Governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo.

Mas isso não é suficiente para equilibrar as contas do País.

Teremos que aumentar um pouco da contribuição dos servidores públicos para a sua Previdência. Eu já expliquei por que. Um pouco do CPMF. Um pouco do COFINS. E outras medidas que vão ser anunciadas amanhã.

Mas não autorizei qualquer modificação no Imposto de Renda da Pessoa Física, no INSS, nem nos impostos que acabam recaindo sobre os mais pobres. Vamos adotar medidas equilibradas, um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres.

A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação são medidas transitórias, para

atender uma situação de emergência. Elas serão suspensas assim que conseguirmos restaurar maior equilíbrio em nossas contas.

Mas a solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas.

O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência.

- Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da Reforma da Previdência.
- Não há justificativa para que alguns Estados gastem 80% da sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso vamos implantar a reforma administrativa.
- Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgentíssima.

E por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os Estados e os Municípios, vivam dentro dos seus limites.

Faço um apelo ao Congresso: vote as reformas e o programa de estabilidade fiscal, em regime de urgência. Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o País retomará sua trajetória de crescimento.

Não existe nada pior para o País do que as taxas de juros em vigor desde que a crise internacional começou.

Elas prejudicam a produção e as contas públicas. Quanto mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o País. As medidas que estamos propondo são para acabar com o flagelo dos juros altos.

Elas foram desenhadas com a preocupação de preservar, tanto quanto possível, o setor produtivo. A agricultura, as exportações, o setor de bens de capital serão menos afetados.

O programa cobrará mais de quem pode mais. E menos, de quem tem menos.

Se implantarmos o programa de estabilidade fiscal com urgência, já no início do próximo ano viveremos novamente sob clima de tranqüilidade e de confiança na economia.

O Brasil sairá fortalecido da crise internacional. Continuará a ser um mercado atraente para investimentos. Retomará o crescimento e a geração de empregos de que tanto precisamos.

Fui eleito para defender o Real, preservar o poder de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos. Para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e o País precisa. E para ampliar os programas sociais que estão construindo um Brasil mais justo.

Não abro mão desses compromissos.

Não vacilarei em cumprir a vontade do povo brasileiro.

Fonte: <http://www1.uol.com.br/cgi->

<bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1998&banner=bannersarqfolha> (27/05/2007)

ANEXO 5

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos – CEB 500 - CNI – Brasília/DF – 16 de dezembro de 1998

**ANEXO 5 – Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na
solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos
– CEB 500 - CNI – Brasília/DF – 16 de dezembro de 1998**

*Discurso na solenidade de lançamento
oficial do Conselho Empresarial “Brasil 500
Anos” (CEB 500)*

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), BRASÍLIA, DF,
16 DE DEZEMBRO DE 1998**

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhora Ministra Cláudia Costin; Senhor Presidente da CNI, Senador Fernando Bezerra; Meu amigo Félix de Bulhões, que é o Presidente do CEB 500; Representantes desta mesma instituição, eu os saúdo aqui, saudando o Doutor Antônio Ermírio de Moraes, que realmente, esta manhã, não só inibiu o Fernando, mas a mim também. Quisera eu ter os dotes que ele tem de, de maneira tão expressiva e direta, dizer em poucas palavras todo o sentimento, que não é só dele, é de todos nós; Senhores Embaixadores; Senhores Parlamentares; Empresárias, Empresários; Senhoras e Senhores, Este Conselho Empresarial reúne, hoje, aqui, algumas das personalidades mais expressivas da nossa vida pública e da nossa economia. E o motivo não é habitual: é a nossa história. Como aprender com o passado, como exaltar o que realizamos, o que somos, identificar nossas insuficiências e desenhar juntos o Brasil que nós queremos. É esse o sentido maior da comemoração dos nossos 500 anos: é o encontro das brasileiras e dos brasileiros com eles próprios, dentro da multiplicidade das visões do que somos.

68

448 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Curiosamente, somos dos raros países que se referem à Descoberta do Brasil. Os outros falam, às vezes, da conquista, usam outras expressões de outros idiomas. Nós falamos da Descoberta do Brasil. É uma coisa significativa, é como se aqui houvesse alguma coisa oculta que estava sendo revelada ao mundo. E era boa, porque, ao comemorarmos, ao celebrarmos essa Descoberta, queremos que o mundo todo, mormente este agora que é globalizado, compartilhe conosco aquilo que nós somos, ou seja, uma afirmação positiva.

E sem mesmo expressar, ao dizer Descoberta, que o Brasil não foi apenas descoberto pelos portugueses, que aqui encontraram indígenas de vários grupos, mas ele foi inventando. Ele foi inventado por nós. E talvez a síntese maior dessa invenção tenha sido o exemplo dado há poucos instantes pelo Doutor Antonio Ermírio. Em que país do mundo um líder empresarial do porte do Antonio Ermírio é capaz de falar, primeiro de improviso e, segundo, expressar essa coisa tão extraordinária que é de, dentro da informalidade – também típica nossa –, mostrar criatividade?

O Brasil foi, realmente, inventado por todos nós. E é porque ele tem inventores deste porte, como o do Antonio Ermírio, de muitos que aqui estão, e dos milhares ou mesmo milhões cujos nomes nem sabemos, que nós, hoje, comemoramos não apenas a Descoberta, mas a nossa

própria invenção. Será, talvez, pretensioso comemorar o que nós mesmos estamos comemorando, mas um país que não acredita em si, que não tem essa pitada de pretensão, não há de ser uma grande nação. E nós somos uma grande nação.

É por isso que essa grande festa nacional só fará sentido se cada segmento da sociedade, assim como fazem os empresários hoje, oferecer a sua visão própria da história que tivemos e do futuro que queremos.

Somos uma nação tolerante, vigorosa, jovem, esperançosa, de homens e mulheres que se respeitam na diferença, convivem na democracia e se unem cada vez mais no propósito comum de construir um país mais justo, que foi o que nós ouvimos de todos que aqui me antecederam.

Devemos insistir nessa diversidade, nessa pluralidade, naquilo que alguns pensam que é tibieza, mas que, na verdade, é uma virtude de Palavra do Presidente • 2o semestre • 1998 **449**

plasticidade, que é a tolerância. A tolerância não significa aceitar o que está errado, mas significa ser capaz de entender por que está errado, para que nós possamos, aí, sim, juntos, modificar as coisas. É uma dimensão da nossa cultura própria que não deve ser perdida nunca. E o fato de nós todos aqui estarmos reafirmando que queremos mudar o Brasil, que queremos vê-lo melhor, com o povo mais feliz, mas que queremos isso no debate, no diálogo, na discussão e na democracia, é muito importante.

Recentemente, fui diplomado como Presidente reeleito do Brasil pelo Tribunal Superior Eleitoral. E o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que é Ministro do Supremo Tribunal Federal, fez uma referência a alguma coisa que a gente no dia-a-dia nem percebe. Aqui, no Brasil, votaram 83 milhões de brasileiros. Votaram. Não são inscritos. Oitenta e três milhões. Recebi 35 milhões de votos. Isso é mais que todos os que votaram na última eleição dos Estados Unidos.

Este é um país que tem uma população que começa, efetivamente, a existir como autora, como capaz de desenhar um futuro para o país.

Este é um país que sabe de onde veio, confia no caminho que está percorrendo, sabe dos seus objetivos, mas também sabe que, sem que haja democracia, diálogo, não avança. Isso é muito importante.

Ouvi aqui e ali alguns reparos ao fato de algo – permitam-me dizer, já que o Antonio Ermírio quebrou o formalismo, eu gosto disso –, algo que me deu muita alegria. Convidei o meu principal opositor para conversarmos, só para conversarmos. Ele aceitou. Isso me deixou muito feliz, por ele ter aceitado. Por isso, acho que é necessário, no Brasil, que as diferenças não signifiquem obstáculos, mas ver em conjunto o caminho do futuro, mesmo divergindo, mesmo entrando em conflito, mesmo não estando de acordo.

A democracia implica isso. E isso é a tolerância. É fácil, sendo Presidente, convidar alguém. Mais difícil é, não sendo Presidente, sendo derrotado, aceitar o convite. Esse é um símbolo também, como foi o símbolo do Antonio Ermírio, de que existem elementos no Brasil para a construção de uma cultura, inclusive de uma cultura política que permita esta fenda de progresso na qual estamos lutando.

450 Presidente Fernando Henrique Cardoso

E os brasileiros, como já foi dito aqui, não aceitam mais conviver

com o paradoxo de um país rico, mas com gente pobre. Fácil dizer, difícil fazer – e os dados que o Antônio Ermírio deu são verdadeiros. O fato de ser difícil não nos exime da necessidade de lutarmos para fazer isso.

Temos uma alegria cotidiana. Precisamos ter uma alegria cotidiana, uma familiaridade mais fácil, mas ainda temos muita violência e muito desrespeito aos direitos humanos. E o nosso sentido de celebração dos 500 anos não pode ser o do esquecimento daquilo que nós temos que mudar e que está errado. É claro que nós temos energia, coragem, disposição.

Há pouco mais de quatro anos, cinco anos, talvez, iniciamos transformações expressivas em nosso país. E isso foi feito com movimento social profundo. É um movimento social profundo, abrangente e inexorável. Onde quer que lancemos os olhos, o Brasil está mudando. Em algumas áreas mais intensamente, em outras menos. Na grande maioria dos casos, para melhor.

Na economia – tema central, na verdade, do nosso encontro –, estamos promovendo o que meu companheiro e amigo Mário Covas chamou, em discurso memorável no Senado, há alguns anos, de “choque do capitalismo”. O Brasil se insere com autoconfiança e maturidade na economia internacional. É um Brasil que não alimenta projeto hegemônico, mas que, tampouco, carrega complexo de inferioridade.

É um país que se orgulha de pertencer a um grupo regional, o Mercosul, que é, hoje, uma das quatro mais importantes plataformas produtoras e exportadoras do mundo. E que, a partir de 1º de janeiro de 99, verá o estabelecimento de uma zona de livre-comércio plena, unindo as economias brasileira e argentina com tarifa zero também para a entrada, nesses dois grandes mercados, de produtos originários do Paraguai e do Uruguai.

O Brasil busca, no mercado internacional, os recursos financeiros e tecnológicos para promover o salto de desenvolvimento de que tanto precisa. Esta nação identifica, como aqui foi dito pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, na abertura da economia, a oportunidade de oferecer à sua população produtos de qualidade a preço baixo e um estímulo para a competitividade, para a qualificação do trabalhador e para salários mais elevados.

E o Real foi o ponto de partida dessas transformações. Ele rompeu, definitivamente, o círculo vicioso da inflação. Retirou milhões de brasileiros da pobreza e deu-lhes acesso ao consumo. Restaurou a segurança dos investidores e resgatou a capacidade do planejamento. O País recuperou sua credibilidade e o brasileiro, a sua confiança.

De novo, permitam-me acrescentar algumas palavras. Quando das discussões a respeito do que fazer nos idos de 92, 93, muito pouca gente acreditava que fosse possível fazer alguma coisa. Vejo, aqui, assentindo com o rosto, o Eliseu Resende, que era Ministro da Fazenda. Ele sabe o empenho que tive em ajudá-lo, quando ele foi Ministro, eu era Ministro do Exterior, o quanto lutei até para que ele não saísse.

Não sabia eu que, saindo ele, recairia sobre os meus ombros o desafio que ele estava tentando enfrentar. Mas nós enfrentamos. Não foram

do Presidente • 2o semestre • 1998 **451**

muitos os que acreditaram, foram pouquíssimos. Não foram muitos os que aceitaram sequer o chamamento de vir para o Governo, foram pouquíssimos. A luta não foi fácil. A inflação parecia ser eterna, como hoje a pobreza parece ser mais difícil de superar, e como certas questões que nos atormentam, que são conjunturais, parece que vão ser eternas. E nós vencemos.

Ora, o País foi capaz de vencer – não foi o homem que venceu, não foi o Governo que venceu, não foi o Congresso que venceu –, foi a Nação que entendeu que bastava de inflação. Se o País foi capaz disso, se foi capaz de entender o rumo, por que nós não vamos vencer os outros obstáculos?

Eu me lembro de conhecer a Europa pobre – e aqui há outros, um pouquinho mais velhos que eu, que a conheceram mais pobre ainda, quando lá estudaram. Não vou citar nomes para não ferir ninguém. Não digo nem os cabelos brancos, mas as carecas brancas que aqui estão. Mas é verdade. Eu conheci não a Espanha e Portugal só, a França pobre, a Inglaterra empobrecida. Mendigos na rua, problemas de todo tipo. Isso foi quando? Há poucas décadas. Em questão de 20, 30 anos, a **452** Presidente Fernando Henrique Cardoso

Europa mudou totalmente. Ora, já começamos a mudar. Saímos de uma situação de inércia diante da inflação, diante da impossibilidade de olhar o futuro um palmo adiante, diante da quase impossibilidade de o Estado, realmente, existir como uma força ativa no País e deixar de ser apenas clientelista. Por que não vamos enfrentar, e com galhardia, com vontade de acertar, com confiança, os problemas que nós temos? Nós vamos seguir adiante. Nós avançamos muito, mas é claro que o próprio avançar revela limites, evidencia insuficiências e indica correção de rotas. Entendo assim o clamor dos empresários.

A verdade é que, na transição para uma economia mais competitiva, alguns produtores ficaram desamparados. Não que se questione – ninguém aqui questionou – a abertura de nossas fronteiras, nem a necessidade de competir. Quem pensar isso não sabe, mas já morreu. Não que se busque o retorno ao passado do protecionismo e de subsídios, que a sociedade brasileira não tolera mais. Não tolera, porque o preço do subsídio, o preço do protecionismo, foi o povo ter a inflação, e a inflação arrasou com a economia popular, levou mais e mais gente para a miséria. Não há horizonte na volta a essas práticas e nem creio que aqui foi dita uma só palavra que pudesse indicar essa direção. Pelo contrário, as palavras foram de entendimento de que há desafios e condições que não são definidos por nós, são impostos não a um ou a outros, mas a todos, e que são inescapáveis. É preciso reagir com inteligência para tirar proveito da situação, superar as dificuldades e seguir avançando. É claro que, para competir como quer, o empresário precisa contar com condições comparáveis às dos que produzem lá fora. Ouvi isso aqui. E isso nossos empresários ainda não têm. Aqui, eu sei e todos sabem que os juros são mais altos, os encargos mais elevados, o sistema tributário perverso e a infra-estrutura ainda inadequada. Esses são os obstáculos. Lutamos contra eles no dia-a-dia. É tão fácil dar uma declaração à imprensa, dou quase todos os dias. Não muda quase nada, mas vai formando um ambiente, vai criando um movimento. Mas o difícil

não é falar, é fazer.

Aqui foi dito com muita propriedade: precisamos de mais reformas. Reforma não é uma palavra abstrata. Aqueles que estão perto de mim
Palavra do Presidente • 2o semestre • 1998 **453**

sabem que, nos momentos da votação das reformas, trabalho todo o tempo, e quase sempre com muito poucos ao meu lado, quase sempre as lideranças do Congresso, lutando para obter alguns avanços.

E a sociedade parece que assiste, distante, a uma luta de gladiadores. Faz assim ou faz assim, conforme o resultado do painel, mas não dá arma prática na hora da briga para o lutador estar do bom lado. Eu os conclamo também a que venham para a arena. Não aquela velha Arena que sempre detestei, mas a arena do Brasil que se constrói hoje, que é de um Brasil que precisa do diálogo, que precisa de todos, não só na palavra, na retórica, seja na crítica ou no elogio, mas no dia-a-dia. E o dia-adia é mais áspero, às vezes é solitário, às vezes é injusto, às vezes é desagradável, mas é com ele que se constrói uma nação.

Com a responsabilidade que tenho, de ter sido reeleito por esse povo, nunca, em nenhum dia, deixei de me empenhar por tudo isso que está dito aqui, pelas reformas, pela criação de melhores condições, para que a taxa de juros não fosse apenas uma palavra fácil de dizer. Ainda ontem, recebendo empresários, eu disse: se dependesse de mim, como ainda tenho um ou outro amigo banqueiro, 1%, para remunerar. Mas não depende. É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de Governo. Ela é formada pelos mercados, e não é pelo mercado interno, apenas, é pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, assumo responsabilidade, numa decisão congressual. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros.

Ah, se fosse possível fazer uma reunião de órgão técnico qualquer – que sempre é técnico, mas tem, obviamente, ouvidos políticos. Se fosse possível dizer: “Baixem os juros!”, e os juros baixassem, seria até um desafio a Deus, porque a pessoa que tivesse essa condição teria como condicionar o comportamento de toda a humanidade. Não é assim.

Nós construímos com confiança, nós construímos com trabalho, nós construímos com reformas, nós construímos criando condições efetivas de competitividade. É assim que nós construímos um futuro que

454 Presidente Fernando Henrique Cardoso

permita – como vai permitir, porque nós faremos, com o apoio de todos – que haja um horizonte em que essas questões possam avançar. É claro que estou inteiramente a par dessa realidade e, por isso, digo com serenidade e também com determinação: não haverá descaso com a indústria nacional. A estabilidade da moeda não está em questão, foi dito por todos, porque é uma conquista dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres, além de ser a pré-condição para qualquer projeto nacional. O combate tenaz e prioritário ao déficit fiscal tampouco está em questão. Nós vamos levar adiante esse combate ao déficit, custe o que custar. Antônio Ermírio falou em sangue, suor e lágrimas, talvez sem sangue – eu espero, pelo menos o meu – mas com muito suor e lágrimas também,

porque é muito difícil cortar despesas. Assim como dói ao empresário dispensar o trabalhador, dói ao Presidente da República tomar decisões que ele sabe que vão ocasionar dispensas. E dói, também, cortar gastos de Ministérios que são essenciais para o desenvolvimento do País, mas que, nas circunstâncias, muitas vezes, é-se obrigado a fazer. Que ninguém duvide, eu farei. Eu farei, e não prometo em 99, como não prometi em setembro de 98, em plena campanha eleitoral, um ano de facilidades, prometo um ano de correção. Prometo um ano de preparação. Prometo um ano de dureza, mas não é uma dureza de quem tem um coração insensível, é uma dureza de quem sabe que o coração pode ser bastante sensível, mas que, em certos momentos, a razão impõe decisões. E a razão impõe o ajuste fiscal. Ele será feito. Conto, mais uma vez, com o Congresso. Peço sua compreensão. O Executivo não vai vacilar em tomar as medidas necessárias para que isso ocorra.

Da mesma maneira – e também não preciso sequer reprisar –, essas modificações, esse apoio à indústria nacional, aos produtores no Brasil, não será um apoio sem que haja a manutenção de uma economia aberta e competitiva, pelas razões que já foram aqui expostas, porque nós não temos mais a escolha de outro caminho. O nosso caminho é o da abertura e o da competição. Mas é preciso temperar a consolidação de uma economia de mercado com políticas macroeconômicas suscetíveis de promover drástica redução de taxa de juros, de promover, em regime de urgência, uma reforma tributária para não penalizar quem produz.

Palavra do Presidente • 2o semestre • 1998 **455**

Estamos empenhados na reforma tributária. Está no Congresso, de novo. Não quero estar sozinho, com alguns – e alguns estão aqui – dos congressistas que mais têm consciência. E que o País assista com o dedo para cima ou o dedo para baixo. Que seja para cima. Mas, mesmo que seja para cima, não quero que seja uma vitória só nossa, dos que estão no dia-a-dia, quero que seja da Nação. E, para que seja da Nação, o diálogo é essencial também nos momentos das definições das questões relativas à reforma tributária e à criação dessas condições necessárias, para que nós possamos reduzir a taxa de juros.

É preciso gerar, portanto, um ambiente favorável à competitividade, tanto interna quanto externa. Esse ambiente, repito, requer as reformas, bem como confiança nos rumos do País e continuidade, sem retrocessos, do ajuste fiscal. Assim, os juros baixarão sem risco de voltar atrás.

Mas por que não tomar medidas adicionais para estimular quem produz, quem se moderniza e gera emprego? A verdade é que já estamos caminhando nesta direção. O Programa Brasil em Ação – e algumas partes dele aqui foram exibidas – está propiciando renovação de infra-estrutura e gerando oportunidades para novos investimentos produtivos. Os programas voltados para a produtividade explicam, em boa medida, o fato de o Brasil apresentar, hoje, a sexta maior taxa de crescimento de certificados ISO 9000 no mundo. Isso é a base da nossa transformação. É desenvolvimento tecnológico. É a qualificação do pessoal. É a capacidade que os senhores têm demonstrado de absorver esses desafios do mundo moderno.

Na área tecnológica, para cada real de renúncia fiscal, as empresas estão investindo, em média, mais de quatro reais. O dispêndio com

ciência e tecnologia – aqui está o Ministro –, que nunca alcançava 0,7% do PIB, hoje atinge 1,2% do PIB. O BNDES passou a desempenhar papel crucial no apoio à reestruturação produtiva, assim como ao setor exportador. Mas nós podemos fazer mais e melhor, poderemos ser mais eficientes, se o Governo atuar de maneira mais articulada e em mais estreita parceria com o setor privado.

Aqui foi dito, e reconheço que é assim: é este o sentido básico do Ministério do Desenvolvimento, que resultará da transformação do

456 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Ele se propõe, basicamente, a manter canal de comunicação aberto – não li este discurso antes – e desimpedido com o setor produtivo, para escutar suas demandas e buscar, em parceria, as soluções. Propõe-se esse Ministério, no âmbito do Governo, a articular os que formulam as políticas com os que dispõem dos meios para executá-las. Ou seja, deslocar, para o âmbito do novo Ministério, o BNDES e coordenar as ações do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia através desse Ministério; e apoiar tanto os processos de reestruturação industrial quanto as exportações; equipar, portanto, o Estado para atuar com mais eficiência nos casos de concorrência desleal, porque nós precisamos ter mais agilidade nessa matéria e mais capacidade de resposta, para podermos nos integrar sem que haja perdas para o nosso setor produtivo.

Em suma, faremos o que todo Estado moderno e desenvolvido faz na defesa do seu setor produtivo e dos empregos para a população, porque a verdade é que muitos pregam o que não fazem. E vários dos nossos produtos são barrados nas fronteiras dos nossos parceiros comerciais por tarifas elevadas, assim como por barreiras não-tarifárias, o que não pretendemos fazer. É preciso lutar contra esta discriminação que permanece. E os que acompanham a ação do Governo sabem que o Governo tem desenvolvido a capacidade institucional para lidar com esses fenômenos, porque não a tínhamos.

E nós ainda temos que aprender muito como lidar, de maneira adequada, com esses fenômenos, como os outros países também fazem.

Essa maneira adequada requer uma vigilância permanente de legislações, requer a capacidade de mobilização de advogados, com competência, para que nós possamos defender os nossos casos. E requer, quando necessário, a ação até mesmo do Presidente da República, junto aos Presidentes de outros países, para chamar a atenção e alertar para as medidas, que são medidas que vêm em prejuízo da nossa produção.

Acho, portanto, que a criação, a transformação desse Ministério, é alguma coisa que vai responder aos anseios do setor produtivo nacional e vai ser uma peça fundamental para o ajuste fiscal, para a manutenção das nossas políticas macroeconômicas, e, portanto, não pode ser pensaPalavra do Presidente • 2o semestre • 1998 **457**

da como se fosse um pólo contrário àquilo que é decisão do Presidente da República. Até porque só os ilusos imaginam que, num governo que é eleito e tem apoio congressional, sejam possíveis definições cruciais sem que elas signifiquem a vontade do Presidente. A vontade do Presidente está por trás das decisões. Portanto, as críticas que forem dirigidas às políticas do Governo são, *ipso facto* – e disso não me queixo – dirigidas

a mim, porque a responsabilidade é minha.

A criação, portanto, desse órgão, que é decisão minha também, não está em discussão. Disse há muito tempo que o faria. Farei. Não é para se contrapor à política econômica macro, do Governo do Brasil, porque essa política é do Presidente da República.

Na virada do século, as fontes de conflitos internacionais não estão mais nas disputas de fronteiras, nem nas diferenças ideológicas, mas na guerra pelo emprego. Resta, agora, recriar as condições para assegurar um crescimento mais rápido e sustentado, condição indispensável para a geração de empregos e para a maior distribuição de riqueza, como foi, por todos nós, pedido e desejado. É o que queremos.

Nós estamos no rumo certo. Não nos falta coragem para enfrentar as dificuldades transitórias pelas quais estamos passando. Estamos unidos, todos, no objetivo maior de distribuir renda e de combater as desigualdades. E isso nos dá a convicção de que o aniversário dos 500 anos será um atestado da nossa maioria. A maioria de um país que, finalmente, logra reconciliar uma democracia plena com uma economia próspera e uma sociedade que quer ser mais justa.

Portanto, daqui por diante, no início dessa comemoração, nós devemos tomar a oportunidade para, no dia-a-dia, fazermos o que aqui foi pregado e para que tenhamos confiança nesta nação, não apenas cada um de nós, o conjunto, um conjunto que foi capaz, como eu disse, da Descoberta e de reinventar e que agora está no momento desafiador da continuidade dessa imaginação criativa. E que nós afastemos aquilo que tolda, muitas vezes, a capacidade de vê-lo já realizado e de sonhar com o que queremos fazer e, portanto, de avançar, mesmo que não alcancemos o sonho de um caminho melhor.

458 Presidente Fernando Henrique Cardoso

E termino usando uma frase que o Vice-Presidente, Marco Maciel, costuma dizer sempre: “O otimista” – eu sou, ele também é, aqui a maioria é – “às vezes erra. O pessimista começa errando.” Vamos acertar, pelo Brasil!

ANEXO 6

**Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso
Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999**

ANEXO 6 – Pronunciamento do Presidente da República em posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 1999

*Pronunciamento do Presidente da República –
Posse no Congresso Nacional*

BRASÍLIA, DF, 1º DE JANEIRO DE 1999

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

1

24 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde – o pesadelo de todos os brasileiros – mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.

E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente.

Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

Palavra do Presidente • 1 o semestre • 1999 **25**

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população.

Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. É o que estamos fazendo no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

26 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Senhores Membros do Congresso Nacional, se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente.

Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros.

Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas, oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a essa maioria, **Palavra do Presidente • 1 o semestre • 1999 27**

mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para ser, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do

respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País. Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

28 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Completeremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nessa área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas cotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e do controle das políticas. Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Palavra do Presidente • 1 o semestre • 1999 **29**

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos.

Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, Senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico. A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os Ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens, na extensão do crédito à pequena empresa, nos programas de qualificação do trabalhador e na assistência ao desempregado. Tudo que o Governo puder fazer na área do emprego será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante dessa conjuntura desfavorável: “A vida não é

30 Presidente Fernando Henrique Cardoso

senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

Senhores Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social.

Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos

para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos quinhentos anos. Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um país que venceu o autoritarismo e implantou a democracia – em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade – tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária. Essa é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós. Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional, pertença a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso país. **Palavra do Presidente • 1 o semestre • 1999 31**

por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. A vontade nunca faltou. Ela continua firme. O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Essa é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Essas são as vozes que ouço nas ruas. Essa foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

“Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País.”

Assim farei.

Muito obrigado.

ANEXO 7

**Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na
reunião com ministros da área econômica, por ocasião da comemoração do
5º Aniversário do Real – Palácio do Planalto, 01 de julho de 1999**

ANEXO 7 – Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na reunião com ministros da área econômica, por ocasião da comemoração do 5º Aniversário do Real – Palácio do Planalto, 01 de julho de 1999

Discurso na reunião com ministros da área econômica, por ocasião da comemoração do 5º aniversário do Real

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE JULHO DE 1999

Pedi que os Senhores Ministros e Secretários mais ligados à área econômica do Governo viessem aqui porque, hoje, 1o de julho, estamos entrando no 6o ano do Plano Real, o 6o ano de uma nova moeda. E ela tem um significado importante para os brasileiros.

Todos nós, que vivemos épocas passadas – e muitos dos que aqui estão trabalharam, com afinco, naquela ocasião, para que pudéssemos ter uma perspectiva de um Brasil mais estável economicamente, em que as famílias tivessem mais previsibilidade, em que os salários não desaparecessem, corroídos pela inflação –, sabemos o quanto isso custou.

É compreensível, é normal que, uma vez assegurado um certo avanço, todos nos esqueçamos das dificuldades que foram enfrentadas. Mas convém sempre lembrá-las para evitar que, no futuro, tenhamos, outra vez, que enfrentar dificuldades semelhantes.

Queria lhes dizer, hoje, que neste 5o aniversário do Real, essa moeda e, mais do que essa moeda, esse plano de reorganização da vida econômica brasileira passou pela prova dos nove. Passou pela prova dos nove depois que seu enterro foi anunciado muitas vezes. Não faltaram os coveiros. Não faltaram os que condenaram o Real à morte prematura.

1

26 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mal sabiam que haveria fatores realmente muito difíceis de serem contornados e que poderiam ter danificado muito fortemente o Real. Mal sabiam que este nosso povo brasileiro tem uma capacidade extraordinária de aprender, de assimilar e de lutar pelo que deseja, depois de uma enorme borrasca, representada pela crise da Rússia. Não foi a primeira crise enfrentada pelo Real. Tivemos a do México, logo no nascedouro do Real. Tivemos a do Sudeste da Ásia, em 97. Mas a mais forte de todas, no que diz respeito aos seus efeitos sobre a vida econômica brasileira, foi aquela que ocorreu, notadamente, no segundo semestre do ano passado. Não obstante, apesar dos percalços, não apenas foi possível manter o custo de vida relativamente estável; mais do que isso, foi possível impedir que a nossa economia se desorganizasse.

Quando, em janeiro deste ano, o Governo se viu na contingência de aceitar uma desvalorização da moeda, novamente – e aí, digamos, com certos argumentos de maior peso – não faltaram os que decretassem, outra vez, o caos, o fim do Real. Não obstante – e isso para surpresa, eu diria, de todos nós, brasileiros, e, mais ainda, dos estrangeiros –, pouco mais de três meses depois já se via uma reação muito saudável da economia brasileira.

Diz-se que o Real estava ancorado no regime cambial, que o câmbio era a âncora do Real. Quantas vezes eu próprio agreguei a essa âncora

outra âncora verde: os imensos esforços dos nossos agricultores, que propiciaram a oferta de alimentos que, muitas vezes, permitiu que houvesse um controle do custo de vida.

Pois bem, a partir do que aconteceu, depois das turbulências vindas da Rússia e do processo de desvalorização que tivemos de enfrentar, passei a dizer que a verdadeira âncora do Real é o povo do Brasil.

Hoje, ao entrarmos no sexto ano do Real, eu cumprimento, na verdade, o povo brasileiro. Foi esse povo admirável – as donas de casa, os trabalhadores, os bancários, os professores, os empresários, os homens dedicados às religiões, enfim, o conjunto da população brasileira – que percebeu que era importante que houvesse uma reação saudável e que não permitíssemos a volta da indexação, em que, quando um preço sobe, todos os demais sobem. Isso acabou.

Palavra do Presidente • 2o semestre • 1999 **27**

Foi o mesmo entusiasmo desse povo que, no meio da dificuldade – inegável – do desemprego, de uma ameaça de recessão, motivou o Congresso Nacional para que, em dezembro do ano passado, e em janeiro de 99, notadamente, em plena crise, tomasse decisões que permitiram o ajuste fiscal e a continuidade das condições indispensáveis para que a moeda seja estável, para que possa haver, de novo, desenvolvimento econômico e prosperidade para um número maior de brasileiros.

Hoje, quase seis meses depois da desvalorização do real, os sinais de vitalidade dessa economia são extraordinários e reconhecidos. Estou vindo de uma reunião no Rio de Janeiro que aqui se deu por chamar de Cimeira, palavra que não é usual entre nós. Na verdade, foi uma reunião dos chefes de Estado e de Governo de 48 países da Europa, do Caribe e da América Latina. Viu-se lá o reconhecimento implícito e, às vezes, explícito de todos aqueles que acompanham a economia internacional.

De alguma maneira, dentro das nossas fronteiras, paramos uma onda de crises sucessivas que poderiam ter causado um transtorno enorme, não apenas ao Brasil, mas às finanças da América Latina e, talvez, até de setores outros pelo mundo afora. Conseguimos conter essa ameaça.

Mas não foi só. Fizemos mais do que isso. E esse “fizemos” é todo mundo. São os brasileiros, as brasileiras, junto com os governos, com o Congresso, com a mídia, enfim, o conjunto da população brasileira foi capaz de não desanimar, que é o fundamental.

Hoje, como eu dizia, os sinais vitais são muito fortes. Se, no início, alguns pensavam em recessão da ordem até de seis pontos negativos, hoje, os cálculos são de, na pior das hipóteses, um ponto negativo. Sou insistentemente otimista porque gosto desse povo e acredito nesse povo. Vamos fazer força para termos um resultado positivo em 99. Se nós não o tivermos positivo, como na média do ano, quando chegarmos ao mês de dezembro já estaremos com taxas olhando para o ano seguinte, que vão nos encorajar, que não poderão ser menores que 4% de crescimento. E, com isso, uma perspectiva efetiva, eficaz, sem demagogia, de que possamos oferecer mais postos de trabalho aos brasileiros e às brasileiras.

28 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Há, portanto, um novo clima, e isso transparece imediatamente no

âmbito econômico-financeiro, quando se vê que as taxas de juros – fantasma que nós todos exorcizamos há muito tempo – efetivamente estão caindo de uma forma consistente. E não estão caindo porque o Governo esteja tomando decisões à frente do mercado, mas porque as projeções do próprio mercado, quando olha para o futuro, são de queda. E o Banco Central tem reafirmado essa tendência de queda.

Tivemos a sorte – e não só a sorte, mas o empenho, o trabalho dos que nessa área labutam – de ver que a agricultura brasileira foi capaz de uma recuperação rápida. Este ano, tivemos a maior safra da nossa história: 81 milhões de toneladas de grãos. É uma safra recorde. Portanto, estamos vendo sinais positivos de retomada da atividade econômica, do fim de uma ameaça de recessão, de continuação na queda da taxa de juros. E, agora, uma mudança, também muito importante, no que diz respeito ao mecanismo pelo qual o setor financeiro do governo – o Banco Central e o Ministério da Fazenda – vai monitorar o comportamento da atividade da nossa economia e da inflação. Essa inflação não vai voltar. Estaremos atentos para impedir que ela volte. E não vai voltar porque estamos atentos ao que aconteceu nos últimos anos.

Nestes cinco anos do Real, a cesta básica teve um aumento de 14%, e o salário mínimo, de 110%. É baixo o salário mínimo, mas o mínimo que se pode fazer é fazer com que ele seja, pelo menos, maior do que a cesta básica. Antes do Real, o salário mínimo era de 64 reais, e a cesta básica, ao redor de 100 reais. Portanto, com um salário mínimo mal se comprava meia cesta básica. Hoje, compra-se mais, um pouquinho mais do que uma cesta básica. Não estamos contentes com isso. Queremos mais. Mas conseguimos manter as condições para que isso possa ocorrer num futuro que, espero, não seja um futuro a perder de vista.

Há, portanto – repito –, uma renovação da atividade econômica no Brasil. Mas o Brasil não é só economia. O Brasil é gente, é povo, são as pessoas que vivem aqui. E o Governo, se pôde cuidar, como mencionei aqui, dos fatores que interferem na economia no seu setor mais amplo; se hoje podemos definir, como definimos, metas para a inflação – e elas

Palavra do Presidente • 2o semestre • 1999 **29**
têm que ser buscadas no prazo dos próximos três anos, para chegarmos no fim do quarto ano com 4%, com uma variação, talvez, de dois a mais ou dois a menos, mas com uma meta firme indicando que não vai haver inflação; se a taxa de juros continuar baixando; se continuarmos a atrair, como temos atraído, os investimentos estrangeiros diretos – só agora, no primeiro semestre, cerca de 12 bilhões de dólares, quando nós esperávamos 16 bilhões até o fim deste ano; se continuarmos com esse conjunto de ações, certamente teremos criado as condições para um desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

Daqui por diante, é com muito empenho que vamos olhar para esse desenvolvimento. A estabilidade será mantida. Já fizemos referências ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, mas também queremos fazer referência ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, porque teremos que manter um conjunto de atividades visando à população. Daqui para frente, é a população mais pobre, é a pequena empresa, é a microempresa, é a agricultura familiar, são essas quantidades

imensas de pessoas que empregam e que, às vezes, ficam temerosas de não poder continuar empregando – e vamos ter de assegurar que empreguem. É o Ministério do Trabalho olhando ativamente para os novos programas de geração do primeiro emprego. É o conjunto das atividades do Ministério da Agricultura, junto com o Ministério do Trabalho, permitindo que haja, como há, um programa especial para os pequenos proprietários, as unidades familiares de produção, o chamado Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar, que não existia antes do início do Real e vai atender, neste ano, um milhão de famílias ou um milhão de contratos.

Estamos, praticamente, dobrando os recursos que foram dados para sustentar a pequena agricultura familiar, do ano passado para este ano, a despeito do esforço que estamos fazendo para manter as contas equilibradas. Nunca deixamos de olhar para o pequeno produtor. São programas para atender à micro e pequena empresa, através dos fundos de aval do BNDES, através de um maior entrosamento entre esses fundos de aval do BNDES, ou seja, da garantia para os empréstimos e o que pode ser feito pela iniciativa privada.

30 Presidente Fernando Henrique Cardoso

Estamos, ativamente, tratando também de fazer com que haja uma nova definição do que seja micro e pequena empresa, aumentando o volume do faturamento necessário para que a empresa seja considerada micro e pequena, mantendo-a como pequena ou como micro, apesar de um faturamento maior, criando condições de empréstimos mais fáceis, através do Banco do Brasil e do BNDES. É, ao mesmo tempo, o BNDES sustentando o Programa de Desenvolvimento do Turismo com o Prodetur II, permitindo que haja um acesso maior, com maior quantidade de crédito, permitindo que a pessoa que vai criar um hotel não precise buscar enormes quantidades de recursos e, com menores recursos, possa fazer empréstimos no BNDES, permitindo que haja uma maturação mais longa desses empréstimos. Enfim, um conjunto de atividades visando ao pequeno, ao médio, à atividade de turismo, à atividade de produção agrícola, à sustentação da exportação – de novo o Banco do Brasil e o BNDES. Enfim, olhando para aquilo que precisa ser olhado agora, para aumentar a oferta de emprego. Sem demagogia, só se aumenta a oferta de emprego criando essas teias de produção. E as teias de produção têm que estar encadeadas.

É por isso, também, que o Brasil e o Governo do Brasil, nessa nova fase do Real, depois de ele ter passado por esse atestado de maioridade, quando suportou não apenas crises financeiras, mas uma desvalorização, sem afetar o bolso dos trabalhadores, temos também que olhar para essas cadeias produtivas que levam à exportação. Estamos fazendo isso com muito e muito afinho.

A exportação há de ser aumentada, como já está aumentando em quantidade, embora não ainda em valor, porque houve uma perda do preço das mercadorias no mercado internacional. Mas a exportação é essencial para que possamos continuar assegurando prosperidade ao nosso povo. Isso tudo não pode ser feito se não olharmos também para a reestruturação das cadeias industriais. De novo, o BNDES e, eventualmente, o Banco do Brasil estão apoiando a reestruturação das grandes unidades

de produção das cadeias de petroquímica, das cadeias de siderúrgica, da questão de papel e celulose, enfim, do conjunto de atividades básicas, que são essenciais para que o Brasil possa continuar crescendo.

Palavra do Presidente • 2o semestre • 1999 **31**

Isso não se fará sem que o Brasil tenha um mapa, uma geografia econômica presente, garantindo o equilíbrio entre as regiões. Essa garantia de equilíbrio entre as regiões é permanente nas decisões de investimento, seja na grande indústria, seja na atividade de turismo, seja na atividade artesanal, mas, sobretudo, naquelas atividades que requerem investimentos pesados em energia, em estradas, em infra-estrutura.

Pudemos fazer, nesses últimos anos, o Brasil em Ação, que garantiu mais energia, aumentou a oferta de energia em mais de 4% por ano, para poder haver desenvolvimento econômico. Foi possível fazer um conjunto de modificações nos nossos portos para diminuir o custo-Brasil – e vamos continuar a fazê-las. Retomamos as ferrovias, que estavam abandonadas há décadas. Voltamos a acreditar na hidrovia como um modo eficaz de transportar pessoas e mercadorias. Enfim, tivemos o cuidado de, através do Brasil em Ação, apesar de todas as dificuldades, manter este país com possibilidade de crescimento.

Agora, um programa que vai ser apresentado ao Congresso em agosto se chama Plano Plurianual de Investimentos. Em breve, terá um nome mais motivador, porque se trata, realmente, de um plano de desenvolvimento do Brasil. Temos esse mesmo ímpeto transformado em projetos, que se desenvolvem nas várias regiões do Brasil, sempre juntando a ação do Governo com a iniciativa privada.

São 165 bilhões de reais para os próximos cinco anos que estão previstos nesse programa. Esses recursos virão, repito, da iniciativa privada e do Governo. O Governo está sinalizando, criando condições, criando um clima de prosperidade. E tudo isso traduzido através do Ministério de Orçamento e Gestão, em programas efetivos, que fazem com que o orçamento do Brasil seja um orçamento de programas e não uma luta infinita entre, às vezes, pessoas ou regiões, para ver se se coloca um pouquinho de verba aqui, numa ponte, ou num hospital, mas sem um plano. Não. Agora, há uma visão integrada do Brasil, e isso exige uma gestão nova.

Então, daqui para frente, é um Brasil que precisa de gestão empreendedora. E o Presidente da República, sem descuidar das suas funções políticas, do seu relacionamento com o Congresso, estará, no dia-a-dia, atendendo a

32 Presidente Fernando Henrique Cardoso

essas funções da gestão empreendedora, dando motivação e cobrando.

Cobrando desempenho, cobrando dos ministros, cobrando dos secretários, cobrando dos funcionários. Porque o Brasil tem sede de realizações.

E realização não se faz com palavras, mas com ação.

Certamente, ao dizer isso, não estou querendo dizer que não precisaremos – porque vamos precisar – de continuar, com muito ímpeto, as

reformas que iniciamos. A reforma tributária há de ser feita este ano.

Continuaremos a reforma da Previdência. As leis estão encaminhadas

ao Congresso e já estão em debate. Aprovaremos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é fundamental para que não haja esses precatórios,

esses endividamentos sem fim que, no passado, alguns estados e algumas

prefeituras fizeram e que terminam sempre por serem pagos pelo Tesouro Nacional, ou seja, pelo povo, pelo contribuinte. Precisamos de uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Estaremos acompanhando a reforma do Judiciário e a reforma política, que são reformas eminentemente de interesse do país que devem se desenvolver no âmbito do Congresso Nacional.

Mas nada disso será feito com a idéia de que o Governo é prisioneiro de alguma decisão que dependa de acordos aqui ou ali. O Governo não se sente prisioneiro de nada, a não ser do interesse popular, a não ser do interesse nacional. O Governo agirá com presteza, com seriedade, com tranquilidade, com firmeza, para aproveitar as oportunidades que foram criadas pelo fato de hoje dispormos de uma economia mais estável, de uma população que entendeu as necessidades econômico-financeiras para que ela possa crescer.

Também quero lhes dizer, para concluir, que se é verdade que hoje o Real é o símbolo dessa base de estabilidade; se é verdade que o Presidente, ativamente, tem procurado criar situações de convergência, não em benefício próprio, mas em benefício de programas para o País; se é verdade que, crescentemente, vamos olhar para os processos de crescimento econômico através dessa visão integrada de um crescimento auto-sustentável, que não se opõe, mas se baseia na estabilidade econômica; se é verdade que seremos rígidos no controle dos gastos do governo e na gestão orçamentária, também é verdade que,
Palavra do Presidente • 2o semestre • 1999 **33**

como no passado, continuaremos olhando para as pessoas, não apenas no ângulo econômico, mas no ângulo humano.

Humano quer dizer, no Brasil, acesso à terra para aqueles que precisam.

Nunca se teve tanto acesso à terra como nos anos do Real. Só no ano passado foram 100 mil famílias assentadas. No conjunto, nos anos do Real, assentamos mais famílias na terra do que em toda a história do Brasil.

Também não deixamos, agora, de aumentar a oportunidade de acesso ao financiamento para os produtores rurais médios, grandes ou pequenos.

Vamos continuar nessa trilha, porque ela é necessária para o Brasil.

Também não nos esqueceremos de que a saúde dos brasileiros é fundamental. Os que são mais idosos sabem da nossa preocupação. As mulheres vêm, pela primeira vez, o Governo olhando para a questão da saúde delas. Há a questão de um atendimento mais eficaz nas Santas Casas, nos hospitais. O Governo tem tido um empenho nessa direção, embora sabedor de deficiências que, muitas vezes, são de falta de atendimento por falta de compromisso efetivo da parte daqueles que devem se empenhar em bem atender a população. E a população cobra um atendimento melhor, mais digno.

Fizemos um aumento expressivo do número de agentes comunitários de saúde. Hoje, são 90 mil, quando, no começo do Governo, eram 27 mil. Há um avanço expressivo também no número de médicos de família.

E o resultado está aí: a taxa de mortalidade infantil continua caindo incessantemente como resultado de uma ação mais eficaz, da alimentação – de um lado, pelo que o Real pôde trazer de melhoria para a vida cotidiana –, mas por uma atenção mais direta da assistência, através dos mecanismos de saúde do Sistema Único de Saúde, sempre apoiado pelo

Ministério da Saúde.

E não vamos nos esquecer, sobretudo, de que se é verdade que temos programas especiais para os mais idosos, para os que sofrem ou são portadores de deficiências físicas, se é verdade que estamos erradicando o trabalho infantil, também é verdade que um país só tem um horizonte mais firme não apenas quando tem uma economia estável, mas quando tem um povo confiante em si mesmo e um povo que tenha capacitação, que seja educado.

34 Presidente Fernando Henrique Cardoso

E me apraz lhes dizer que mais do que dobramos o número de livros que são entregues nas escolas básicas do Brasil nesses anos do Real. De cinquenta e poucos milhões de livros, alcançamos 116 milhões no último ano de distribuição de livros. É um dado singelo.

A mesma coisa se dirá dos salários dos professores do Nordeste, sobretudo das áreas mais pobres, com o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A mesma coisa se dirá no que diz respeito aos programas que temos de treinamento a distância, usando a TV Escola. A mesma coisa é a introdução do treinamento nas técnicas de computação nas escolas públicas.

A mesma coisa é a ampliação do número de vagas e o fato de que, hoje, temos, pelo menos, 96% das crianças em idade escolar no ensino básico.

O ensino secundário está crescendo a uma taxa muito acentuada, porque a evasão escolar do primário diminuiu. O ensino superior, nos anos do Real, teve um aumento de 28% na oferta de vagas, em comparação com 20% nos 14 anos anteriores ao Real, de 1980 até 1994.

Educação é fundamental. Educação em todos os níveis e, sobretudo, na escola básica. Também já estamos com o projeto preparado de autonomia das universidades, porque também chegou a hora de cuidar das universidades com mais atenção.

E não nos venham dizer que não houve atenção e preocupação com a ciência e a tecnologia. Basta ver o que está sendo feito, ao mesmo tempo, para apoiar a indústria nacional na área do petróleo. O BNDES está com recursos à disposição dos empresários para que eles possam participar da instalação da indústria do petróleo, que, nos próximos 10 anos, deve significar 50 bilhões de dólares de investimento. A mesma coisa no que diz respeito a outros ramos industriais, como foi o caso do setor têxtil – que também é apoiado – e do setor calçadista. Mas em todos eles, notadamente no caso do setor do petróleo, há a preocupação com a formação do pessoal e com a tecnologia. Trezentos milhões de reais é o que se espera para a tecnologia, derivados dos *royalties* do petróleo, porque precisamos de gente bem formada, de gente treinada, para que esses programas de crescimento econômico tenham vitalidade, necessária para que o Brasil possa continuar na marcha do seu progresso.

Palavra do Presidente • 2o semestre • 1999 **35**

Os brasileiros sabem, porque têm sentido, que as transformações havidas em função das decisões do Congresso Nacional, que permitem, hoje, mais investimento em petróleo, que permitem mais investimento no setor de telefonia, mais investimento no setor relativo à geração de energia, no gás, como na energia hidrelétrica, tudo isso, com mais investimento, com a flexibilização dos monopólios, requer gente bem

treinada e requer juros compatíveis para que a indústria nacional possa, também, participar de todos esses programas de reformulação da base produtiva do Brasil. Isso está, também, sendo feito.

Há, portanto, o que comemorar nesses anos do Real. Há também preocupações, e muitas. Ninguém pode negar que quando há numa família alguém desempregado a angústia é grande. Ninguém pode negar que o governo não teve a possibilidade de, do dia para a noite, resolver todos os problemas. Ninguém pode negar que falta muito a fazer. Mas, da mesma maneira que sou o primeiro a reconhecer as deficiências, as dificuldades e me sentir responsável por lidar com elas, ninguém pode se esquecer de um Brasil que foi capaz de ser a âncora de um novo país, através da estabilidade da moeda; de um país que é sedento por aprendizagem; de um país onde, hoje, as mulheres têm uma participação crescente na vida pública; de um país onde a liberdade nunca existiu com tanta força como existe hoje. Podemos ter todas as críticas, só não podemos perder a esperança. Porque esse povo, não digo que ele vive de esperança, mas ele se motiva com a esperança, e vive do trabalho dele, como todos vivemos e devemos viver do nosso trabalho e com muito empenho.

É por isso que, como Presidente da República, não queria deixar, hoje, dia 1o de julho, ao entrar no sexto ano do Real, de repetir que assim como no início, com as dúvidas que tínhamos, e aqui muitos de nós sabemos o quanto nos custou; com as dúvidas que tínhamos para enfrentar uma realidade nova, que foi a reformulação da vida financeira do Brasil, nós a enfrentamos, e o povo ganhou. Esse mesmo povo vai sempre contar com meu apoio, vai sempre contar comigo para que possamos ganhar as batalhas que estão por vir. E, com muita confiança, entramos no sexto aniversário do Real. Não desconheçamos as dificuldades. Mas, com a mesma crença que tivemos e com a mesma coragem para lançá-lo, tenhamos a mesma firmeza para dizer: não vou faltar nunca ao meu país.

Muito obrigado.

Presidente Fernando Henrique Cardoso

ANEXO 8

**Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na
apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e
do Plano Plurianual 2000-2003, 23 de junho de 1999**

ANEXO 8 – Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003, 23 de junho de 1999

Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na apresentação do Plano Estratégico do Ministério do Orçamento e Gestão e do Plano Plurianual 2000-2003 (23/06/1999) .

Senhor ministro do Orçamento e Gestão, Dr. Pedro Parente,
Senhores ministros Clóvis Carvalho, Pedro Malan, Senhora Secretária Cláudia Costin,
Senhores secretários,
Senhoras secretárias,
Senhoras e senhores,

Quero, em primeiro lugar, dizer que, com grande agrado, escuto a transformação de alguma coisa sistemática, e com possibilidade objetiva de ser desenvolvida, aqui neste Ministério, a partir de decisões, que são nossas e que vêm já de algum tempo.

Na verdade, o Estado brasileiro já está sofrendo uma profunda transformação, uma profunda modificação. Essa modificação não é uma modificação que, possa-se resumir apenas na aprovação de uma ou outra medida, por mais importante que sejam essas leis, que digam respeito à administração de pessoal. É muito mais do que isso. E tampouco uma transformação que implique um encolhimento do Estado. Não é isso. É muito mais do que isto. E nós, aqui, assistimos pela exposição objetiva, entusiasmada do ministro Pedro Parente o resumo daquilo que o governo deseja, do que quero, aqui neste Ministério e em todos os Ministérios. É uma nova mentalidade.

Essa nova mentalidade vai se impondo pouco a pouco na administração brasileira, no Estado brasileiro. Não vou repetir, por desnecessário, o que disse o ministro Pedro Parente mas, é importante notar que essas transformações vêm de algum tempo. Desde quando, em 1995, o Congresso Nacional flexibilizou os monopólios, possibilitando a mudança do Estado.

Algumas pessoas não se dão conta da interligação entre os processos e imaginam que, quando se toma uma decisão da importância da decisão que foi, pelo Congresso, de flexibilizar os monopólios, isso significa apenas uma atividade econômica. Não. É muito mais do que isso. É possibilitar um novo patamar de organização da sociedade e do Estado brasileiro. E demos conseqüência àquelas transformações a partir da criação de novas agências reguladoras da atividade econômica e da atividade do Estado, como mencionou o ministro Pedro Parente.

Tivéssemos apenas nos conformado com uma decisão, já por si importante, da flexibilização do monopólio, não teríamos possibilitado que o Estado se equipasse para que pudesse enfrentar a nova fase de competição, de abertura da economia, de apelo crescente ao capital privado para o investimento nas áreas onde o Estado, por não ter recursos e também por não ser, talvez, o mais adequado, não vai atuar de forma mais expressiva, não teríamos tido a possibilidade de fazer, como hoje se faz, uma revitalização dessas áreas. Se o primeiro passo foi a quebra de monopólio,

tão importante quanto isso foi o fato de o governo ter enviado ao Congresso e, depois de longa e democrática discussão, ele ter aprovado as agências reguladoras – a Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Agência Nacional de Telecomunicações e, brevemente, a Agência Nacional de Transportes.

É um novo Estado que vai servir de forma efetiva ao cidadão, ao desenvolvimento do país e permitir que o Brasil continue avançando nesse novo mundo que estamos assistindo, agora, apenas o seu limiar e que vai se concretizar no próximo século. E isso vai alcançar todas as atividades essenciais da sociedade. Mencionei os transportes, a telecomunicações, a energia elétrica, o petróleo. A água, da mesma maneira, será objeto de uma organização deste mesmo tipo. E por quem é, e para quê? Porque não basta dizer: o setor privado faz. Não. O setor privado sozinho não faz ou, se o fizer, pode ser algumas vezes em detrimento da sociedade. É portanto necessário que haja um Estado capaz de regular, de fiscalizar e defender o cidadão, o consumidor, o povo do país.

Estamos fazendo a reforma do Estado. Quantas vezes vejo, de mentes desavisadas, a cobrança sobre a reforma do Estado, confundindo a reforma do Estado com a diminuição do número de funcionários, como se essa fosse a grande questão, quando não é. A grande questão é, realmente, uma revolução na maneira pela qual a administração pública se organiza. Essa revolução está em marcha. Ela não é visível. Ela não dá manchete porque é uma revolução de mentalidade, é uma revolução de práticas cotidianas, é uma revolução no modo pelo qual o governo se relaciona com a sociedade e o Estado se reestrutura para que possa cumprir essas novas funções. E não seria possível isso, se não houvesse, como há, hoje, uma afinidade eletiva, para usar o termo de Goethe, de quem o ministro Malan gosta tanto, não sei se de Goethe ou do termo. Essa afinidade eletiva é entre o Ministério da Fazenda e o Ministério de Orçamento e Gestão.

Estabilidade econômica não se contrapõe a desenvolvimento. É condição para o desenvolvimento. E o ministro Pedro Parente, ao fazer o enunciado da Lei de Responsabilidade Fiscal, disse que, na verdade, ela é uma lei de responsabilidade fiscal para a estabilidade e para o desenvolvimento.

Os itens que ele mencionou, em seguida, são todos relativos ao desenvolvimento: recursos para empreendimentos estruturantes, alocação estratégica de recursos e assim por diante. É uma nova visão que tem que ser, progressivamente, absorvida por todos nós e pela sociedade. E não pode ser restrita aos Ministérios da área econômica. E nem sequer, digamos, a fonte inspiradora foi deles.

Todos os esforços iniciais do repensamento do Estado vieram do antigo Ministério de Reforma do Estado, do ministro Bresser Pereira e da Dra. Cláudia Costin, com o apoio direto e decidido do ministro Clóvis Carvalho e da Casa Civil do governo. E, hoje, se fundem aqui num Ministério, que alguns até estranharam por desconhecer as realidades brasileiras. Por que um Ministério do Orçamento e Gestão. A explicação aqui mostra hoje o porquê. Porque deve haver essa fusão entre a gestão, a administração e o orçamento, e haver afinidade eletiva entre o orçamento e os propósitos nacionais de estabilidade para o crescimento. Por isso se fez esta fusão e, por isso, é necessário que exista, neste Ministério, uma Secretaria de Estado da Administração, que não é uma duplicação: é um modo de pôr ênfase num

dos aspectos fundamentais que vão permitir que a ação do ministro do Orçamento e Gestão possa ter uma efetividade, porque há quem esteja cuidando da administração, com esse mesmo espírito renovador.

Mas, mais do que isso, o ministro Pedro Parente - não sei o quanto ele é versado na literatura clássica sobre esses assuntos, como já fui no passado - ao mencionar, aqui, a gestão empreendedora, está resolvendo um dilema histórico, secular porque, na teoria clássica, gestão se opunha a empreendimento. Quando se definia o que era o empresário, quando Sombart, para citar alguns, falava de empresário – em alemão, como gosta o ministro Pedro Malan – "Unternehmer" (hoje você está com Goethe e "Unternehmer"), quando Sombart se referiu ao empresário, opunha ao gestor.

A administração, na teoria clássica, é a rotina, é a aplicação da norma já consagrada. O administrador é quem aplica a norma e o empreendedor é quem inova. Isto era. Não é mais. Agora, ou há a gestão empreendedora, ou os dois se equivocam. E, num certo momento da História, se imaginava que o administrador era o burocrata e o empresário era o anti-burocrata, era o que criava. Imaginava-se que o empresário era o homem, era o capitão de indústria, era o "tycoon" em certas épocas, era aquele que ousava, como pessoa. Por qualidades até de liderança pessoal.

Com a evolução e a complexidade da sociedade moderna, essas funções foram se modificando sensivelmente. A criatividade se espalhou, se concentrou, às vezes, na universidade. Hoje, ela entrou para o próprio serviço público, para setores do próprio serviço público. E ela não está, necessariamente, na empresa. A empresa absorve, muitas vezes, a criatividade que vem de fora. O empresário, no sentido antigo, que se opunha ao gestor, como se o gestor fosse o feitor do empresário criador, já não existe mais. Cada vez mais, o empresário é o organizador, o motivador, o que tem visão estratégica e o que lidera.

Os setores mais atrasados ainda pensam que bem administrar e bem governar é bater na mesa e dar um murro, porque estão pensando: "Ah, é à moda antiga". Como se fosse possível governar uma sociedade moderna, ou um setor dela, ou uma empresa como se fôssemos compostos por "tycoons" dos séculos passados ou flibusteiros, em passado mais remoto ainda, que tinham, sim, essas características e que eram apropriadas àquela época. Hoje, não. Hoje, o empresário também tem que ter essa visão de conjunto, tem que ter a visão estratégica, tem que motivar, tem que liderar, tem que ser capaz da transformação do conjunto das estruturas. A diferença entre o empresário público e o privado vai-se esmaecendo. E tampouco se pode imaginar que caberá ao Estado, como num outro momento da História se imaginou, definir as metas e os propósitos. E os outros vêm protegidos pelo guarda-chuva do Estado e cumprem os seus desígnios privados, ganhando ou perdendo, mas realizando essas formações que foram assinaladas pelo Estado. Não é mais assim.

Se o Estado, hoje, fosse o motor propulsor do projeto nacional, seria um eEstado antiquado. O projeto hoje é da nação mesmo, ou seja, é do conjunto da sociedade. E esse projeto tem que contar com essa integração entre o Estado e a sociedade, o tempo todo, entre o gestor, no sentido moderno e o empreendedor também, no sentido moderno. Todos os dois têm que ser, ao mesmo tempo, capazes de gerir e de inventar, de inovar, de criar. É uma

nova época. Essa nova época requer uma mudança de cabeça, mudança de mentalidade, motivação. Como disse aqui o ministro: premiação e não castigo.

Não é possível mais que o gestor – público ou privado – seja preso numa camisa de força de regras burocráticas e que, depois, tenha que prestar contas dos crimes que não praticou, apenas porque, para ser mais denodado e mais devotado ao objetivo que tem em vista, que é o objetivo da sociedade, deixou de praticar uma formalidade, porque esta viria em detrimento do interesse público. E, não obstante, essas regras antigas ainda persistem. Quantas vezes essas questões, que são, muitas vezes, meramente formais, produzem um desaguado nacional, como se o gestor tivesse utilizado aquela quebra de regras para benefício próprio e não para atender melhor ao sentido social do que ele estava fazendo.

Por sorte, os nossos Tribunais de Contas também estão mudando. Também eles estão, agora, se adaptando para acompanhar o processo da administração o tempo todo, e não apenas para julgar "se a norma foi ou não atendida na sua formalidade". Mas, sim, para perguntar se, efetivamente, o objetivo para o qual a decisão foi tomada é justo, e se, realmente, a decisão teve, como consequência, ações que deram uma melhoria para o cidadão e para o país.

Essa é a mudança que está ocorrendo no nosso país. E nessa mudança, nesse processo de mudança, a ação do Ministério do Orçamento e Gestão vai ser decisiva. Não vou repetir o que disse o ministro, mas o fato de que possamos ter, hoje, uma vinculação direta no orçamento dos projetos, dos programas, das metas, é fundamental. E que nós possamos transformar tudo em alguma coisa que seja, que tenha essa visão gerencial moderna, em que o agente não vai apenas apontar: está certo, está errado, quando precisa, quanto não precisa, gastou, não gastou, mas vai se preocupar com o conteúdo mesmo da decisão, com o objetivo a ser alcançado.

É fundamental para que o Brasil se transforme, como está se transformando, numa sociedade democrática, mais moderna, que não esteja, todo o tempo sendo emperrado por hipócritas que utilizam, muitas vezes, o elemento formal para dar a impressão de que estão, realmente, criticando a ação do Estado ou a ação do governo, a ação do funcionário ou a ação do gestor ou a ação do empresário.

É preciso, portanto, assimilar esses novos conceitos e verificar que a gestão empreendedora é, realmente, o conceito-chave que permite as transformações pelas quais o Brasil está passando. É claro, isto é um processo, não é um ato. Leva tempo e tem que conquistar o conjunto do governo. Cada Ministério há de atuar crescentemente desta mesma maneira, com esse mesmo objetivo, com esse mesmo espírito.

Devo dizer que é certo que estamos provocando já, de algum po, essas transformações. Se mencionei, aqui, as quebras de monopólios e as modificações que elas acarretaram ou possibilitaram, com a criação de novas agências, os Ministérios, que não passaram por esse mesmo choque de transformação desta natureza externa, estão passando por um choque de transformação de natureza interna.

Quando se for verificar o que está acontecendo no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, no Ministério da Reforma Agrária, vamos ver que, em todas essas áreas, está havendo uma transformação nessa mesma

direção. Direção da desburocratização. E foi muito importante, muito bem lembrado, o ministro Hélio Beltrão. Muito importante a referência à questão da desburocratização. Muito importante a referência ao cuidado específico com o atendimento da população, com as pessoas, com os seres humanos. Essa noção de que o governo e o Estado estão aí para servir as pessoas, e não para se servirem delas. Isso está imbuindo, progressivamente, aqueles Ministérios, até mesmo os mais tradicionais, que sempre foram objeto de clientelismo, de burocracia e, vez por outra, até mesmo de corrupção.

A base moral do Estado não pode ser posta em discussão na prática. Deve ser posta na crítica, mas nós temos a obrigação de restabelecê-la no nosso comportamento. E também não podemos aceitar, a todo instante, insinuações contra a base moral do Estado, contra a base moral dos funcionários e dos gestores e dos que o governam, a menos que haja, efetivamente, algo concreto. Aí sim, muito mais do que crítica, têm que haver o afastamento e a punição. Mas nós temos que recuperar a dignidade do servidor público. O servidor público não é apenas o funcionário, mas quem está no Estado, exercendo certas funções no Estado. A dignidade dele é condição necessária para que esse espírito moderno possa avançar, e para que nós possamos afastar as teias do passado que, ao confundir alhos com bugalhos, nada mais fazem do que pretender impedir que haja uma transformação maior na estrutura do Estado.

Tenho, portanto, apenas que lhes dizer que, com muito entusiasmo, o que eu ouvi aqui é o que acho que é importante seja feito. Certamente, o ministro Pedro Parente, ao dizer, algumas vezes, que dependia da minha aprovação, sabe, porque já conversamos antes, que ele tinha a minha aprovação por antecipação. Mais do que a minha aprovação, tinha a determinação de que assim fosse e assim há de ser. Temos que ter, todos nós, a consciência de que essas transformações são cruciais para o futuro deste país.

Não quero abusar da paciência dos senhores e das senhoras, nem da agenda do presidente. Quero lhes dizer o seguinte: se fosse possível esmiuçar e, certamente, muitos dos que aqui estão conhecem os programas, cada um deles; se fosse possível esmiuçar o PPA, o Plano Plurianual; se fosse possível ver os efeitos do "Brasil em Ação", seria também fácil demonstrar que estamos realizando um projeto nacional no Brasil. É um projeto. Ele está escrito, ele está em marcha, ele é nacional, e ele é inovador. Estamos reformando as bases da geografia econômica do Brasil.

É pena que nem todos os brasileiros possam, como alguns de nós podemos ou até devemos, percorrer o conjunto do Brasil. É pena que não possam sentir na prática, inscritas já na vida, as conseqüências do "Brasil em Ação", as conseqüências da estabilidade econômica para o desenvolvimento. E é pena que não sintam o mesmo entusiasmo que sinto diante do que virá pela frente, daqui por diante e no novo século e entender que estamos entrando no novo século com um projeto nacional de crescimento, de desenvolvimento, com estabilidade com vista ao bem-estar da população. Com todas as dificuldades, temos um projeto nacional de desenvolvimento. E é lamentável que alguns confundam o projeto possível e bom para o Brasil com a defesa do passado. Subsídios, taxas de juros subsidiadas, reserva de mercado, Estado guarda chuva, crítica ao Estado e lucros fáceis. Esta época acabou, esta época acabou. As oligarquias industriais ou financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil, estão chorando por um

passado do qual foram beneficiárias, e que não vão voltar porque nós temos que ter um futuro que beneficie o povo e não os setores que se acastelaram na vida pública.

Isso acabou. É um novo Brasil, é um novo projeto. Mas ele existe, e esse novo projeto, esse novo Brasil dependem dessa reestruturação do Estado, como dependem da reestruturação da sociedade, das empresas e das parcerias, da convergência, de um espírito de cooperação entre a União, os Estados, os municípios, setor privado, setor público, as organizações não-governamentais com as organizações governamentais numa mentalidade moderna e aberta.

Tenho certeza de que o Ministério de Orçamento e de Gestão – eu só não gosto do nome MOG – e o Plano Plurianual estando nas mãos de quem estão, de um funcionário exemplar, que ao mesmo tempo é um gestor empreendedor, tem visão, e que tendo o apoio da Secretaria de Administração, com a Dra. Cláudia Costin, e como sempre teve do Ministério da Fazenda e Casa Civil e do conjunto do governo, vão ser capazes de ajudar o Brasil realizando essas transformações. Elas já estão em marcha. Vamos levá-la adiante e tenho a certeza de que vamos entrar no novo século com muita confiança e com muita capacidade de continuar a reforma do Estado, desta maneira como acabei de expor: uma reforma que implique uma mudança de mentalidade e que não implique, simplesmente, corte e corte de pessoal, nem jogar na burocracia a culpa das mazelas que muitas vezes são da sociedade.

Muito obrigado.

(sem revisão)

Fonte: <http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1999&banner=bannersarqfolha> (27/05/2007)